



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

ANO XV

PORTO VELHO-RO, QUINTA-FEIRA, 06 DE AGOSTO DE 2026

Nº 145

SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA	Capa
SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS	3523
SECRETARIA DE FINANÇAS.....	3524
SEC. DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	3535
ADVOCACIA-GERAL	3536

TAQUIGRAFIA

6ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 11ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA.

OBJETIVO: debater soluções efetivas para o aprimoramento das políticas públicas voltadas aos direitos da pessoa com deficiência.

EM: 26.06.2026

INÍCIO: 10h

PRESIDENTE: SR. ALEX REDANO
SR. DELEGADO CAMARGO

O SR. ADERALDO LOPES DE CARVALHO JUNIOR (Mestre de Cerimônias) - Senhoras e senhores, muito bom dia. Sejam todos bem-vindos à Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Atendendo ao Requerimento nº 4862/2025, de autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Alex Redano, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, que, após aprovação em plenário, realiza Audiência Pública para debater soluções efetivas para o aprimoramento das políticas públicas voltadas aos direitos da pessoa com deficiência.

Agradecemos, desde já, a todos que nos acompanham por meio virtual, seja pela página oficial da Assembleia Legislativa no Facebook, no YouTube e pela TV Assembleia

Canal 7.2; e também aos nossos participantes que estão presencialmente conosco nesta audiência.

Convidamos para compor a Mesa desta audiência o Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Alex Redano, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia e proponente desta audiência pública, acompanhado do Advogado e Chefe de Gabinete, Doutor Doca.

Convidamos o Excelentíssimo Senhor Deputado Delegado Rodrigo Camargo, da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Convido o Senhor Luiz Fernando de Camargo Alves, Diretor de Ações Municipalistas, da Casa Civil, neste ato representando a Casa Civil.

Convido o Excelentíssimo Senhor Flávio Henrique de Melo, Juiz de Direito Titular da Vara de Crime contra Crianças e Adolescentes de Porto Velho e membro do Comitê de Pessoas com Deficiência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Diretor-Geral de Acessibilidade e Inclusão da AMB (Associação Médica Brasileira), neste ato, representando o Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia.

Convido também a Excelentíssima Senhora Daniela Nicolai de Oliveira Lima, Promotora, neste ato representando o Ministério Público Estadual.

Convido o Excelentíssimo Senhor Victor Hugo de Souza Lima, Defensor Público-Geral, da Defensoria Pública do Estado de Rondônia.

Convido a Excelentíssima Senhora Paulla Sousa Immich, Procuradora do Estado e Diretora da Procuradoria de Direitos Humanos, neste ato representando a Procuradoria do Estado de Rondônia.

Convido o Excelentíssimo Senhor Fábio Júlio Perondi, Secretário Adjunto de Estado da Saúde, neste ato representando a Sesau.

Convido o Senhor Bruno Vinícius Fontinelle Afonso, Diretor Técnico de Políticas Públicas, neste ato representando a Secretaria de Estado da Mulher, da Família, da Assistência Social e do Desenvolvimento Social - Seas.

Convido o Excelentíssimo Senhor Massud Badra Neto, Secretário de Estado da Educação.

MESA DIRETORA

Presidente: ALEX REDANO

1º Vice-Presidente: LAERTE GOMES

2º Vice-Presidente: ROSÂNGELA DONADON

1º Secretário: ALAN QUEIROZ

2º Secretário: CÁSSIO GOIS

3º Secretário: EDEVALDO NEVES

4º Secretário: MARCELO CRUZ

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretaria Legislativa - Carlos Alberto Martins Manvailer
Ger. de Apoio ao Processo Legislativo - Miranilde R. do Nascimento Robles
Divisão de Publicações e Anais - Isabella Lopes de Souza Pinto

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Avenida Farquar 2562 - Olaria
CEP 76.801-189 - Porto Velho-RO



Convido o Senhor Allen dos Santos, Secretário Adjunto, neste ato representando a Sejucel - Secretaria de Estado da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer.

Convido a Doutora Luzinete Xavier de Souza, Presidente da Comissão Especial dos Direitos da Pessoa com Deficiência, neste ato, representando a Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Rondônia.

Convido o Senhor Evaldo da Rocha Maia, diretor, neste ato, representando a Fecomércio, Federação do Comércio de Rondônia.

Convido também o Senhor José Adair Maciel, Vice-Presidente do Condef - Conselho Estadual de Direitos das Pessoas com Deficiência.

Convido a Senhora Tércia Marília Brasil, Secretária Municipal Adjunta da SEMIAS - Secretaria Municipal de Inclusão e Assistência Social.

Convido também a Senhora Nilza Maria Ferreira da Silva, Presidente da AMA-RO, Associação de Pais e Amigos do Autista.

E convido também a Senhora Irmã Lina, Diretora do Hospital Santa Marcelina.

Antes de prosseguir com o convite às autoridades, senhoras e senhores, pedimos também que nossas autoridades, ao se pronunciarem, também façam o mesmo.

Eu sou o Professor Aderaldo Júnior, Mestre de Cerimônias. E é uma honra estar aqui com vocês. Estou trajando calça preta, blazer preto, camiseta preta também, uma gravata cinza, tenho cabelos grisalhos, utilizo óculos, e apenas 1,66. Muito obrigado.

Senhoras e senhores, convidamos também para a composição da Mesa de autoridades o Senhor José Hélio dos Santos, Presidente do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência de Porto Velho.

Agora, sim, Mesa composta. Pedimos que nossas autoridades ocupem seus lugares, podem assentar-se. Neste momento, o Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Alex Redano, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, fará a abertura desta Audiência Pública.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta esta Audiência Pública para debater soluções efetivas para o aprimoramento das políticas públicas voltadas aos direitos da pessoa com deficiência.

O SR. ADERALDO LOPES DE CARVALHO JÚNIOR (Mestre de Cerimônias) – Senhoras e senhores, estando a Mesa composta, convido a todos para, em posição de respeito, cantarmos o Hino "Céus de Rondônia", letra de Joaquim de Araújo Lima e música do doutor José de Mello e Silva.

(Execução do Hino)

Senhoras e senhores, todos podem se assentar-se. Audiência Pública para debater soluções efetivas para o aprimoramento das políticas públicas voltadas aos direitos da pessoa com deficiência, juntos por uma sociedade mais justa, inclusiva e acessível. Uma proposição do Deputado Alex Redano, Presidente da

Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

E agora, retornamos a palavra para o Presidente da Assembleia do Estado de Rondônia, Deputado Alex Redano, para conduzir a presente Audiência Pública.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Bom dia a todos. Vou me apresentar. Tenho 1,76, loiro dos olhos azuis; estou com um terno azul escuro, camisa clara, gravata azul com bolinhas, e estou usando óculos, porque senão não consigo enxergar de perto, mesmo.

Quero aqui agradecer, vou nominar a presença de todos, mas quero aqui iniciar meus agradecimentos ao meu gabinete, que fez um longo e profundo estudo e pediu para que marcasse essa audiência para que seja debatido esse tema tão importante, tão relevante.

Especialmente aqui, Doutor Doca, nosso Chefe de Gabinete, também minha Assessora Leide, e todos os demais assessores envolvidos nessa causa.

E quero aqui falar da alegria dessa Mesa, composta com pessoas que são estudiosas do tema, dedicadas a esse tema tão importante.

Quero agradecer ao Presidente do Conselho Municipal de Pessoas com Deficiência de Porto Velho, José Hélio dos Santos; nossa querida amiga Irmã Lina, Diretora do Hospital Santa Marcelina; minha amiga Nilza, Presidente da AMA - Associação dos Amigos do Autista; a Tércia Marília Martins Brasil, que é Secretária Adjunta da SEMIAS - Secretaria Municipal de Inclusão e Assistência Social de Porto Velho.

Cumprimentar e agradecer a presença do senhor José Odair do Nascimento Maciel, que é Presidente do Conselho Estadual dos Direitos de Pessoa com Deficiência; nosso querido amigo Evaldo Maia, representando, nesse momento, a Fecomércio; Doutora Luzinete Xavier de Souza, Presidente da Comissão Especial dos Direitos da Pessoa com Deficiência, representando neste ato a OAB - Ordem dos Advogados do Brasil; nosso amigo Allen Luna Neres dos Santos, Secretário Adjunto da Sejucel. Bruno Vinicius Fontinelle Benitez Afonso que é Diretor Técnico de Políticas Públicas da Seas; meu amigo pessoal, nosso querido Secretário de Estado da Educação, Massud Jorge Badra Neto; Fábio Júlio Perondi Silva, Secretário Adjunto de Saúde do Estado de Rondônia; a Procuradora Paulla Sousa Immich, representando a Procuradoria Geral do Estado.

Nosso querido amigo Victor Hugo de Souza Lima, Defensor Público Geral; nossa querida Promotora Daniela Nicolai de Oliveira Lima, representando o Ministério Público do Estado de Rondônia; o Excelentíssimo Senhor Flávio Henrique de Melo, Juiz de Direito Titular da Vara de Crime contra Crianças e Adolescentes de Porto Velho, e também, Membro Permanente do PCD do Conselho Nacional de Justiça, e Diretor-Geral de Acessibilidade e Inclusão da AMAB (Associação dos Magistrados Brasileiros). Muito honrado com a sua presença.

Luiz Fernando de Camargo Alves, que é o Diretor de Ações Municipalistas da Casa Civil; e aqui ao meu lado, esse grande Parlamentar, Deputado Delegado Camargo, que é um deputado defensor da causa, dedicado à

causa, pai atípico.

Eu também, eu sou avô atípico. Eu tenho o meu netinho Miguel, de 12 anos, que é autista, um príncipe, um amor de criança.

E dando início à nossa audiência, antes de passar para os demais membros da Mesa, explicar aqui a dinâmica. A Mesa irá falar, e tem aquela mesinha ali do lado para as pessoas fazerem a inscrição das falas, não?

Onde que é feita a inscrição? Cadê o Cerimonial? Quem for fazer a inscrição, gente, só levantar a mão. Só levantar a mão ali e o Cerimonial vai até vocês. Um beijo para a Taquigrafia.

E, nesse momento, antes de iniciarmos as falas das autoridades da Mesa composta, gostaria de convidar o idealizador desta audiência, ele que fez um estudo profundo, para fazer a fala inicial, abrindo os trabalhos. Convido para a fala nosso chefe de gabinete, Doutor Doca.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Olá, senhores. Bom dia a todos e todas.

Exatamente, eu tenho que fazer a autodescrição. Sou moreno, cabelos ondulados, trajando um terno caqui, camisa branca, uso óculos. Também sou pessoa com deficiência, tenho os movimentos da perna direita atrofiados, não na sua totalidade, mas parcialmente, e tenho 1,70.

Muito obrigado a todos.

Cumprimentar aqui a Mesa, em nome do Presidente Alex Redano, cumprimentar todos os demais, porque ele já anteriormente nominou, e nós vimos aqui que a nossa Mesa está extensa.

Em nome do meu amigo Gilberto, da Fiero, cumprimentar todo o público presente, que ele também era um dos convidados à Mesa, mas abriu mão.

Dizer aos senhores, de início, o seguinte: esta Mesa está composta aqui não é porque é mais eletiva do que os demais. Todos os senhores aqui representam a classe da pessoa com deficiência, e nós deveríamos ter aqui uma tábua-redonda para estarmos todos sentados à Mesa.

A Audiência Pública é uma coisa que, todas às vezes que se convoca, as pessoas se questionam: mais uma Audiência Pública para ouvirmos políticos, ouvirmos conversas, e eles utilizam todo o tempo. Quando é o tempo da gente falar, é limitado e às pressas, e não tem solução, e não tem encaminhamento.

Então, essa dinâmica aqui nós vamos fazer, vamos tentar fazer diferente. O tempo é exíguo. Nós temos muitas pessoas para se apresentarem, para expor, para narrar os seus problemas, a problemática da pessoa com deficiência.

O gabinete do Deputado Alex Redano, através da minha equipe, a Cândrica, conhecida como Bebel - eu não vou mais nominá-la como Cândrica, apenas Bebel -, ela é a nossa coordenadora desse núcleo de estudos, e esse estudo já dura quase dois anos. O que nos fez convocar esta audiência e começar esses estudos?

Essa é uma ideia que eu tenho desde muito tempo, do tempo em que eu morava em Ariquemes. Só que

é um projeto, assim, ambicioso, utópico demais, que eu sempre tive na minha cabeça. Porque o arcabouço normativo, de instrumentos normativos, tanto na esfera federal, estadual e municipal que nós temos, isso é uma grandeza.

E por que essas normas não são suficientes para termos o problema da deficiência física e das pessoas atípicas resolvido? Porque nós sabemos que, na nossa cultura brasileira, algumas normas que têm eficácia imediata vêm seguidas do instrumento do direito material, mas também de uma sanção. Essas têm, sim, possuem alguma efetividade.

No caso da pessoa com deficiência, no Estado de Rondônia, no levantamento que nós estamos fazendo, nós temos 98 leis. Olha que grandeza.

Nós temos o Estatuto da Pessoa com Deficiência, nós temos o Conselho da Pessoa com Deficiência, nós temos uma grandeza de instrumentos prevendo e garantindo o direito da pessoa com deficiência, além dos dispositivos da Constituição, que acho que todos os envolvidos aqui sabem que existem.

A nossa Constituição Estadual também tem garantias da pessoa com deficiência.

E eu me pus a me perguntar por que isso não chega lá na ponta. Por que não atende? Porque nós vamos ouvir as pessoas aqui e ver o tanto de reclamares que existem de que as políticas públicas da pessoa com deficiência não avançam.

Elas se limitam a uma emenda do Deputado Alex Redano, à destinação do Deputado Delegado Camargo, que é um defensor assíduo, um militante, diríamos, nessa pauta da pessoa com deficiência, mas elas se limitam a eventos e concentrações pontuais.

E nós precisamos que isso seja uma coisa de ordem institucional. Nós vamos colocar isso no nosso orçamento público.

Nos estudos que eu havia levantado, o direito à educação, por exemplo, ele surge na Constituição de 1934. Uma Constituição baseada na Constituição alemã, dos direitos sociais. E ela se consolida em 1988, depois com o Fundeb e a obrigatoriedade do investimento do recurso do patamar de 25% da Educação.

Surgem também os investimentos na saúde e garantias. São todos esses dispositivos que estão lá nas garantias fundamentais do art. 5º da Constituição Estadual. Mas eles se efetivam somente em 2018 com a Constituição Federal e depois a criação do SUS. E também se garante uma efetividade, sob pena de não cumprimento da aplicação desses recursos na educação e na saúde como crime de responsabilidade, que são fiscalizados, têm que ser fiscalizados na esfera governamental por esta Casa Legislativa, nos municípios pelas eventuais Câmaras e pelo Tribunal de Contas, além do nosso honroso Ministério Público que nos ladeia aqui.

Então, o que a gente pensou? Nós precisamos alterar, fazer algum instrumento normativo que tenha esse efeito compulsório de que esse direito materializado nesse caminho de normas que nós temos, façam com que esses direitos tenham eficácia e se efetivem, de

fato. Nós realizamos um estudo amplo e chegamos à conclusão de que poderíamos... Eu não sei se seria a título de dizer mais ao final, ouvir todo mundo, mas eu já vou me antecipar porque já até me alonguei demais. Desses instrumentos normativos que nós verificamos, nós temos o Estatuto da Pessoa com Deficiência, por exemplo, que no art. 88 traz os crimes e as infrações administrativas puníveis com penas de reclusão. O Estatuto da Pessoa com Deficiência é uma norma muito bem elaborada, o federal, porque altera normas, outros instrumentos normativos como da educação, da saúde, com a obrigatoriedade do cumprimento. Mas nós não temos competência para legislar federal, mas essa é norma que alcança todos. É norma geral.

Então, nas 98 normas que nós encontramos do Estado... Deixa-me me situar no meu roteiro aqui. Nós encontramos normas aqui feitas para a gente. Vou apenas, a título de exemplo, trazer uma delas aqui. Bom, o meu rascunho não está aqui, mas apenas para elucidar que esse arcabouço normativo estadual de 98 normas, que eles não têm a eficácia que nós pretendemos, nós estamos aqui sugerindo a criação de um conselho, não um conselho, porque nós já temos o conselho, um núcleo especial.

A criação, no âmbito da Assembleia Legislativa, de um núcleo permanente interinstitucional de defesa e promoção dos direitos da pessoa com deficiência. Esse núcleo teria um caráter consultivo, técnico, propositivo, fiscalizador e articulador de cooperação institucional, com a participação dos órgãos públicos das três esferas federativas e de entidades da sociedade civil. Esse núcleo ficaria vinculado administrativamente aqui na Assembleia à Comissão Permanente da Pessoa com Deficiência. Mas o que os nossos estudos observaram? A Assembleia não tem uma comissão específica, uma comissão permanente temática específica da pessoa com deficiência. Nós não temos.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Tem na Unale, eu sou Vice-Presidente na Unale. **(fora do microfone)**

O SR. JOSÉ FRANCISCO DO SANTOS (Doca) - Tem na Unale, mas eu estou dizendo das comissões permanentes da nossa Casa.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Ah, aqui não, mas lá na Unale tem. **(fora do microfone)**

O SR. JOSÉ FRANCISCO DO SANTOS (Doca) - Nós não temos. Então, já está nessa propositura ou criar, eu costumo dizer que as comissões e os conselhos, quando tratam da pessoa com deficiência, dizem: comissão da criança, do adolescente, idoso e da pessoa com deficiência. Sempre tem "e da pessoa com deficiência". Nós vemos sempre indo em último plano: "e da pessoa com deficiência". E esse é um tema que nós precisamos centralizar.

O objetivo desta audiência é a propositura desse núcleo. Nessa nossa propositura da criação desse núcleo, nós

temos algumas ações imediatas já elencadas para esse núcleo. Que esse núcleo seja criado mediante Resolução da Casa, para que tenha força institucional além do funcionamento interno da Casa.

Que nós elaborem um plano de curto, médio e longo prazo. Porque, por conta de todo esse processo eleitoral, hoje a Casa Legislativa tem uma direção, amanhã terá outra. E esse núcleo tem que ser permanente. Assim como nós temos as Comissões permanentes, esse núcleo tem que existir da Casa, com os servidores da Casa, institucionalizado para cumprir o seu plano de trabalho. Aqui nós teremos também a propositura da criação do Estatuto da Pessoa com Deficiência do Estado de Rondônia. Nós temos o federal, vamos adequá-lo. Nós vamos criar o nosso e, assim como o federal, trazer também o instrumento normativo que sancione o não cumprimento pelos órgãos estatais, pelo privado, pelo descumprimento dessa norma.

Então, nós precisamos criar o Estatuto da Pessoa com Deficiência. O Estado de Rondônia já tem o Estatuto da Pessoa com Deficiência? Tem. Ele, inclusive, é de autoria do hoje Conselheiro Wilber, quando deputado. Mas ele está bem obsoleto e não tem esse instrumento de força compulsória para fazer cumprir os dispositivos que ali estão. E nós precisamos atualizar esse instrumento.

Outra alternativa, Deputado Camargo, Deputado Redano e os presentes, que nos pareceu a melhor das opções para fazer com que a política pública social da pessoa com deficiência se torne realidade no Estado de Rondônia. Eu acredito que seríamos pioneiros.

Garantir, na Constituição Estadual, a obrigatoriedade, assim como nas áreas de educação, saúde, um percentual mínimo do orçamento público destinado ao cumprimento no combate e para garantias da pessoa com deficiência. Aí nós teríamos uma situação de fato, porque tudo que se vê até então, seja nos municípios e no Estado, são penduricalhos.

Toda a vida, a comissão — não que a criança, adolescente, o idoso não seja importante —, mas se nós temos esse arcabouço normativo garantindo os direitos da pessoa com deficiência, por que não temos autonomia orçamentária de investimento, de política pública, para cobrar?

Deixa um gestor de cumprir a aplicação dos recursos da educação para ver o que acontece com ele. É conta rejeitada, inelegibilidade, multa de todo patamar. Assim nós temos que fazer com a pessoa com deficiência pública.

Vamos fazer no Estado. E mobilizar a nossa bancada federal para com os demais, para que faça isso também na Constituição Estadual, para que isso seja sirva de exemplo. Consignar.

E mais, não vamos nos ater aqui, porque quando a Constituição Federal vinculou os gastos, ele vinculou na Constituição Estadual; a nossa, Estadual, pode vincular os municípios, que, nas suas respectivas leis orgânicas, que são as constituições dos municípios, também vinculem a aplicação desses recursos. Essa seria uma das sugestões, porque não teria como descumprir.

Nós temos também a sugestão de que o Estado, o bom seria a criação de uma secretaria exclusiva. Secretaria Estadual da Pessoa com Deficiência. Com orçamento próprio, com autonomia. Mas isso, como se diz, é matéria privativa dos governos. Mas esta Casa, lá no artigo 29, inciso 34, 33, salvo engano...

Eu já vou concluir, deputado, só para... Eu me perdi aqui nos meus papéis. Eram tantos!

Então, criar essa secretaria ou um órgão que tenha essa autonomia dentro da estrutura de outra secretaria seria muito ruim, porque estaria, por exemplo, subordinada a outra secretaria. O que nós temos hoje, a título de Estado das Políticas, está vinculado à Seas, Secretaria de Ação Social.

Eu aqui, sem nenhuma, sem nenhuma não, com a crítica, mas sem nenhum demérito às pessoas, tivemos aqui a nossa equipe a maior dificuldade de falar com o Conselho Estadual de Educação, porque estava sob o aparato não sei de quem. Quantas e quantas tentativas nós tentamos. "Mas sobre o que é que quer falar?"

Nós encaminhamos ofício, tudo, pessoas chegaram a ligar para a presidência para saber qual o tema que se tratava. Ora é o Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência. Isso tinha que ter um acesso livre e rápido às pessoas.

Então, fica vinculado e subordinado à gerência de um órgão superior, por isso que eu digo que a Secretaria de Estado, deputados, — elegível e pretendo candidato a vice-governador do Estado. Estais a ouvir, não é? Quem sabe a Secretaria de Estado da Pessoa com Deficiência com recurso próprio vinculado para ter autonomia e desenvolver suas políticas públicas.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Importante. **(fora do microfone)**

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Importante. E os municípios fazer o mesmo, criar um departamento exclusivo. Porque também nos municípios a pessoa, todo o investimento e qualquer ação da pessoa com deficiência, nós detectamos que está vinculado às Secretarias de Ação Social de cada um, e a ação social é muito grande, os recursos também, então nós precisamos desvincular.

Nesse instante seriam essas as nossas considerações que o projeto diz. Mas, doutor, mas quem garante que isso vai ser levado a efeito? Vocês que estão aí, porque nós queremos compor esse núcleo com essa representatividade, e estaremos criando um estatuto. Aqui tem todo um elenco das competências do núcleo, da participação dos órgãos legais, da sociedade civil, do sistema de justiça, do município, queremos sempre contar com a presença do Ministério Público para essas, principalmente órgãos de controle, para fazer cumprir a lei, fazer cumprir a lei.

Senhores, eu me perdi um pouco aqui nas minhas anotações, peço desculpa, mas eu acho que deu para passar a ideia do que era isso. E, dando uma continuidade ainda no tema da técnica, dos estudos,

porque nós temos um processo, nós temos o registro de um processo aberto no SEI, que é o nosso sistema de controle, e essa coordenação toda feita pela nossa colega Bebel, ela tem uma exposição um tanto mais técnica e pequena, e eu passo a palavra a ela para as conclusões, deputados, depois fica aberto e você franqueia a oitiva das demais pessoas.

Muito obrigado e desculpe pelo embaraço aqui. Geralmente eu não sou assim.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Obrigado, Doutor Doca.

Aqui foi uma apresentação geral, o porquê da Audiência, por isso que o Doca se alongou um pouco, mas as exposições ficarão depois da fala da Mesa.

Só agradecer aqui os vereadores: Roselina Miranda, Fagner Cardoso, Elisana Siriaco, meu grande amigo Rivelino Dias, que são vereadores do Município de Rio Crespo. Muito importante a participação do Parlamento Mirim nessa discussão.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - A Cândrica. Gente, é a Bebel. Depois, depois da Mesa.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Presidente, só fazer o registro da Doutora Ana Cláudia, da AMAAR (Associação de Pais e Amigos do Autista de Ariquemes) de Ariquemes. **(fora do microfone)**

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Claro. Em nome do nosso querido Deputado Camargo, registrar a presença da AMAAR, de Ariquemes, Ana Cláudia. Obrigado pela presença.

Vamos dar continuidade. A Presidente da APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) de Rio Crespo também, Andréa. estou vendo aqui várias Presidentes de APAE, sintam-se todos cumprimentados. Passo a palavra, neste momento, para o Senhor José Hélio dos Santos, Presidente do Conselho Municipal de Pessoas com Deficiência de Porto Velho.

O SR. JOSÉ HÉLIO DOS SANTOS - Bom dia a todos. Fazer a minha autodescrição: faço uso de cadeira de roda, estou vestindo uma camisa preta, calça preta, faço uso de óculos.

Quero aqui agradecer ao nosso Presidente, toda a Mesa também; agradecer a presença de todos vocês. E falar um pouquinho como Presidente, que é uma luta árdua que a gente tem no nosso município. E pedir também apoio para todos vocês aqui presentes, que a gente está buscando muita coisa ainda, tem muita coisa para poder acontecer.

E, posso também falar um pouquinho como paratleta que sou também, de Rondônia, que também não é difícil. A gente vê falar de leis, de idealizar coisas as quais podem estar ajudando em todas essas colocações e falar da arquitetura de Porto Velho, uma cidade que ainda está

em formação, uma cidade que ainda tem muito para nos oferecer, questões de adaptações. Enfim, eu sou um porto-velhense de coração, amo Rondônia, Porto Velho, e fico até emocionado em estar aqui hoje.

Quero agradecer aqui todos os meus amigos que estão lá em cima; o meu presidente da Vida Ativa. Agradecer também o Francisco, da Casa de Apoio; agradecer o meu professor que está ali, o Silvio, um abraço; a minha amiga, de coração, que está bem ali sentadinha me observando, me olhando, Edislene, obrigado por estar aqui também. Eu falo bem pouquinho, gente, bem pouquinho.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Em nome do Deputado Rodrigo Camargo, cumprimentar a Peú, Vereadora Peú (Elisana Siriaco do Carmo). Cadê a Peú? Um abraço, Peú. Um abraço, Rivelino.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Vereadora de Rio Crespo. **(fora do microfone)**

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Vereadora de Rio Crespo. Vereadora Vânia do Tchaka, de Itapuã D'Oeste. Obrigado pela presença.

Passamos a palavra para a nossa querida Irmã Lina, Diretora do Hospital Santa Marcelina.

Irmã Lina, se por um acaso quem quiser usar a tribuna, gente, podem ficar à vontade, como se sentirem melhor.

A SRA. IRMÃ LINA MARIA AMBIEL - Bom dia, cumprimento ao Presidente da Casa e todos os membros aqui presentes na Mesa, e também a todos vocês.

Eu sou a Irmã Lina, alta, idosa. Trajo um hábito branco, ou aqui chamam de farda, por ser religiosa, cabeça coberta por um véu branco também, eu uso óculos.

Como presidente, Diretora da Casa de Saúde Santa Marcelina, uma instituição prestadora de serviços, temos também a missão de contribuir com a qualidade de vida das pessoas com alguma deficiência. E por mais que a gente faça, é sempre muito pouco, porque cada dia nós temos um número grande de pessoas que acabam fazendo parte desses que dependem de meios especiais de locomoção, de tratamentos específicos.

Só para dizer para vocês, nós hoje temos 502 pacientes na fila de espera de órteses e próteses, sem falar todos os demais, as demais necessidades, sejam de cadeiras de rodas simples, especiais, de banho, cadeiras motorizadas. Também a gente tem uma grande dificuldade de poder fornecer por causa dos custos, que talvez seria alguma coisa que precisaria batalhar também pela melhora de alguns valores para a gente poder colocar mais à disposição.

Mas nós temos, em média, 3.500 atendimentos anuais na oficina ortopédica. Então, a necessidade, uma vez que a pessoa precisou de uma prótese, ela vai a vida toda precisar de uma prótese. A cadeira de rodas pode ser que algumas pessoas usem temporariamente, mas outras também, a vida toda. Mas a gente procura fazer a nossa parte, pedindo a Deus essa graça de poder sempre

contribuir para que as pessoas tenham mais qualidade de vida. É isso.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Agradecer também à Diretora Administrativa da APAE de Ji-Paraná, Maria José. E o Conselho Municipal de Direito de Pessoas com Deficiência de Ji-Paraná, também presente; e também, o nosso amigo Giovanni. O Giovanni veio de Extrema, do finzinho do Estado, para participar com a gente. Gratidão, bom vê-los aqui.

Marlene Soares, assistente social, Diretora do Sindicato dos Assistentes Sociais e Conselheiras do Conselho da Saúde. Agradecer a presença do senhor Mirim Brito, Presidente do Sindicato do Poder Legislativo.

Convido para o uso da palavra a Presidente da AMA - Associação de Amigos dos Autistas, senhora Nilza Maria.

A SRA. NILZA MARIA FERREIRA DA SILVA - Bom dia a todos, vou fazer a minha autodescrição. Eu sou morena, tenho 1,62, cabelos com luzes, uso óculos, estou trajando uma calça cinza, uma blusa verde e um blazer preto.

Eu quero cumprimentar, em nome do Deputado Alex Redano, toda a nossa Mesa aqui.

Eu sou Nilza, estou presidente da Associação de Pais e Amigos do Autista de Rondônia há 10 anos. A AMA já existe há 25 anos. Nós trabalhamos com crianças, jovens e adultos autistas, todos os suportes, na área da educação, assistência e saúde.

Eu quero agradecer a presença das nossas coordenadoras que estão aqui, da saúde - a da assistência não está aqui. As famílias também, as mães que estão aqui representando também seus filhos.

E falar um pouquinho. Este ano é um ano político, em que todos nós estamos acompanhando.

Eu estava comentando com o Doutor Gilberto, não está mais aqui, superintendente da Fiero, que eu aprendi a gostar de política. Nós temos bons políticos aqui no nosso Estado de Rondônia. O nosso Deputado Delegado Camargo aqui, que representa muito bem aí, o nosso Deputado Alex Redano também, que sempre, quando é possível, está aí junto com a gente. Pessoas maravilhosas.

Mas ainda temos muitos gargalos, tanto na educação, na assistência, na saúde. Aqui, representantes de entidades, as APAEs, Casa Família Rosetta, e outras que estão aqui, de movimentos também, que vêm trabalhando, se movimentando, para que as políticas realmente consigam chegar até essas pessoas.

Eu, estou à frente da AMA, eu sei o que é isso. A gente passa por momentos difíceis este ano, e, assim, isso tem me dado muita dor de cabeça, dor de cabeça mesmo, de não conseguir dormir, porque eu quero que a política chegue a todos, não só à AMA, mas a todas as entidades que estão aqui.

Que políticas realmente... Quem está lá, o governador, o prefeito, trabalhem para que essa política chegue até as instituições, porque leis são feitas. A gente vê, assim, muitas pessoas empenhadas para que essas leis

realmente sejam cumpridas.

Mas, sem o recurso chegando para que essas entidades façam o trabalho, a gente não consegue chegar a lugar nenhum, não é não, Juce?

Então, assim, a gente precisa que esses recursos, de uma forma, Deputado Alex Redano, que realmente, que seja feito realmente um trabalho, que coloquem no orçamento, se der, para que realmente esses trâmites consigam chegar mais rápido para atender essas pessoas.

Hoje nós temos, a AMA hoje, nós atendemos... O suporte é 200, estamos atendendo 170 crianças, jovens e adultos. Estamos com 56 pessoas ali dentro atendendo, no qual nós temos cedência de alguns professores, tanto do município como do Estado. Mas ainda é muito difícil, porque a gente sabe de todas as dificuldades.

Quando a gente cobra o prefeito, o governador e secretários, eu sei da dificuldade que é. Eu sei porque nós estamos lá na ponta. Nós vivenciamos isso todos os dias.

Então, hoje, os recursos que são aplicados para as secretarias, para todas, tanto do Estado como do município, que realmente consigam chegar mais rápido, gente, porque não dá tempo de esperar.

Hoje nós estamos com... Já tivemos. A fonoaudióloga não está mais com a gente.

E, assim, se a gente não conseguir que esses recursos cheguem mais rápido, gente, nós vamos ter uma reunião dia 30 lá na associação com todos os associados, e nós vamos ter que falar como que funciona, porque a gente acompanha, a gente sabe como é que funciona a política para esse recurso chegar.

E nós vamos sentar a conversar com eles. Não quero, eu já falei para eles, eu não gosto de brigar com ninguém. A gente vai sentar, vamos fazer uma pauta, e trazer para quem for, tanto para o Estado como o município, e fazer realmente essas cobranças, porque esse recurso tem que chegar. Se não chegar, vai ser sempre isso.

Nós temos mais, se eu não me engano, a Doutora Tércia sempre está acompanhando aí, mais de 3.500 pessoas só do município, autistas, crianças que estão precisando. E a gente faz um trabalho muito legal. Eu falo, assim, que quem conhece a AMA, quem conhece toda a nossa equipe, sabe que a gente faz esse atendimento.

A gente leva conhecimento também para o interior, para as APAEs, nós somos filiados à Federação das APAEs, nós nos ajudamos. Só que, sem recurso, não tem como. Não tem, não tem.

Para quem trabalha à frente, fazendo os projetos, apresentando. E hoje eu falo para vocês que as entidades estão se capacitando melhor. Eu falo, assim, que tem que conhecer realmente como que funciona, porque não adianta você chegar lá, querer brigar com a assistente social, querer brigar com isso. Não. Porque, se você não tiver documentado e realmente chegar ali e dizer: "Não, funciona desse jeito. Eu estou com o meu recurso, eu quero receber o meu recurso", e brigar para os seus direitos.

Então, assim, hoje eu falo para vocês que nós temos,

todas as entidades que estão aqui, mais clareza de como que funciona, não é, Tielen? Nós temos essa clareza.

Temos bons políticos? Temos! Doutora Luzinete, aqui, que representa a pessoa com deficiência na OAB, sempre está acompanhando.

Então, hoje eu falo para vocês que ninguém engana mais a gente não, tá? Ninguém engana mais a gente, não. Nós estamos lá para apoiar quem realmente está nos apoiando, e a gente precisa disso.

Então, muito obrigada e um bom dia para todos.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Convido para uso da fala a Senhora Tércia Marília, Secretária Adjunta da SEMIAS.

A SRA. TÉRCIA MARÍLIA MARTINS BRASIL - Bom dia a todos e todas. Vou fazer uso da tribuna porque é uma forma que algumas pessoas neurodivergentes, assim como eu, encontram de organizar melhor a sua fala, a sua conduta.

Eu me chamo Tércia Marília, estou falando fora do microfone para que, se tiver alguma pessoa com deficiência visual, ela consiga me identificar no auditório.

(fora do microfone)

Sou uma mulher de 1,70 de altura, tenho cabelos loiros, eles estão presos em um coque, estou com uma calça comprida bordô com branco, uma sandália marrom, uma blusa branca de lã por dentro e um blazer roxo. Os meus óculos são óculos marrom pequeno e eu estou usando brincos pequenos e um colar pequeno também, e um anel no dedo indicador, dois anéis em cada dedo indicador e nos dedos anelares. Essa é minha audiodescrição. As pessoas com deficiência visual se sentem representadas por essa audiodescrição? Samara está aí? Ok, perfeito.

Esse é o meu sinal na comunidade surda. Alguém sinaliza ao Geovane, por favor? Muito obrigada. Se os senhores ainda não têm um sinal na comunidade surda, todos podem ter. Somos todos muito bem-vindos à comunidade surda.

Quero iniciar cumprimentando esta Mesa de uma forma muito especial, na pessoa das mulheres que a compõem. Cumprimento a Promotora Doutora Daniela Nicolai, sempre muito presente nas nossas pautas, sempre muito parceira, o Ministério Público, um órgão sempre muito diligente quando a gente está falando de pessoas com deficiências e neurodivergências.

Cumprimento também a Procuradora Doutora Paula, muito obrigada pela parceria de sempre. A Doutora Luzinete Xavier, nossa Presidente da Comissão da Pessoa com Deficiência na Ordem dos Advogados do Brasil, que tem feito um trabalho primordial na defesa das pessoas com deficiências no nosso município.

Cumprimento a Nilza também, há mais de 12 anos caminhando juntas nessa luta. Irmã Lina também, diretora do Hospital Santa Marcelina.

E, por que eu faço questão de começar cumprimentando esta Mesa pelas mulheres? Porque quando falamos de deficiências, de autismo, de cuidado, de escola, de

saúde, de direitos, nós sabemos historicamente que somos nós, mulheres, que defendemos essa luta.

Historicamente somos nós, mulheres, que defendemos essa luta. Somos nós que, em grande maioria, aparecemos na linha de frente do cuidado. Somos mães, avós, irmãs, professoras, cuidadoras, técnicas, servidoras, profissionais de saúde, de assistência social, de educação, do sistema de justiça e da sociedade civil. Nós que seguramos, muitas vezes, sozinhas as nossas famílias inteiras.

E muitas vezes somos nós que reorganizamos a nossa própria rotina, que abandonamos o trabalho, que enfrentamos filas intermináveis para buscar laudos, para buscar direitos nas escolas, para buscar o BPC (Benefício de Prestação Continuada) dos nossos filhos, para buscar transporte, para atendimento, para comunicação em busca de dignidade.

Muitas vezes somos nós que carregamos no corpo e na alma o peso tão duro da ausência do Estado. Por isso que, ao cumprimentar as mulheres desta Mesa, eu também cumprimento todas as demais mulheres que estão nesse auditório e todas aquelas, todas vocês, que todos os dias cuidam, lutam e que constroem a inclusão. Mas eu quero fazer agradecimentos especiais para mulheres que também deveriam compor esta Mesa, a exemplo da Leide, que é a nossa mãe atípica, que luta pela política pública da pessoa com deficiência no centro do nosso Estado, em Ji-Paraná. A Gilse, que está lá na Casa Família Rosetta, cuidando das nossas crianças, dos nossos adultos que estão em condições de cuidado intensivo 24 horas e que tem o primeiro centro-dia do nosso Estado lá também.

A Tielen, que está ali, um grupo de mães atípicas com mais de 300 mães fazendo suporte e dando o apoio que as nossas mães precisam. A Samara, que está ali como mãe atípica, também pessoa com deficiência visual, dentre outras mães que estão aqui hoje carregando essa responsabilidade de lidar com tantas dificuldades todos os dias, que nós enfrentamos.

Deputado Alex Redano, quando o Poder Legislativo abre espaço para essa pauta nós reconhecemos que a política da pessoa com deficiência deixa de ser uma pauta lateral. E é uma pauta de direitos humanos, de justiça social, como foi dito aqui pela Nilza, é uma pauta de orçamento, é uma pauta de desenvolvimento e uma pauta de responsabilidade pública. E essa audiência demonstra a sensibilidade política e o compromisso institucional que a nossa população, por muito tempo, precisou gritar para ser ouvida.

Eu cumprimento também, com muito carinho, o Deputado Delegado Rodrigo Camargo, que tem sido um parceiro tão importante às pautas ligadas à pessoa com deficiência e às famílias atípicas. Tem sido fundamental, tem sido essencial na construção dessa política pública. Quando uma liderança pública, Deputado Camargo, escolhe - porque isso é uma escolha, estar perto das famílias, ouvir as suas dores e transformar essa escuta em ação concreta -, isso ajuda a romper uma cultura de invisibilidade, uma cultura histórica de invisibilidade.

E nós sabemos o quanto é importante nós termos parlamentares que entendam que a inclusão não se resolve só com boa intenção, que a inclusão, é articulação; é recurso, lei; é compromisso, mas é presença junto com as pessoas.

Gostaria de cumprimentar também o Doutor Flávio Henrique, nosso Juiz de Direito, que está próximo das nossas pessoas com deficiências, o tempo inteiro, durante essa luta, incansavelmente.

Nós temos que dar a César o que é de César. E o Doutor Flávio é fundamental nessa luta, uma das pessoas mais importantes. E, graças a Deus que nós temos o senhor no Poder Judiciário para nos ajudar a construir essa política pública.

Bom, eu quero também cumprimentar, de forma muito especial, a nossa Diretora de Inclusão, que é a Lidiane, que está aqui. A Lidiane Silva. Ela é doutoranda em inclusão e mãe atípica. A primeira Diretora de Inclusão do Município de Porto Velho.

A Lidiane representa uma síntese muito bonita e potente do que essa política precisa ser, que precisa ter conhecimento técnico, experiência de gestão de 30 anos, não é isso, Lidiane, quase? Vivência real do cuidado e um compromisso profundo com a inclusão. E é isso que eu vejo na sua vida. Muito obrigada por caminhar todos os dias lado a lado conosco.

Eu também quero registrar o trabalho de uma mulher que se chama Flaviana Tertuliana, ela está sentada bem ali. Levanta, por favor, Flaviana, para que todos te vejam e todos te aplaudam.

A Flaviana, juntamente com a Edilza e outras mães, foi a mulher que fundou o 1º grupo de apoio a mães atípicas do Estado de Rondônia. E hoje, a Flaviana, eu tenho a satisfação e a honra de dizer que ela é a nossa gerente do CREAS, que é o Centro de Referência Especializado da Assistência Social do Município de Porto Velho, que é um serviço de proteção a famílias que já sofreram violências.

E hoje, ter você neste lugar, Flaviana, mostra que eu não consigo ver alguém melhor para lidar com pessoas com deficiências, idosos, mulheres que foram vítimas de violência do que você. Porque, quem melhor que uma mãe atípica, que passou a vida inteira lutando contra a violação de direitos para garantir direitos? Eu não vejo alguém melhor do que você.

E falar da Flaviana é falar de proteção, é falar de cuidado. Muito obrigada, Flaviana, por ter aceitado esse desafio do prefeito Léo Moraes de cuidar do nosso PAEFI (Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos) e do nosso SAPDIF (Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias). Muito obrigada.

Por isso, eu quero finalizar a minha fala fazendo um agradecimento muito especial ao companheiro José Hélio. José, ao cumprimentar você nessa Mesa, eu cumprimento todas as pessoas com deficiências que estão aqui presentes e que são, quem, de fato, precisa estar no centro dessa discussão.

Deputado, nenhuma política pública sobre deficiência

pode ser construída sem falar com quem vive a deficiência, quem encontra a calçada quebrada lá na rua, quem encontra o prédio inacessível, quem encontra o transporte que não chega, quem encontra a comunicação que falha, quem sente no corpo e na vida, todos os dias, as barreiras que muitos de nós só conseguimos ver no papel.

A pessoa com deficiência não pode, gente, ser lembrada só como público-alvo; não pode ser chamada apenas para validar uma política que já está pronta ou uma lei que já está escrita. A pessoa com deficiência tem que ser reconhecida como o centro da intervenção, como sujeito de direito, de voz, de escolha, de decisão política e de poder político. Isso é como a pessoa com deficiência precisa ser considerada.

E porque falar de inclusão em Porto Velho é falar também dos nossos distritos; é falar de uma capital imensa que é a maior capital em extensão territorial do Brasil. Nós somos maiores em extensão territorial que São Paulo. Então, é impossível não falar das mães atípicas, das pessoas com deficiências que vivem nos nossos distritos. Amanda está bem ali, que é a nossa mãe atípica, representante do nosso grupo de mães de Jaci-Paraná. Amanda, levanta, para que todos te conheçam e para que todos te aplaudam.

Para muitas famílias, chegar a um serviço não significa só pegar um ônibus, senhores. Às vezes significa atravessar o rio, às vezes significa sair do Baixo Madeira, depender de barco, enfrentar estrada difícil, perder um dia inteirinho de trabalho, reorganizar a vida, contar com os vizinhos, com a escola, com o Conselho Tutelar, com todo mundo, para conseguir dar o mínimo para os seus filhos. Por isso que quando uma mãe de um distrito ou do Baixo Madeira chega até nós, ela não traz só uma demanda individual, ela traz um retrato da desigualdade territorial que nós vivemos.

E ela traz um retrato da política pública que precisa chegar onde a cidade é mais longe, onde o acesso é mais caro, onde a gente demora demais para aparecer. E é por isso que eu preciso parabenizar o Tribunal de Justiça pelo evento que vai acontecer agora no Baixo Madeira; eu preciso parabenizar a Seas pelo evento que acabou de acontecer no Baixo Madeira; eu preciso parabenizar todos nós que estamos nos esforçando para fazer as políticas públicas chegarem às escolas rurais, nas comunidades ribeirinhas, nas famílias que estão longe aqui dos nossos prédios públicos, mas que elas estão muito perto das consequências que sofreram a vida inteira da ausência do Estado.

Em nome do Prefeito Léo Moraes, eu quero reafirmar que Porto Velho assumiu a inclusão como compromisso de governo, como compromisso de governo. Não como um discurso bonito, não como uma ação isolada, não como um evento pontual, mas como uma política pública, com diagnósticos, indicadores, com orçamento, com governança e com responsabilidade, que é o que eu vou mostrar para os senhores no meu painel técnico, quando eu apresentar daqui a pouco o Índice de Esforço Municipal, do Município de Porto Velho, em torno da

política da pessoa com deficiência.

Desde o nosso plano de governo, o Prefeito Léo Moraes estabeleceu, em duas páginas, pela primeira vez na história, que a inclusão das pessoas com deficiências e das famílias atípicas precisava deixar de ser tratada como uma pauta secundária e precisava entrar no centro do planejamento da gestão. E Porto Velho está fazendo isso. E isso é uma mudança profunda de governança, uma mudança de política, porque a política em Porto Velho já deixou de depender apenas da boa vontade das pessoas e passou a ter uma governança pública de verdade.

Eu gostaria de agradecer pela oportunidade e gostaria que todos vocês pudessem depois permanecer para ficar aqui com a gente, para ver o nosso painel público de esforço municipal, para conhecer o SMEI, que é o nosso Sistema Municipal de Educação Especial e Inclusiva, que ele está sendo considerado pelo GAEP (Grupo de Apoio a Especialização Profissional) como modelo para os outros municípios do nosso Estado de Rondônia.

O nosso sonho precisa ser que um dia essa estrutura de Secretaria de Inclusão não precise mais ser um lugar permanente. O nosso sonho é que a educação consiga fazer a sua parte, que a saúde consiga fazer a sua parte, que a cultura, o lazer, o esporte, todos consigam fazer a sua parte sem a necessidade do tensionamento de uma Secretaria de Inclusão. Mas nós sabemos que o que nós queremos está muito longe ainda de acontecer, mas o mais importante é que nós saímos do lugar.

E nós estamos medindo, nós estamos planejando, nós estamos criando leis, estamos buscando parcerias. O que nós queremos é que nenhuma mãe mais precise gritar sozinha. A gente não quer que nenhuma pessoa surda fique sem comunicação diante do poder público, que nenhuma criança deixe de acessar o BPC (Benefício de Prestação Continuada) por falta de orientação ou apoio, e que nenhuma pessoa com deficiência, dos distritos, seja esquecida porque mora longe, e que nenhuma família em situação de violação de direitos fique sem acompanhamento.

Porto Velho está fazendo a sua parte. Ainda há um caminho longo, mas nós escolhemos caminhar. E escolhemos caminhar com vocês, com as famílias, com a Assembleia Legislativa, com o Sistema de Garantia de Direitos, com as mulheres, com os conselhos, com as escolas, com os profissionais. Inclusão é justiça, inclusão é direito e, acima de tudo, a inclusão é uma cidade que aprende a não deixar ninguém para trás.

Em nome do Prefeito Léo Moraes, eu gostaria de agradecer a oportunidade de estar aqui hoje, de compor essa Mesa e de participar desse momento tão importante e marcante para o nosso Estado de Rondônia. Deputado Alex, novamente, muito obrigada por tudo isso que vai acontecer hoje aqui ainda. E às famílias atípicas, contem conosco, contem com a Prefeitura de Porto Velho, contem com o nosso Prefeito e com a nossa Secretaria de Inclusão, que hoje é uma realidade pela primeira vez no primeiro município do Estado de Rondônia. Muito obrigada.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Parabéns pela fala. Só justificar aqui, o Deputado Delegado Camargo tem uma entrevista agora na televisão, ao vivo. Ele vai a essa entrevista, mas daqui a pouquinho já retorna aqui conosco.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Obrigado, Presidente. Apenas quero rapidamente cumprimentá-lo e confirmar, com Vossa Excelência mesmo disse, eu tenho agendada uma entrevista às 11:30, mas a minha assessoria vai ficar aqui para ir tomando algumas anotações, que serão extremamente importantes, porque nós já estamos praticamente finalizando, Presidente, a construção do plano de governo da pré-candidatura do Marcos Rogério e do Camargo.

E eu só queria fazer um apontamento e depois do meu retorno eu falo mais sobre isso, mas a Secretária Tércia trouxe algo muito importante, que é orçamento.

A Lei Orçamentária deste ano, isso aqui vocês podem consultar posteriormente, nós temos um orçamento no Estado de Rondônia de R\$ 18 bilhões. Sabe quanto foi destinado para tratar, agora vamos lá, da pauta de direitos humanos, migrantes, refugiados, indígenas, população em situação de rua, igualdade racial, diversidade sexual, coloca tudo no mesmo balaio, todo mundo. De R\$ 18 bilhões, o Estado reservou para toda essa população apenas R\$ 1,9 milhão, isso significa 0,01% do orçamento, ou seja, nada.

Então, a gente precisa também se debruçar sobre isso e assumir compromissos concretos e verdadeiros, principalmente com exemplos bem-sucedidos a nível de Brasil e também, programas muito bem-sucedidos pelo Prefeito Leo Moraes aqui na capital.

Eu peço licença a todos vocês, irei me retirar, mas retorno logo na sequência para continuar na Audiência Pública. Parabéns, Presidente, pela iniciativa e cumprimento, em nome da sua pessoa, todas as demais autoridades da Mesa. Obrigado, com licença.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Obrigado, Deputado Delegado Camargo. Registrar a presença aqui do Pastor Evanildo Santos, representando a Igreja Universal. Importante a presença de vocês, Missionária Mônica, da Igreja Universal; senhor Francisco Assis Leite, Presidente da Associação Beneficente Lar São Francisco, feito o registro.

Convido o Senhor José Odair Maciel, Vice-presidente do Condef - Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência, com a palavra.

A Bebel, veio aqui comigo para fazer um alinhamento, pelo adiantar das horas, as pessoas aqui da Mesa que vão fazer também uma exposição técnica, se sentirem à vontade, após a sua fala já faz a exposição técnica e assim que terminarem as falas da Mesa, nós queremos ouvir a plenária.

Então, senhor José Odair, com a palavra, por favor.

O SR. JOSÉ ODAIR DO NASCIMENTO MACIEL - Bom dia. Pessoal, agradecer primeiramente a Deus por

essa oportunidade de estar aqui. Vou fazer aqui minha autodescrição: sou um homem, 1,74, tenho os cabelos pretos, sou pardo, uso óculos, estou com uma camisa preta com a logo da associação onde eu sou presidente, a ASDEVRON (Associação dos Deficientes Visuais do Estado de Rondônia), no peito, estou trajando uma calça preta, um sapato preto e um blazer preto com listras, e na minha mão esquerda estou segurando uma bengala branca.

Pessoal, queria aqui cumprimentar o nosso Deputado Alex Redano, em nome dele eu cumprimento a todos e todas aqui da Mesa e o pessoal que está no auditório. Realmente precisamos fortalecer o direito das pessoas com deficiência.

O Condef, em 2025, fez a 5ª Conferência da Pessoa com Deficiência aqui no nosso Estado, e pasmem, pessoal, só 13 municípios fizeram as suas conferências. Por quê? Porque temos poucos Conselhos de Direito no nosso Estado. Somos 52 municípios, e só temos quatro Conselhos de Direito em todo o Estado.

Então precisamos fortalecer, precisamos dialogar com a sociedade civil e com o governamental, e até com as empresas privadas para conseguirmos ativar esses Conselhos, para que realmente o direito chegue para a pessoa com deficiência em todo o Estado.

E o Condef está totalmente à disposição para esse diálogo, para contemplar todas essas pessoas. Não vou me alongar muito, vou falar um pouco sobre a minha instituição. Eu concordo aqui com a minha amiga Nilza, por quê? Porque temos muito trabalho, mas pouco recurso, e para isso precisamos do Poder Público.

A Nilza diz que está sem a fonoaudióloga, e nós estamos sem o psicólogo, sem assistente social e sem a orientação em mobilidade, que é tão preciso para as pessoas que têm deficiência visual. Então, eu gostaria que as autoridades aqui presentes pensassem nisso.

E eu quero deixar o Conselho de Direito das Pessoas com Deficiência, o Condef, totalmente à disposição para o diálogo. Muito obrigado.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Parabéns pela palavra.

Convido o senhor Evaldo da Rocha Maia, neste ato representando a Fecomércio.

O SR. EVALDO DA ROCHA MAIA - Bom dia a todos.

Em nome da Fecomércio, queremos agradecer o convite para participar dessa audiência. Ao tempo em que cumprimentamos as autoridades presentes, na pessoa do Presidente Alex Redano e os servidores da Casa.

Senhoras e senhores aqui presentes, eu queria, assim, primeiro parabenizar o Presidente por esta Audiência Pública e pela importância que tem essa audiência, principalmente.

E eu vou contar uma historinha rápida, bem rapidinha, minha, porque a colega, em uma fala anterior, disse da falta de visibilidade dessas pessoas, que tem esse problema.

Então, o que aconteceu? Em 2013, eu sofri... Aliás, eu

peço desculpa, que eu quero me apresentar para as pessoas com deficiência. Eu tenho 1,64, sou branco, estou vestindo uma calça verde, uma camisa verde e um blazer azul-marinho. Tenho cabelos brancos, 67 anos, sou engenheiro e estou aqui para representar a Federação do Comércio.

E, como todo engenheiro, eu quero ser breve, objetivo e com propostas concretas.

Em 2013, eu sofri um acidente e por um período de tempo tive que fazer uso de cadeira de rodas. Antes eu não via, nunca me importava tanto com essas pessoas. Só que aí eu caí numa cadeira de roda.

Aí o que aconteceu? Eu comecei a ver que cada obstáculo, por menor que fosse, era um dilema. Um degrau na porta da minha sala, lá para ter acesso à minha área lá de fora, era como se fosse uma montanha.

Eu não podia sair de casa porque eu precisava de ajuda. Se eu estiver sozinho em casa, não tinha como depois eu entrar para dentro de casa de novo. Eu comecei a perceber o que esse pessoal passa, não é? Então, foi aí que eu vi que eu estava perdendo a minha autonomia. Bom, quando eu precisei ir ao comércio, eu estou aqui falando, eu sei que tem muitas frentes aqui, tem o problema na educação, temos o problema no transporte, mas eu estou me especificando aqui na área do comércio, que é o que eu represento aqui no momento.

Então, quando eu precisei ir ao comércio, percebi que a acessibilidade era muito restrita. Calçadas sem rampas, totalmente fora de uniformização, banheiros sem as condições adequadas para atender PCD, falta de sinalização nas vias.

Então, eu comecei... Aliás, eu também tenho um filho que é autista. E conheci até a AMA. A AMA era lá na Vila da Eletronorte, onde eu moro. Então, eu conheci a AMA. E eu comecei a pesquisar sobre o assunto, falei: "O que eu posso fazer?"

Aí, através da Federação do Comércio, eu comecei a pesquisar, falei assim: "Caramba, o que a gente pode fazer?" Apresentar projetos para melhorar essa acessibilidade, principalmente por causa do comércio. Então, eu verifiquei que tem um artigo no Código de Trânsito Brasileiro, o art. 320 e o 320-A, que fala que parte dessas multas arrecadadas no município são destinadas para melhorias das calçadas, melhoria de sinalização e outras coisas. E eu falei: "Poxa, é aqui que está o recurso." Entendeu?

Então, o que era a nossa proposta? Até a Federação do Comércio já apresentou dois projetos, um para a Avenida Nações Unidas e outro para a Avenida Jatuarana.

Uniformizar calçadas, fazer rampas, sinalização. Então, são medidas que poderiam ajudar muito essas pessoas portadoras de deficiência, principalmente cadeirantes. Bom, basicamente, eu quero ser muito breve porque essa Audiência ainda tem muita gente para falar.

Aí eu vi nesse artigo a oportunidade para a gente obter parte desse orçamento para executar melhorias em nossas vias urbanas, padronização de calçadas, construção de rampas de acesso, sinalização de vias públicas, dentre outras melhorias possíveis.

Como fazer isso? Apresento essa proposta. Porque hoje, por exemplo, eu participo de um comitê gestor do Ministério das Minas e Energia que a gente está vendo sobre a questão de sistemas isolados de consumidores da Amazônia Legal e navegabilidade do rio Madeira. Eu estava vendo a colega anterior falando aqui na tribuna sobre os ribeirinhos.

Então, quer dizer, esse acesso do ribeirão ao rio também vai ser incluído. Eu foi muito bom ouvir isso aqui hoje, porque eu vou levar esse problema lá, entendeu? Porque eu não tinha pensado, eu pensava: "Poxa, tem que ter acesso, tem que ter porto, a pessoa tem que chegar no rio". Mas eu não tinha pensado na pessoa deficiente, agora me toquei. Então, é mais um ponto que eu vou levar para o Comitê Gestor pró-Amazônia Legal. Então eu acho, assim, que a gente criar esses comitês gestores compostos por representantes do Poder Público, sociedade civil, no caso, conselhos consultivos. Formar esse pessoal, porque a gente sabe que existe o recurso. Fazer essas políticas públicas, contínuas. Trazer isso, inclusive, para ser contínuo, colocar isso dentro do Plano Diretor de cada município, entendeu?

Então, eu acho que isso seria uma política permanente que pode ajudar esse público que necessita tanto e que tem pouco orçamento e pouca visibilidade. Essa é a nossa contribuição. Muito obrigado, Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Parabéns pelas palavras.

Quero aqui agradecer à Presidente da APAEs, Hilda Salvatico, não pôde estar presente, mas convocou a todos os diretores para estarem. É uma guerreira, tem um legado de muito trabalho nessa área pelo Estado de Rondônia.

Convido a Doutora Luzinete Xavier, Presidente da Comissão Especial dos Direitos da Pessoa com Deficiência, representando a OAB.

Quero aqui antes fazer um agradecimento especial aos nossos queridos alunos da Escola Major Guapindaia e também os professores. Uma salva de palmas. Fizeram questão de virem participar e só anunciar que daqui a pouquinho eles têm que ir, que vai terminar o período da aula. Eu escutei um "ah", é porque estão gostando.

Com a palavra, doutora.

A SRA. LUZINETE XAVIER DE SOUZA - Bom dia. Bom dia a todos. Eu vou fazer, inicialmente, a minha autodescrição, vou colocar o microfone aqui um minutinho só para que os deficientes visuais se situem onde eu estou.

Meu nome é Luzinete Xavier, eu estou aqui representando a Comissão de Defesa das Pessoas com Deficiência da Ordem dos Advogados. E agradecer imensamente, Presidente, essa propositura e o convite para que a Ordem dos Advogados do Brasil esteja aqui para falar sobre as demandas que nós recebemos.

Eu achei muito interessante a propositura do Doutor Doca a respeito da criação de um núcleo, a respeito da proposição da criação de uma secretaria. E, realmente, nós temos observado, a necessidade pelo que já foi

exposto aqui.

Cumprimentar a todos. Cumprimentar todas as mulheres aqui presentes. Até, pegando carona nos argumentos que a Doutora Tércia colocou, o quanto é importante falar sobre a presença da mulher aqui.

Quero agradecer a todos os presentes. Falar das mães, eu vou procurar ser o mais objetiva possível, porque eu sei que aqui tem muitas mães atípicas, tem várias colegas minhas aqui, de vários movimentos e que daqui a pouco começa a urgência, de buscar filhos, levar na terapia. E nós temos muitas proposições para fazer, inclusive várias entidades com slides, com serviços propostos, então vou procurar ser objetiva para não estendermos muito o nosso horário.

Agradecer a presença de alguns membros da Comissão, deputado, que estão aqui. Nós procuramos fazer um trabalho auxiliando a comunidade. Nós temos aqui o Doutor Jessé, que é o Vice-Presidente da comissão, que está sentado ali, a Gil e outros membros da Comissão que se fazem presentes.

Nós temos recebido de toda a comunidade, Presidente, algumas demandas, e algumas nos preocupam muito, voltadas com a questão da educação, da saúde, assistência social, mas principalmente da educação e da saúde. Essas são muitas das demandas que chegam até a Ordem. E dentro dos limites que podemos atuar, dos limites de que podemos assistir, é a Casa da Cidadania, então temos alguns limites. Não temos orçamento também, não temos isso, é tudo dentro de uma condição de voluntariado, então temos muitos limites.

Mas, mesmo assim, nunca medimos esforços, tanto eu quanto os demais membros da Comissão, nós nunca medimos esforços para que possamos auxiliar tanto a comunidade. A comissão não é voltada somente para a advocacia, é para a advocacia também, evidentemente, mas também voltada para a sociedade em geral. Então agradecendo o convite, a temática.

A Bebel — acho que é Bebel —, pediu para que eu apresentasse, se eu tinha algum material, alguma coisa para apresentar a respeito de propositura ou de trabalhos que a Comissão já participou e de trabalhos ou de proposições que a Ordem dos Advogados tem.

A princípio, um ponto que nós já recebemos, e eu até senti falta aqui do Tribunal de Contas do Estado, até perguntei pela Bebel, do Tribunal de Contas do Estado. E, por que eu senti falta do Tribunal de Contas do Estado? E aí, já falando do eixo, do eixo educação. Porque nós recebemos as mães, algumas que estão aqui, eu sei que a Flaviana, a Tielen, dentre outras mães atípicas que estão aqui; a Sílvia, a AMA estava no momento. Foi apresentado, salvo engano, acho que em 2022, posso estar equivocada com esse ano; ou foi 2023; foi apresentado um plano de ação, já, do Estado de Rondônia em conjunto com a Seduc, Secretaria de Assistência Social e Secretaria de Saúde.

E, há aproximadamente uns 40, 45 dias, eu diligenciei até o Tribunal de Contas do Estado, porque eu gostaria de saber qual é o resultado desse plano de ação. O que ele tem realmente, efetivo, de execução? Aonde é que

chegou e qual é a fase do cronograma daquele plano de ação que foi apresentado lá?

Na época eu estava sentada, como mãe, na tribuna; e muito curiosa. E nós, inclusive, entendemos, eu enquanto mãe ali naquele momento, entendi que aquele cronograma era muito extenso, era muito longo. Tinha uma previsão para a execução até 2027 daquelas temáticas que foram trazidas naquele plano de ação.

E quando eu diligenciei ao Tribunal de Contas agora, há aproximadamente 45 dias, tentando encontrar uma saída, Doutor Doca, Deputado Alex Redano, para a questão da educação, que todo início de ano, todas as mães, assim, é uma movimentação muito grande. E a comissão é muito demandada em relação a esse tema, porque não tem o cuidador, porque não tem o professor de apoio, aqueles assuntos que nós já trouxemos aqui em outras audiências. Então, todo início de ano tem uma demanda muito grande na comissão por conta dessa matéria.

Eu cheguei a pedir para a Ordem dos Advogados para criar um requerimento, e que nesse requerimento, a família, o advogado, enfim, a sociedade em geral, apontasse ali qual era a demanda, qual era a necessidade daquela família, o que exatamente eles estavam precisando, para que nós assistíssemos e orientássemos essa família.

Nós recebemos uma demanda muito grande, ao ponto de que nós não tínhamos e não temos realmente condição, com os membros que temos na Comissão, a quantidade de membros; e, por estarmos trabalhando no voluntariado, nós não tínhamos condições — e não temos realmente — de assistir todas aquelas pessoas; mas nós fizemos o máximo que nós podíamos.

Então, nós recebemos requerimentos de instituições, nós recebemos requerimentos de pessoas autônomas, que simplesmente entraram lá no requerimento; porque eu inclusive pontuei e dei publicidade desse requerimento por muitas vezes. Mas nós recebemos mais de 400 requerimentos. E nós tínhamos que dar vazão e não tínhamos realmente como.

Esses mais de 400 requerimentos, em sua maioria, até pela época, isso era fevereiro, se tratava da educação; de âmbito municipal, de âmbito estadual, mas em sua maioria o que nós recebemos naquele momento era de âmbito estadual.

E é muito dolorido, enquanto instituição - e eu, enquanto mãe atípica que sou, já passei por demanda semelhante -, não conseguir dar uma solução definitiva para aquele caso. É realmente um assunto que precisa ser pontuado. Há uma necessidade muito grande de resolver isso em definitivo e eu ainda não enxerguei essa propositura. Para todas as pessoas com quem eu fui conversar sobre essa temática, é sempre contratação provisória de professor de apoio ou de cuidador, que daqui a 2 anos ou talvez menos, eles já não estarão mais. Aí temos um outro problema para as famílias: o vínculo terapêutico que é gerado.

Então, daqui a um ou dois anos, esse contrato não existe mais; o cargo não tem; a remuneração até então não é atrativa. Então, são vários pontos que precisam

ser solucionados nesse sentido.

E dizer que a Ordem dos Advogados do Brasil, nós estamos ali, a Seccional Rondônia, nós temos muito apoio da nossa Presidência — quero, inclusive, agradecer muito em razão disso —, para auxiliar no que for necessário para construir essas possibilidades.

Então, todas às vezes em que eu toquei nesse assunto, até agora, enfim, a depender aí da demanda e fazendo aqui alguns filtros, eu não enxerguei ainda uma vontade de dizer assim: “Olha, eu vou colocar essa necessidade, essa pauta, e eu vou lutar e vou brigar por ela.”

Nós realmente precisamos que seja pensado a esse respeito e criados cargos para que tenhamos pessoas mais capacitadas. E que todo início de ano as famílias tenham a previsibilidade de “eu vou levar na escola e realmente já tem alguém aguardando, e meu filho vai permanecer e ele vai ser realmente incluso.”. Nós precisamos pensar sobre essa demanda.

Outra pauta que acontece muito de chegar na Ordem dos Advogados é desde a questão de concurso público, cotas; aí vamos falar a respeito da inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho. Também encontramos muitas dificuldades. E isso não é só fora. Dentro da Ordem dos Advogados do Brasil também temos muitas dificuldades para as pessoas entenderem que a pessoa com deficiência é capaz.

Lamentavelmente — não é, Nilza? — existe uma discriminação muito grande e um capacitismo arraigado em todas as instituições nesse sentido. É uma pessoa com deficiência, mas ela tem total capacidade. Por que ela não pode exercer aquela função? O por que não, por exemplo, agora vamos falar da advocacia, contratar um advogado que seja uma pessoa com deficiência ou autista ou qualquer uma outra deficiência? Ele tem a mesma competência.

Nós participamos, sempre somos convidados, eu vi aqui alguém falando do Baixo Madeira, fomos convidados para acompanhar uma missão do Baixo Madeira. Fomos vários membros da Ordem dos Advogados do Brasil para ouvir essas demandas, e lá nós descobrimos, assim, tomamos ciência de muita coisa. Eu digo a vocês, eu não voltei de lá a mesma pessoa. Porque se temos dificuldades aqui, imagina, imagina quem está lá. Tem muitas dificuldades.

Eu não estou falando do que me falaram, eu fui lá, nós estivemos lá, e eu ouvi, eu fui a pessoa designada para ouvir essas demandas. E inclusive em conjunto com a PRF, a Polícia Rodoviária Federal, nós fomos em conjunto, ouvimos essas demandas, trouxemos, e eles têm um projeto. Nós estávamos ali em parceria com a PRF para esta demanda.

Então, vários outros tipos de demandas chegam na Ordem. A demanda do concurso público que, infelizmente, e inclusive eu tenho até insistido bastante nisso com os próprios membros da Comissão que são advogados e também alguns membros que são membros consultivos, que nós precisamos ficar atentos a respeito do percentual, e às vezes precisamos intervir quanto ao percentual dos editais voltados para a pessoa com

deficiência. Geralmente não atende.

Outro ponto, que também é um ponto de questionamento, é dentro das próprias instituições estaduais, quantas pessoas com deficiências estão contratadas ou foram pela via do concurso ou foi pela via da assessoria, por outro meio, por um processo seletivo? Ou quantas pessoas estão realmente nas instituições públicas? Elas estão atendendo pelo menos as cotas? Porque nós sabemos que na empresa privada eles não estão atendendo.

E como que eu sei disso? Nós participamos do Dia da Empregabilidade, que a Ordem também estava lá como parceira do Ministério do Trabalho e Emprego. E a estatística trazida de lá para falar da inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho, infelizmente ela não é muito motivadora.

O número de empresas que atende a cota, pelo menos a cota de empregabilidade da pessoa com deficiência, ainda é muito pequeno. Ela não atende a totalidade. Por isso que nós vemos por muitas vezes os chamados na televisão, nos rádios, para a contratação da pessoa com deficiência. Alguns empresários, o Doutor Doca disse naquele dia: “Ah, mas nós fazemos o convite, mas nós temos muita dificuldade com a capacitação”, mas nós sabemos que não é bem assim, eles têm procurado se capacitar.

Então, talvez existe algum outro ponto, e eu acredito que seja até, possa ser a remuneração, outro ponto que não seja tão atrativo, mas que a pessoa com deficiência tem buscado se capacitar para a empregabilidade, isso é indiscutível.

Eu preparei aqui alguns apontamentos, nos slides, trazendo alguns eixos.

(Apresentação de slides)

Então, do eixo saúde, é a questão de relatos e o que chega na Ordem dos Advogados. “Estou na fila há dois anos ou há um ano e pouco, esperando para ainda trazer, preparar o laudo do meu filho”, etc. Mas voltando ao que foi apresentado aqui nesta Casa de Leis, no plano de ação, a respeito do compromisso da Secretaria de Educação de cumprir um cronograma também com essa finalidade. E, infelizmente, pela diligência que eu fiz, o plano não foi cumprido, aquele cronograma, e ele não está 100% efetivado. Esse é o eixo, a questão do eixo saúde.

O eixo, eu vi aqui que tinha alguém que comentou aqui, acho que foi o da Federação do Comércio, a respeito da problemática das calçadas, a questão arquitetônica, acessibilidade arquitetônica. Também chega na Ordem dos Advogados, vários colegas, inclusive os próprios advogados, nós temos advogados que são advogados com baixa visão, deficiente visual, advogado que tem a questão da surdez, vários autistas, TDAH, enfim, múltiplas deficiências inclusive nós temos dentro da Ordem.

E a dificuldade que eles apresentam, às vezes, as nossas calçadas. Não é só porque ele não tem a guia, mas também, e isso em muitos órgãos públicos, e até aí esse ponto mereceria uma audiência pública só para

questionar a acessibilidade arquitetônica, que não tem nas calçadas a rampa, para que dê a ele a possibilidade de trabalhar, de circular, exercer o direito de ir e vir.

Esse é um outro ponto que chega muito na Ordem, a reclamação a respeito das nossas calçadas, dos nossos prédios, inclusive, o público.

Outro eixo que eu gostaria de comentar, que são do trabalho das cotas, eu já mencionei resumidamente, a questão da negligência da saúde pública e das filas do SUS, eu já mencionei rapidinho. Ah, sim, outro ponto que aí, a importância do núcleo que o Doutor Doca falou, para tratar só desse assunto.

Eu sou mãe atípica de uma filha com múltiplas deficiências, com 21 anos de idade. Infelizmente, no nosso Estado, e eu creio que não é só no nosso Estado, o autista, ele cresceu, ele é nível de suporte 3, ou ele tem autismo profundo, ele não tem assistência no nosso Estado. Nós precisamos pensar, dentro desse núcleo, como é que nós podemos propor, como é que nós podemos incluir o autista adulto. Ele cresce, e aí como é que fica a assistência dele, tratamento terapêutico?

Nós temos dificuldade para o tratamento terapêutico. Olha, tem 14 anos, tem 15 anos, tem 16, tem 20, a minha tem 21, eu não vou atender, eu não vou atender, eu só quero criança até 12, nível de suporte 1, 2, e o nível de suporte 3? E o autismo profundo ou outra deficiência grave, ou enfim, como é que ficam essas pessoas?

Eu conheço alguns casos de que as famílias estão em casa, portas fechadas, não têm vida social, que inclusive não está indo à escola porque não tem condição de ir, não é acolhida na escola, ela não tem vida. Resumindo, a família está reclusa. E é um outro ponto que nós precisamos trazer, e que eu acho de extrema relevância que precisamos fazer é, como vamos acolher o autista adulto? Que tratamento nós vamos oferecer para o autista adulto? Falta um centro de acolhimento, prevendo aí faixas etárias, falta um centro de acolhimento.

Alguns aqui já conhecem os centros de acolhimento, e como que é bom. E nossa, se tivesse no nosso Estado esse centro de acolhimento. E se ele pensasse que desde lá da faixa inicial, que o tratamento terapêutico é oferecido, que as políticas públicas atendem, quando chegar na fase adulta, nós vamos ter uma pessoa com menos dependência.

Então, nós temos enfrentado algumas dificuldades para orientar, para assistir famílias que chegam falando disso, do autismo severo, e da dificuldade, inclusive com os próprios advogados da nossa Comissão, da dificuldade para o tratamento terapêutico. Porque nós não temos um local, nós não temos profissionais o suficiente, uma quantidade de profissionais o suficiente, porque às vezes com o diagnóstico do filho, vem o do pai ou da mãe. E daí? Qual foi o prejuízo causado naquela pessoa? E ela vai precisar de um acompanhamento. Nós temos encontrado muitas dificuldades nesse sentido.

Inclusive, ao ponto, até já passando rapidinho, ao ponto de precisar judicializar, e em caso de autismo profundo, precisar fazer o tratamento fora. Então, nós precisamos

pensar, propor, e aqui na nossa Casa de Leis, que solução que nós podemos dar para essas famílias que estão reclusas em suas casas.

Eu conheço várias histórias, e ouvimos várias histórias de pais que o ano passado inteiro não levaram o filho para a escola, e esse ano também, porque ele não tem condições. Não tem como. Para aquele nível de suporte, a escola não está preparada para receber essa pessoa. Já me mostraram a plaquinha aqui que o meu tempo está encerrado, eu vou procurar apressar.

Outro ponto que eu tenho insistido é a questão das mães. A questão do acolhimento das mães. De o que, aí no caso, Deputado Alex Redano, o que essa Casa de Leis pode propor para acolher as mães? Você pega o diagnóstico do filho, e daí? Têm muitas mães que ficam perdidas, muitas famílias ficam perdidas. Elas vão procurar os movimentos.

Então, hoje, ainda bem que têm os movimentos que vão orientando, etc. O que nós podemos fazer para acolher essa família? Eu peguei o laudo, estou ciente de um diagnóstico, o que é que eu tenho que fazer a partir de então? Ou seja, o Estado cumprir o seu papel enquanto política pública.

E já retirando aqui a pessoa que veio para falar pela Ordem dos Advogados do Brasil, e vem a mãe, nós mães, os grupos, vamos dando as mãos e uma vai orientando a outra. Mas até então, o dever, esse dever é nosso? Esse dever é nosso? É nosso papel? Até então, há uma necessidade de pensar que essa mãe, em razão da falta de política pública para o filho, em razão da rotina exaustiva que ela vive, em razão de todas as condições que ela vem passando, ela vai adoecendo. Ela vai adoecendo em um nível muito grande. Nós temos presenciado isso. Isso é bastante evidente.

Então, precisamos também pensar em um centro de acolhimento, fazer proposituras nesse sentido. Como é que nós podemos acolher essas famílias?

A princípio tinham passado para mim que era para falar a respeito da Comissão e, depois, até então, fazer a questão da exposição.

Eu vou deixar para o final, depois das falas dos demais, sobre as proposições finais que eu trouxe, que, de repente, como eu sei que tem outras pessoas que vão fazer suas exposições, Secretaria de Educação, eu já vi aqui, acho que Ministério Público, tem outras instituições que vão fazer suas proposições.

Então, eu vou deixar para, se for o caso, ao final fazer as proposições que eu trouxe, que até então, entendemos como relevante dentro das propostas apresentadas e dentro das temáticas que chegam na Comissão da Pessoa com Deficiência na Ordem dos Advogados.

Estamos à disposição, Presidente. Nós sabemos que tem muito a ser feito. Agradecemos pela oportunidade e pela proposição de convidar as famílias, convidar as instituições para vir aqui para falar a respeito da temática da pessoa com deficiência e apresentar também soluções.

Muito obrigada a todos.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Parabéns. Convido o Senhor Allen dos Santos, Secretário Adjunto, neste ato representando a Sejucl .

O SR. ALLEN LUNA NERES DOS SANTOS - Bom dia a todos.

Vou começar com a autodescrição. Eu me chamo Allen, tenho 40 anos, 1,80, estou usando óculos, barba, trajado de calça azul-marinho, blazer escuro e camiseta branca. Senhor Presidente, em nome do nosso Governador Coronel Marcos Rocha, em nome do nosso Secretário Titular Paulo Higo, saúdo Vossa Excelência, saúdo também todos os membros que compõem esta Mesa. Em especial atenção, saúdo as nossas entidades, as nossas instituições, os nossos cidadãos que acompanham esta Audiência Pública.

Em nome da Sejucl, com a convicção de que o esporte, a cultura e o lazer não são apenas direitos, mas ferramentas poderosas de inclusão, sabedores do resgate da cidadania, nossa missão na Secretaria tem sido garantir que a pessoa com deficiência não seja apenas uma espectadora, mas, sim, protagonista das políticas públicas.

Fiz um breve arrazoado das nossas atividades com relação ao paradesporto. Temos trabalhado no fortalecimento, entendendo que os nossos atletas paralímpicos são exemplos de superação e orgulho para o nosso Estado. Nesse sentido, vejo pessoas aqui presentes que já estiveram conosco na Secretaria, no qual conseguimos agraciá-los com passagens, com viagens, para representar o Estado de Rondônia.

Nesse sentido, fortalecendo ainda mais, nós estamos atuando na infraestrutura das nossas praças, os nossos estádios, Estádio Aloísio Ferreira, Ginásio Cláudio Coutinho, Ginásio Fidoca, Praça CEU (Centro de Artes e Esportes Unificados), todos eles, neste momento, com o apoio e a parceria de outras instituições como Seosp, estamos trabalhando a fundo a acessibilidade.

Nesse mesmo segmento, ainda com a cultura, nós estamos adaptando os editais para que a acessibilidade seja um critério de pontuação e uma exigência real, para garantir que os espaços culturais sejam de todos.

Estamos aqui hoje, acima de tudo, para ouvir. Sabemos que os desafios são grandes e que o aprimoramento das políticas públicas nasce dessa escuta ativa.

Quero também fazer uma fala em especial ao Clube Paralímpico e às demais associações que estamos de portas abertas na Sejucl, construindo políticas públicas não apenas e de maneira alguma de gabinete, mas, sim, construindo as quatro mãos com quem entende das dificuldades, que são vocês.

Neste sentido, reafirmamos o nosso compromisso, do Governo do Estado de Rondônia, da Sejucl, em transformar as sugestões aqui acolhidas nesta Audiência em ações administrativas e concretas. Contem com o nosso apoio. A Secretaria está de portas abertas para avançarmos juntos de modo mais inclusivo e acessivo. Meu muito obrigado.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Parabéns. Registrar aqui que o nosso querido amigo Daniel Mendes, Coordenador do Núcleo de Promoção e Defesa da Criança e do Adolescente, está representando aqui a Defensoria Pública. Muito obrigado. O nosso querido Defensor-Geral Victor Hugo precisou se ausentar, mas está aqui muitíssimo bem representado pelo defensor que é responsável pelo Núcleo da Promoção do Adolescente, Idoso e Pessoa com Deficiência.

Convido para a fala o Doutor Bruno Vinícius Fontenelle, Diretor Técnico de Políticas Públicas, representando a Seas.

O SR. BRUNO VINÍCIUS FONTINELLE BENITEZ AFONSO - Bom dia. Eu me chamo Bruno Afonso, estou como Diretor de Políticas Públicas da Seas. Sou um homem de 41 anos, 1,80, pele clara, cabelos castanhos escuros. Estou vestindo uma camisa branca, um blazer preto e uma calça preta também.

Primeiramente, queria agradecer a Deus por estar aqui presente, poder falar da política pública, que é o nosso trabalho, que nós fazemos com tanto amor. Quero, em nome do nosso Governador Coronel Marcos Rocha, da nossa Secretária e Primeira-Dama Luana Rocha, que por agenda paralela, infelizmente, não pôde estar aqui nesse evento, mas estou aqui representando, através de quem eu cumprimento o nosso Deputado Estadual Alex Redano, Presidente da Casa, através de quem eu também cumprimento a todas as outras autoridades também presentes, vários amigos de várias lutas, debates e discussões de políticas públicas. Cumprimento também o senhor José Odair, Vice-Presidente do Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência, através de quem eu cumprimento a todos os demais presentes aqui neste evento.

Bem, falar de política pública, falar do nosso trabalho, é um trabalho árduo, é um trabalho do dia a dia, de tudo aquilo que nós lutamos incessantemente para fazer transformar. Para falar um pouco, vou tentar ser o mais sucinto possível, que sempre foi me dito ali que seriam cinco minutos, porque a parte mais importante é ouvi-los.

Temos diversos trabalhos, mas ainda assim tentarei, de uma forma sucinta, abordar um pouco, visto que a Secretaria de Assistência Social tem diversas outras políticas transversais também que trabalham, que ela atua.

Importante só trazer que a Seas, assim que assumi em 2019, era uma Secretaria desestruturada, que não possuía equipe própria, era praticamente um cabide de emprego, deixar de forma bem clara como era estruturada anteriormente, que para as políticas públicas, como, por exemplo, da criança e do adolescente, da mulher, da pessoa com deficiência, ela possuía um assessor. Era ele que fazia toda a política pública. Sem contar o orçamento, inclusive foi abordado pelo deputado, mas o orçamento hoje é infinitamente maior do que era antes. E muitas políticas foram se desenvolvendo com o tempo. As nossas precípuas na Seas, logicamente, é a política

de assistência social, que através dela, a política-mãe, se desenvolve e espaça para todas as outras, reflete em todas as outras. E é nela que nós mais estruturamos a política pública, que ela trata do usuário, da pessoa com vulnerabilidade, aquela pessoa que mais necessita dos seus direitos. A política pública que recebeu um orçamento do que tinha de mais de 100 vezes superior ao que existia.

Temos aqui, inclusive, nossa parceira, Secretária Sayonara, que também é de luta e que reconhece, sabe desse trabalho que foi desenvolvido no desenvolvimento da política socioassistencial do Estado de Rondônia. E os números não vão aparecer, realmente, por exemplo, na política de assistência especificamente para a política da pessoa com deficiência ali dentro da Assistência Social. Por quê? Porque ela está no dia a dia da capacitação, falando como atender o público, como que é para ser atendido no CRAS, no CREAS, nessas abordagens. Garantindo que isso chegue aos servidores da ponta do município, que são aqueles sim, que atuam diretamente com a população. E através deles se tenha, na medida do possível, um melhor atendimento à população, através também do repasse de recursos aos municípios que até então não existia, fortalecendo as políticas públicas na ponta, que foi um trabalho muito desenvolvido com essa finalidade: levar aquilo a quem de fato faz lá na ponta, que é o município, lógico, em parceria com o Estado; garantindo estruturação de equipamentos e tudo mais, para todos os órgãos que têm no município, por exemplo, estruturando construção de CRAS em todos os municípios, mas, no entanto, fizemos, conseguimos apenas fazer convênio com 23 CRAS no Estado de Rondônia; mas todos adaptados com acessibilidade.

Da mesma forma, com os Conselhos Tutelares, passando recursos para os Conselhos Tutelares que atendem nossas crianças, mas todos garantindo a acessibilidade. No levantamento diagnóstico feito pela Seas, verificava-se que diversos desses órgãos não possuíam estrutura adequada para atendimento. Dessa forma, nós garantimos um atendimento mais humanitário a todo público vulnerável, dentre eles também a população com deficiência.

A Seas, dentro do seu corpo de políticas públicas, como segurança alimentar, direitos humanos, habitação, desenvolvimento social, empregabilidade e assistência social, que é sua mãe, também têm a política da pessoa com deficiência, onde está guardado o Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência.

Só para até dar uma abordagem sobre o que foi falado, foi solicitado um contato do presidente. A gente não passa o contato do presidente sem a autorização dele. E o que a gente pediu foi que fosse enviado ofício, e, assim que foi enviado, tão logo foi passado o contato para que pudessem fazer o contato e eu estar aqui presente, representando o Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência.

E a Seas, então, mesmo passando por pandemia, pegando uma Secretaria desestruturada — a qual estruturamos totalmente e hoje passaremos uma

Secretaria infinitamente melhor do que recebemos —, desenvolveu vários projetos. Dentre alguns, podemos dizer aqui, por exemplo, a Central de Libras, que não existia no Estado de Rondônia, que é o atendimento às pessoas surdas, ofertado em todos os órgãos em um projeto inicial aqui em Porto Velho, e hoje já está na fase final de recurso, em que nós estaremos implantando para todos os órgãos do Governo do Estado de Rondônia. Em todo o Estado, uma pessoa surda poderá ser atendida diretamente com atendimento em Libras. Através do celular, da tecnologia, que a gente possa fazer esse atendimento diretamente. Já tivemos Audiências Públicas, inclusive específicas, com as pessoas surdas, voltada a melhorar esse atendimento, ouvindo a população, para que assim a gente pudesse melhor atendê-las.

Desde 2019, a Seas vem também fazendo editais, porque sabemos que, em que pese haver desenvolvimento da política pública, ainda assim é necessário que a gente apoie as instituições. E foram feitos apoios às instituições desde que assumimos o governo.

Naturalmente, descendo pelo Estado de Rondônia — a Secretária Luana, ouvindo muito as instituições —, aumentamos os aportes para essas instituições. Fizemos editais maiores do que o que já estávamos fazendo. E, hoje, passados esses anos, podemos dizer que, especificamente, instituições voltadas à pessoa com deficiência, já aportamos mais de 11 milhões. Por exemplo, o último edital que foi para as instituições, das mais diversas, desde assistência social a direitos humanos, políticas da mulher; o último edital foi de 20 milhões. Projetos que iam de 200 mil a 1 milhão e 200. Então foi aberta essa possibilidade às instituições. Não só isso. Anualmente a gente também faz capacitações para as instituições, porque sabemos das dificuldades. E, como eu disse, não vou tentar me alongar tanto, mas o que posso dizer, Presidente, é que esses espaços públicos para debate são extremamente importantes.

Temos na Seas o Conselho Estadual de Direito da Pessoa Idosa, através do qual são realizadas as conferências estaduais, onde, lá, o público advindo dos municípios, das suas conferências municipais, traz as demandas, traz para o Estado, mas ainda assim, todo e qualquer espaço de debate, quando falamos de política pública, é importante.

E essa semana nós estávamos num debate junto com diversos órgãos que estão aqui, os mesmos parceiros que estavam aqui, estavam nessa, só que era da política da criança e do adolescente, no qual o Benedito, representante da Childhood, falava que diversas políticas são desenvolvidas, mas hoje a palavra da vez, que é exatamente o que estamos fazendo aqui, é a intersetorialidade.

As políticas públicas têm falhas, naturalmente, mas muita coisa é executada. E o que está ocorrendo — e não é o Estado de Rondônia, não é a prefeitura de Porto Velho, é no Brasil — está agora se voltando à política através da intersetorialidade, para que assim todos falando juntos, conversando a uma só voz, o que ocorre aqui reflita em

todas as outras políticas.

Então, por isso, deputado, eu agradeço em nome do nosso Governador Coronel Marcos Rocha, da nossa Secretária Primeira-Dama Luana Rocha, estar aqui podendo falar dessa política pública tão importante e assim trazer a demanda da população.

Sabemos que há muito a ser feito ainda, com certeza, mas estamos aqui para ouvir, ouvir e, quem sabe, assim trazer soluções a médio, a curto e a longo prazo. Muito obrigado.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Obrigado.

Amigos, com o decorrer da hora, nós estamos aqui na fala ainda da Mesa, há duas horas já. Eu imaginava que seriam três minutos cada fala para a gente rapidamente ouvir o plenário.

Vamos fazer uma inversão. Nós vamos ouvir alguém da plenária, depois um da Mesa. Eu gostaria que trouxessem aqui os inscritos. Vou chamar aqui alguém da plenária para nós ouvirmos.

Então vamos agora a um inscrito da plenária. Pastor Marcelo Pereira. Ele é funcionário do Tribunal de Contas, PCD (Pessoa com Deficiência). Com a palavra, por favor.

O SR. MARCELO PEREIRA - Obrigado, Senhor Presidente. Estou aqui à esquerda do senhor, à direita, aliás. Eu quero cumprimentá-lo e, dessa forma, cumprimentar todas as autoridades que estão aqui.

Fico muito feliz, e eu já ia falar sobre essa inversão. Da próxima vez, eu sugiro que comece pela plenária, porque nós perdemos a oportunidade de falar com aqueles adolescentes que estavam aqui. E foi algo tremendo, porque trouxeram uma escola e seria tão importante que eles ouvissem as pessoas de fato que estão necessitadas de serem ouvidas pelo Poder Público. Meu nome é Marcelo Pereira. Eu sou pessoa com deficiência. Eu estou usando uma camisa amarela, uma calça jeans. Eu sou pardo, de pele clara. Eu não sei como é que funciona isso direito, mas eu estou também com um sapato marrom, em uma cadeira de rodas com uma roda linda laranja, que chama bastante atenção. Eu tenho 57 anos. Moro em Porto Velho há 47 anos. Cheguei aqui com 10 anos de idade.

Eu tenho quanto tempo? Cinco minutos? Dois minutos? Três? Quanto? Dois? Puxa vida. Dois. Está bom.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Cinco, cinco.

O SR. MARCELO PEREIRA - Então está bom. Então alguém me avisa quando estiver com quatro para eu terminar.

Eu tive paralisia infantil quando tinha nove meses de idade. E quando eu cheguei em Porto Velho, eu lembro da acolhida que eu tive na minha escola. A minha escola foi uma escola muito especial na minha história, porque em 1981, já passados dois anos, foi Ano Internacional da Pessoa com Deficiência, decretado pela ONU (Organização das Nações Unidas).

Foi uma primeira vez que eu vi, nós que tínhamos

dificuldades, deficiências, limitações, sermos olhados de forma especial. E eu creio que essa é uma construção que é feita. Eu queria contar algumas histórias para vocês de algumas experiências que eu tive.

Uma das experiências que eu tive foi com a OAB em 2017, quando a minha filha recebeu a carteira da Ordem. E eu, todo feliz, fui à sede da OAB para assistir àquela programação. E eu tive vontade de ir ao banheiro. E na minha experiência de ir ao banheiro na OAB, ninguém achou a chave do banheiro, porque a chave do banheiro estava com alguém, em algum lugar, que era para ninguém usar indevidamente. Então, ninguém usou o banheiro. Eu tive que ir em um supermercado.

Depois eles me pediram mil desculpas, porque eu fiz uma publicação no Facebook e eu falei sobre essa situação, falei sobre o constrangimento de quem defende os direitos das pessoas não conseguir, de fato, exercer a extensão dessa oportunidade. Depois eu fui à OAB e cheguei lá em uma segunda oportunidade com eles, convidado pela presidência à época, e o banheiro estava como um depósito de material de limpeza. Isso é muito comum. Eu creio que as pessoas que estão aqui com deficiência já passaram por isso.

Recentemente eu estive no Espaço Alternativo, e no Espaço Alternativo, participando daquela programação, tem uma faixa de pedestre com uma guia rebaixada e tem um botão que você aperta e aí você consegue passar; só que do outro lado não tem guia rebaixada. Nenhum dos outros quatro cantos têm guia rebaixada, somente de um lado. Por quê? Porque nós precisamos cumprir a legislação. E para cumprir a legislação, quem sabe alguém, eu imagino, alguém tirou uma foto daquele lugar. E estava bonito de um lado, mas o restante não tinha cumprimento do propósito.

E, eu até anotei uma frase aqui, Senhor Presidente, que eu queria deixar como contribuição para vocês, de que: cumprir a regra não significa efetividade de política pública. Porque muitas vezes nós queremos cumprir a regra, mas nós não entendemos, na nossa consciência, não está em nós que aquela vaga para pessoa com deficiência não é para ninguém parar em momento algum.

"É rapidinho", mas naquele momento do rapidinho eu cheguei e tentei estacionar e eu não tive como estacionar. Só quem vive na pele sabe a necessidade de aquele espaço estar vazio. E como é bom chegar aqui na Assembleia Legislativa e encontrar uma vaga. Encontrei uma vaga hoje. E eu consegui. E tem mais histórias de situações como em 2011, quando eu chego no aeroporto recém-reformado, mas que ainda estava encaminhando para sua reforma total, e eu pedi à Infraero uma vaga. Eu registrei na Infraero e recebi uma comunicação da Infraero de que haveria uma reforma ampla, e que depois seriam contempladas as vagas, e eu respondi novamente para a Infraero dizendo que era mais fácil a boa vontade deles do que eu ter que ingressar no Ministério Público, e de ter que reclamar por isso.

Então, a minha fala aqui tem um objetivo, de que nós, Senhor Secretário do Estado da Educação, meu

amigo, nós precisamos de uma educação para a nossa sociedade. Então toda e qualquer atitude prática que nós tomemos, nós precisamos de que o Poder Público eduque a nossa sociedade. Todos nós aqui, pessoas com deficiência ou não, somos os agentes de transformação da nossa sociedade.

Eu quero parabenizar a Assembleia Legislativa do Estado pela iniciativa de ter um fórum amplo, mas as pessoas que são os necessitados mesmo dessa atenção, precisam de mais voz. E você que é amigo de alguém, parente de alguém que veio hoje trazendo, quem sabe, seu filho que tem uma deficiência mental e que precisa estar sendo acolhido, você precisa começar a publicizar a sua indignação. Isso precisa ter um lugar dentro da sociedade.

Eu tenho aqui algumas sugestões, porque o importante dessa reunião é sermos práticos. É muito importante que, além de um órgão permanente dentro da Assembleia, nós tenhamos também canais de comunicação efetivos, canais de escuta da sociedade. Porque a sociedade precisa. Eu só consegui ser ouvido pela OAB, e eu vejo a grande mudança que a OAB tem hoje na sua postura. Parabéns, OAB, pela sua atitude. Mas eu só consegui essa escuta porque eu escrevi um texto bem elaborado, e esse texto muita gente curtiu e chegou até a presidência.

Nós precisamos falar, nós precisamos reclamar, nós precisamos hoje usar as nossas redes sociais e mostrar que está errado utilizar aquela vaga, que está errado poder não pensar, está errado um banheiro ser depósito de lixo ou depósito de material de limpeza, está errado as igrejas evangélicas não terem rampas de acesso ao palco, ao altar. Nós precisamos que isso faça parte da nossa cultura como sociedade. E eu creio que Rondônia é o lugar que pode começar dessa forma.

Então parabéns, Senhor Presidente, parabéns à Assembleia Legislativa, e que nós possamos falar mais, senhores. Nós que estamos aqui como sociedade, nós que somos os agentes de transformação dessa sociedade.

Então vamos falar mais, vamos ser pessoas com voz ativa. Muito obrigado, senhores.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Parabéns pela fala. Convidamos aqui o Secretário de Estado da Educação, nosso querido amigo Massud Badra.

O SR. MASSUD JORGE BADRA NETO - Levantar, Presidente, vou ao púlpito.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Fique à vontade, amigo.

O SR. MASSUD JORGE BADRA NETO - Excelentíssimo Senhor Presidente Alex Redano, em seu nome eu estendo o cumprimento a todos os demais, autoridades aqui da Mesa, representantes das instituições, e todos aqueles que estão presentes aqui nesse momento tão importante.

A discussão desse tema que para nós, da Seduc, representa não só um tema, mas uma coordenação inteira de trabalho e o esforço diário para que nós consigamos implantar e tornar realidade uma política de inclusão, e que ela reflita no dia a dia de cada um daqueles que usam a nossa estrutura com um esforço menor, uma vida melhor, e acima de tudo, que a gente faça não só essa inclusão dentro da escola, mas após o término desse período temos uma pessoa com toda a vida funcional perfeita, dentro do que se pode adequar e do que se pode passar dentro das nossas cadeiras.

Nós trouxemos alguns números aqui de ações que nós estamos fazendo, mas eu já tenho aqui de primeiro momento, algumas vitórias que nós tivemos agora nesses poucos meses que eu estou à frente da Secretaria. Nós vamos entregar ainda nos próximos menos de cinco dias, mais de 56 ônibus adaptados já, para a nossa população e começam a ser utilizados no dia seguinte.

Nós conseguimos aqui mais de 200 novas impressoras em Braille, até então nunca tínhamos conseguido essa vitória, para que nós também consigamos atender nossos usuários com deficiência visual. Dentre outras, as salas multifuncionais também, elas têm reforço agora. Conseguimos vencer mais uma licitação com mais de 16 milhões de investimento em salas multifuncionais, permitindo que cada escola tenha um ambiente mais propício e mais adequado, com equipamento de ponta, com tecnologia e principalmente, com assertividade no tratamento daqueles que estão dentro da nossa rede.

E eu gostaria de convidar a Laíze, que está aqui conosco, porque seria muito legal colocar já aqui alguns dados. E a Laíze é a pessoa especializada, e eu acredito que é muito mais interessante a gente ouvir quem está dentro do dia a dia desse trabalho do que eu, para falar algo institucional, mas para trazer para a gente esses resultados que são diários e são determinações do nosso Governador Coronel Marcos Rocha, que a política de inclusão não seja um momento, não seja apenas para atender à regra, mas que ela participe de maneira efetiva no dia a dia do usuário do nosso serviço.

A SRA. LAÍZE PEREIRA MAGALHÃES - Obrigada, Secretário.

Bom dia a todos. Eu me chamo Laíze. Vou fazer minha autodescrição. Eu estou de calça preta, sou uma mulher de altura baixa.

O SR. MASSUD JORGE BADRA NETO - Meu Deus, estava escrito bem grandão para eu fazer essa parte.

Gente, eu sou um homem de meia-idade, 51 anos, cabelos grisalhos, uso óculos. Estou... mamãe disse que eu sou lindo, então eu não posso dizer que ela está mentindo. E uso uma gravata salmão, um terno escuro e barba grisalha também.

A SRA. LAÍZE PEREIRA MAGALHÃES - Obrigada.

Vou pedir para o Henry colocar a apresentação da Seduc, por gentileza. Vou tentar ser bem breve, mas para apresentar um pouquinho das nossas ações que

estão sendo desenvolvidas dentro da Secretaria.

(Apresentação de slides)

Com o objetivo de que vocês tenham um dimensionamento do nosso público, atualmente, esses são dados do Diário Eletrônico 2026. Nós temos 8.072 matrículas de alunos público-alvo da educação especial. Destes, 7.985 são matrículas nas salas regulares, e, se eu não me engano, é 87 o outro número que está coberto ali, são os nossos alunos da escola especializada, no caso, o CENE (Escola Estadual de Ensino Especial Professor Abnael Machado de Lima).

Aqui a gente consegue observar que, das nossas 405 escolas, 315 escolas têm matrículas de aluno da educação especial. Dessas 315 escolas com matrículas efetivadas de alunos público-alvo da educação especial, 265 são escolas urbanas e 49 são escolas rurais.

E aí já foi falado muito a respeito desse atendimento na área rural. Por isso que esse número é tão importante de a gente conhecer. Quantas escolas na zona rural têm alunos que são da educação especial e precisam de um atendimento especializado?

Aprofundando um pouquinho mais nesses dados, aqui é para vocês conhecerem os tipos de deficiência e quantos alunos nós temos matriculados por tipo de deficiência.

Atualmente, na rede, nós temos 6.960 alunos autistas, 563 alunos baixa visão, 93 alunos cegos, 267 alunos com deficiência auditiva, 669 alunos com deficiência física, 6.535 alunos com deficiência intelectual, 298 alunos superdotados e 94 alunos surdos.

Esses dados, se você olhar, fala assim: "Ah, mas isso passa do número de 8.072 matrículas". Por quê? Porque a maioria dos nossos alunos tem múltipla deficiência. Então, muitos alunos que são autistas, eles também têm outras deficiências associadas. Por isso que a gente acaba vendo esse número, está bom?

Então, dentro dos quatro pilares da inclusão que a Secretaria de Educação tem trabalhado, nós definimos em quatro pilares que são os pilares primordiais para nós atuarmos.

Primeiro é o do acesso incondicional, onde a matrícula para o aluno com deficiência, não pode existir recusa de matrícula. A lei é bem clara com relação a isso. Depois a gente vai falar um pouquinho mais a respeito disso.

A infraestrutura e a tecnologia, porque hoje a gente sabe que é fundamental para dar um atendimento de qualidade para os nossos alunos.

A organização pedagógica e a qualificação profissional. O primeiro caso é a mudança de paradigma, que é o foco, de fato, na aprendizagem. Então, o modelo anterior trazia um modelo clínico, e hoje, dentro da escola, a gente tem um modelo educacional. As próprias leis agora, as atualizações, estão bem claras com relação a isso. Até então, se baseava no laudo, e a gente sabe que o laudo não é uma sentença.

Dentro da escola, o aluno é muito mais do que um laudo, é muito mais do que um diagnóstico. O nosso trabalho precisa ser exatamente voltado para isso.

Então, esse modelo educacional traz o foco na

funcionalidade e quais são as barreiras de aprendizagem desse aluno, o que tem atrapalhado o aprendizado dele, e não a deficiência que ele tem. Isso não vem em primeiro lugar, mas as barreiras de aprendizado que ele possui.

Na prática, o estudo de caso e o resultado são as matrículas. A permanência desse aluno. A matrícula, há três anos, nós estamos atuando com a matrícula on-line no período anterior às outras matrículas dos alunos, para que essas famílias tenham acesso à escola mais próxima de casa.

Essas matrículas, o agendamento já é realizado de forma on-line, para que a família tenha acesso mais rápido, sempre com a prioridade geográfica da escola mais próxima de casa, e é uma plataforma digital. Atualmente, nós temos 248 salas de recurso em funcionamento. Nossa projeção até o final do ano é de 268.

Para deixar bem claro, o que não é uma Sala de Recursos? Ela não é uma sala de reforço. E isso ainda existe muita confusão a respeito do que, de fato, é uma Sala de Recursos. Ela não é uma sala de reforço. Ela não é para o aluno aprender aquilo que ele não aprendeu em sala de aula.

O que ela é? Ela é um laboratório de investigação, de experimentação tecnológica, de ensino de Libras, de Braille, de Soroban, de comunicação alternativa.

Alguns dados para vocês. Como o Secretário acabou de falar, nós fizemos a aquisição de 37 equipamentos chamados OrCam, que é um equipamento que é um óculos e tem um equipamentozinho acoplado ao lado que serve para leitura, tanto de texto quanto de pessoa. Então, eu cadastro as pessoas que estão à minha volta, quando ela chega perto de mim ele já fala assim: "O Massud está na sua frente". Ele já me avisa que o Secretário está chegando. Então, ele tem essa habilidade.

Esses equipamentos foram disponibilizados para os nossos alunos cegos da rede e também para os nossos servidores cegos, nós temos alguns servidores na Secretaria também.

Há 209 impressoras em braille. Como o Secretário falou, essas impressoras já vão ser entregues a partir da próxima semana. Essa é uma grande conquista, porque é a oportunidade de que o meu aluno cego aprenda com os demais alunos naquele mesmo momento. Então, a adaptação curricular consegue acontecer de forma imediata pelo professor da sala regular.

E os kits pedagógicos, as aquisições de materiais sensoriais e os materiais de tecnologia assistiva.

A organização pedagógica, com ênfase no estudo de caso, na elaboração do PAEE (Plano de Atendimento Educacional Especializado) e o acompanhamento contínuo. Atualmente na rede nós temos 2.790 profissionais que atuam diretamente na educação especial. Nisso, professores de Sala de Recursos, cuidadores, intérprete de Libras, professor de Libras.

No ano passado, 2025, esses dados, foram as formações continuadas que foram ofertadas pela rede no ano passado. Então nós tivemos uma formação de

735 profissionais no PAEE na prática; curso básico de Libras para 259 profissionais; 60 profissionais, esses da Seduc sede, no curso de acessibilidade e inclusão, que inclusive foi a Sílvia, foi ela que ministrou esse curso e foi maravilhoso, e é exatamente de fazer com que os profissionais também da sede tenham conhecimento de como receber uma pessoa com deficiência. O que eu devo fazer quando eu recebo uma pessoa com deficiência? Houve 27 cursos pelo MEC (Ministério de Educação) e 150 profissionais formados no curso de tecnologia assistiva.

O destaque para a formação em Libras, que aconteceu naqueles municípios ali. Quem foram formados nessa formação de Libras? Professor da sala comum, porque não adianta a gente só ter o intérprete, o ideal é que todo mundo daquela escola tenha o conhecimento de Libras para que possa se comunicar com esse aluno. O professor do AEE (Atendimento Educacional Especializado), coordenador pedagógico, técnico-educacional, cuidador, profissionais da escola, e nesses cursos de Libras também tivemos a presença de professores das escolas municipais.

No final do ano passado nós tivemos o Congresso Estadual de Educação Física que foi totalmente voltado para o esporte paralímpico, e a gente viu alguns atletas paralímpicos aqui, e o nosso Congresso de Educação Física foi totalmente voltado para isso. Foi firmada uma parceria com o Comitê Paralímpico Brasileiro, e os profissionais do próprio Comitê vieram ministrar o congresso.

Foi um congresso muito legal, exatamente para desmistificar e tirar o medo, porque muitas vezes o profissional tem medo. "Eu tenho um aluno que tem algum tipo de deficiência, como é que eu vou trabalhar com esse aluno? Eu consigo trabalhar com ele igual eu trabalho os demais?" E o objetivo desse congresso foi exatamente isso, fazer com que eles aprendam metodologias para utilizar em sala de aula, para que esse aluno não fique ali no canto, mas que ele possa ser inserido dentro da aula com os demais. Então foram 408 participantes nesse congresso.

Um dado que eu não coloquei ali na apresentação, que faltou. No final do ano nós tivemos, nos Jogos Estudantis Paralímpicos, nós levamos uma delegação com 95 pessoas, dessas 95 pessoas, 55 foram atletas nossos, da rede, que foram representar a Rondônia, nós voltamos com 40 medalhas.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Só a questão do tempo, tá, gente? Por favor.

A SRA. LAÍZE PEREIRA MAGALHÃES - Ah, tá. Já vou acelerar.

Dia da Educação Especial, que é um dia de conscientização sobre o que é a educação especial, o que é a pessoa com deficiência, e é realizado dentro das escolas.

Adesão à Política Nacional de Educação que já foi realizada.

Deixei uma frase aqui no final para a gente refletir,

porque eu acho que ela diz muito a respeito do que nós estamos fazendo: "Talvez não tenhamos conseguido fazer o melhor, mas lutamos para que o melhor fosse feito. Não somos o que queremos ser, não somos o que iremos ser, mas graças a Deus não somos o que éramos". Então, retroceder nós não podemos. Nós precisamos avançar para garantir uma educação pública de qualidade e uma educação inclusiva de qualidade. Obrigada.

O SR. MASSUD JORGE BADRA NETO - Presidente, só para duas palavras de encerramento, mas para nós é muito importante. Hoje foi falado aqui, eu achei muito importante, a transversalidade desses assuntos. Aqui a gente tem representantes de várias categorias e também de várias Secretarias e entes públicos.

Estamos com um projeto de grande envergadura porque entendemos hoje que a política pública voltada à TEA (Transtorno do Espectro Autista), principalmente, hoje nós não conseguimos ter números precisos.

Então, a nossa ideia é fazer um levantamento mais apurado para que possa ser dimensionada efetivamente a nossa rede para os próximos anos. Então, acredito que nos próximos meses nós consigamos trazer uma estrutura mais robusta para fazer, em conjunto com a rede, em conjunto com a saúde, em conjunto com a Seas, um trabalho de laudos e diagnóstico, que todas as três Secretarias devem fazer um aporte financeiro para que a gente construa essa estrutura e efetivamente a gente tenha, para os próximos anos, uma real noção de quantos são os usuários que nós temos dentro do sistema e previsto para continuar usando o nosso sistema, porque ele vai navegando em várias Secretarias e é preciso ter um número único e uma tratativa e uma política única.

Então, é um investimento vultoso e devemos terminar esse processo e fazer uma licitação em breve, mas eu gostaria de tornar isso já como um projeto que vai necessitar do apoio de todas as casas para que ele siga adiante. Novamente, obrigado e parabéns pela iniciativa.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Convido para o uso da palavra a nossa querida amiga Leide. Depois vamos colocar mais um da plenária. O próximo é o Samuel Colombi Andrade, Presidente do Conselho Municipal de Burity.

A SRA. LEIDE DAIANA RODRIGUES - Bom dia a todos, eu vou fazer minha autodescrição. Sou uma mulher de 38 anos, cabelos claros, altura mediana, 1,63, estou vestindo um blazer preto, blusa preta, calça preta e sapato vermelho. Estou nervosa.

Antes de tudo e quebrando os protocolos, quero registrar minha profunda gratidão ao Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, Deputado Alex Redano, proponente desta importante Audiência Pública. Deputado, muito obrigada por compreender que nenhuma política pública pode ser construída sem ouvir quem vive a realidade todos os dias. Pela primeira vez, muitas famílias, mães atípicas, pessoas com

deficiências e seus representantes ocupam este espaço não como protagonistas, fazendo suas vivências e suas necessidades e trazendo as suas propostas.

Obrigada por caminhar ao nosso lado neste primeiro passo desta luta por acreditar que uma mudança verdadeira começa quando o poder público decide ouvir, acolher e agir.

Cumprimento as autoridades presentes, representantes das instituições, conselhos, entidades e famílias que acompanham essa audiência.

Como eu disse, meu nome é Leide, sou mãe da Maria Clara e do Emanuel. Emanuel, autista nível 1 de suporte. Sou mãe atípica, empresária, defensora da inclusão e uma das idealizadoras do projeto Abraço Acolhedor, que oferece acolhimento psicológico e emocional às mães atípicas de Ji-Paraná, juntamente com a Valquíria, que faz parte desta plenária.

Hoje também tenho a honra de representar mais de 360 mães do grupo de mães atípicas de Ji-Paraná e de levar voz às famílias que transformam diariamente a dor em coragem, o medo em esperança e o amor em força.

Tenho a honra também de presidir o Conselho Municipal do Direito da Pessoa com Deficiência, experiência essa que reforçou em mim a certeza de que a inclusão precisa de fato sair do papel e chegar às escolas, chegar aos serviços de saúde, às terapias e, principalmente, à vida das nossas famílias.

Por isso, essa Audiência Pública é de extrema importância. Ser mãe atípica é enfrentar filas, lutar por diagnósticos, terapias e pelo cumprimento de direitos que já existem no papel, e nós, mães atípicas, sabemos muito bem disso.

Ela representa a esperança e a oportunidade de construir políticas públicas de verdade. E, falo principalmente pelas pessoas com deficiência, que não precisam de compaixão; elas precisam de respeito, da garantia dos direitos que já lhes pertencem.

Nós não queremos privilégios. Queremos dignidade. Queremos atendimento especializado no tempo certo. Queremos escolas preparadas, profissionais capacitados e políticas públicas que permaneçam, que garantam qualidade de vida às pessoas com deficiência.

Faço aqui um apelo, que essa Audiência Pública não seja apenas mais um registro nesta Casa; que aqui nasçam compromissos reais e ações concretas, porque o desenvolvimento de uma criança não pode mais esperar. Cada dia sem atendimento especializado representa uma oportunidade perdida. E digo novamente como mãe atípica: nenhuma mãe deveria precisar lutar sozinha para garantir aquilo que já é direito do seu filho.

Quero encerrar, reafirmando que estaremos dispostas, todas, a caminhar ao lado do poder público, contribuindo com soluções, construindo uma Rondônia verdadeiramente inclusiva.

E deixo aqui uma mensagem que representa o coração de todas as famílias aqui atípicas: "Enquanto houver uma mãe sem ser ouvida, nossa missão não estará cumprida; enquanto houver uma criança esperando atendimento, nossa luta irá continuar; e enquanto Deus nos der força,

seguiremos sendo a voz daquelas que muitas vezes não conseguem falar por ti."

Que Deus nos abençoe, que a cada família presente aqui conceda sempre sabedoria para que essa escuta de hoje se transforme nas mudanças que Rondônia e todas as famílias atípicas tanto esperam. Muito obrigada.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Parabéns. Quero convidar o Samuel Colombi, Presidente do Conselho Municipal de Buritis.

Quero aqui já falar que recebi uma denúncia e eu quero já fazer o compromisso de resolver. A rampa, agora eu não sei quais das rampas, ela precisa ser emborrachada. Então, acho que não tem ninguém aqui da diretoria da engenharia, mas fica aqui o recado. E está aqui o Doca que vai à frente, já está autorizado a fazer o projeto, já vou separar o recurso para fazer essa obra de emborrachamento, está, Doca?

Com a palavra, Samuel Colombi. Depois, Doutora Nicolai.

O SR. SAMUEL COLOMBI ANDRADE - Bom dia a todos. Meu nome é Samuel. Eu sou Presidente no Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência, sou assistente social concursado. A minha área de atuação é o programa Bolsa Família e CadÚnico.

Gente, hoje eu quero trazer duas mensagens a vocês. Duas reflexões. O que é incluir? Inclusão e inserção. A inclusão não é inserção, certo? Inserir é o quê? Colocar alguém no meio das pessoas. Incluir é diferente. É ouvir, é dar direito à voz. Incluir, eu ouço, eu escuto. Inserir, não. Eu coloco no meio das pessoas. E hoje o que eu vejo muito é inserção.

A inserção é pegar um aluno, colocar na escola e dizer que está incluído. Se ele não está aprendendo, ele não é incluído. É errado essa coisa de colocar a pessoa no mercado e dizer que ele é contratado. Mas não é contratado. Está cumprindo uma lei. A lei está falando, beleza; o mercado está cumprindo a lei, mas essa pessoa está incluída? A inclusão tem que ser muito além de leis, é muito além de documentos. A inclusão tem que ser real.

E eu quero me direcionar a você, pessoa com deficiência, ocupe espaço, busque seu direito, se capacite, busque conhecimento. Não adianta nós buscarmos inclusão se nós não nos incluirmos. Se nós, por qualquer coisa que seja, não nos incluirmos. Porque é fácil dizer "há inclusão", mas será que nós estamos nos incluindo?

Hoje eu quero aqui parabenizar o Deputado Alex Redano pela importante fala. E quero agradecer também à Anita, Saionara... Por quê? O que eu digo a eles? Hoje em dia ninguém... Mas não, desde quando eu assumi o concurso, eu nunca olhei as diferenças. Pelo contrário. Se eu faltar no emprego, de alguma coisa do Bolsa Família, ele me liga. Por quê? Ele não olhou a minha deficiência, ele olhou que eu cheguei no local, que eu consegui. E que hoje nós possamos ter essa visão, inclusão não é inserção, e inserção não é inclusão. Muito obrigado.

(Às 12 horas e 43 minutos, o Senhor Alex Redano

passa a presidência ao Senhor Delegado Camargo)

O SR. DELEGADO CAMARGO (Presidente) - Muito obrigado. Muito obrigado ao Samuel Colombi Andrade, trazendo uma verdade muito clara sobre a diferença entre inclusão e inserção. E aqui é necessário falar, eu vou aguardar depois o Presidente, mas eu já conversei isso com ele, é preciso reconhecer esta Casa, o grande problema que nós temos aqui, Doutor Doca. Eu já falei isso várias vezes, inclusive, para o Secretário-Geral desta Casa.

Nós fizemos aqui há poucos tempos atrás, um encontro com todos os estagiários, aproximadamente 200 estagiários, e aí eu levantei a mão e perguntei: por gentileza, se identifique dos estagiários quem é PCD aqui? Eu contei quatro, e nós temos uma lei no Estado de Rondônia falando que é 10%. Nem essa Casa não cumpre! Vergonha, Doutor Doca! Vergonha! Deveria cada parlamentar dessa Casa, no mínimo dentro do seu gabinete, cumprir a cota de 10%. No meu gabinete já passa disso, e a Tielen sabe.

Então, não adianta querer trazer regras para fora, quando nem aqui dentro é cumprido. Então comecemos a fazer o dever de casa.

Eu gostaria de passar a palavra ao Excelentíssimo Senhor Fabio Julio Perondi, Secretário Adjunto do Estado, da Saúde. Está alternando, não é? Apenas fazer apenas uma correção aqui, a bem da verdade, porque eu ouvi há pouco falarem que os investimentos na pasta de assistência social para pessoas com deficiência, aumentaram.

Eu fui conferir, eu fui conferir, Doutor Doca. Eu acabei de pegar aqui, cadê o documentinho para mostrar? Acabei de receber aqui, está aqui! Diário Oficial do dia 29/12/2016, onde publicou a Lei Orçamentária de 2017. Quem era o governador na época? Confúcio Moura. Ruim? Muito ruim para o Estado! Péssimo! Mas o atual consegue ser pior. Vou explicar o porquê.

Sabe quanto eles reservaram aqui em 2016? Está aqui depois quem quiser pegar cópia, R\$ 6,9 milhões. E eles tinham um orçamento de R\$ 7 bilhões. Eram R\$ 7 bilhões, R\$ 6,9 milhões. O atual tem 18, reservou 1.9. Então, não adianta falar as coisinhas que eu vou conferir e depois quem quiser conversar está aqui.

Com a palavra, Secretário de Saúde.

O SR. FABIO JULIO PERONDI SILVA - Boa tarde a todos. Eu quero iniciar fazendo minha autodescrição. Meu nome é Fabio, estou aqui hoje com a missão de representar a Secretaria de Estado da Saúde, em nome do Secretário Edilton. Tenho pele clara, olhos castanhos, cabelo castanho claro, tenho 1,75, tenho um pouco de barba, estou vestindo um blazer azul-marinho, camisa azul e calça jeans escura.

Senhores, tratarei de ser bem breve, teremos uma breve apresentação também que a nossa área técnica nos preparou, então serei bem, bem breve.

Quero cumprimentar a todos, inicialmente, as autoridades presentes na Mesa, e faço em nome do

nosso Presidente Deputado Alex Redano, deputado que preside essa Casa. Gostaria de cumprimentar também, todos os presentes da sociedade civil, dos conselhos de direito, dos movimentos sociais e, de modo especial, todas as pessoas com deficiência, seus familiares e cuidadores que participam desta Audiência Pública.

É uma missão e uma honra poder representar a Secretaria de Estado da Saúde, secretaria que eu pertencço já há 18 anos, sou servidor de carreira, farmacêutico-bioquímico daquela casa, e para mim é muito importante poder participar de um debate de tamanha relevância social, humana e institucional.

Falar sobre políticas públicas para pessoas com deficiências é falar sobre cidadania, dignidade, inclusão e garantia de direitos. É reconhecer que o acesso à saúde, à reabilitação, ao cuidado integral, ao diagnóstico oportuno, aos medicamentos, às tecnologias e aos serviços especializados. Isso não pode ser tratado de maneira alguma como favor, mas como dever do Estado e direito de cada cidadão.

A Sesau, entidade em que eu faço parte, compreende que a construção de uma rede de atenção mais acessível, humanizada e resolutiva exige o diálogo permanente, a escuta qualificada, a articulação entre Estado, municípios, órgãos de controle, entidades representativas e a própria população usuária do serviço.

Sabemos que ainda existem desafios importantes a serem enfrentados. Por isso, espaços como esta Audiência Pública são fundamentais para que possamos ouvir as demandas reais, identificar os gargalos, aperfeiçoar os fluxos e fortalecer as ações que promovam inclusão, equidade, cuidado e saúde de forma realmente efetiva.

Eu reafirmo, em nome da Sesau, o compromisso institucional com a defesa do nosso Sistema Único de Saúde, com a ampliação do acesso e com o aprimoramento das políticas públicas voltadas às pessoas com deficiência, sempre com responsabilidade, sensibilidade e respeito às necessidades de cada pessoa. Então, que essa audiência seja um momento produtivo, de escuta, construção coletiva e encaminhamentos concretos, muito alicerçados pela técnica, pelo respeito e pelo diálogo.

Gostaria de parabenizar a iniciativa do nosso Deputado Alex Redano com a propositura desta Audiência Pública, e eu vou pedir para a nossa técnica, a Doutora Luzeni, quem representa a Coordenadoria de Rede de Cuidado à Pessoa com Deficiência, que vai fazer uma breve explanação sobre a rede assistencial atualmente mantida e gerida pela Secretaria de Estado da Saúde, e eu tenho certeza que poderá contribuir muito com os debates que nós teremos a seguir.

Por favor.

A SRA. LUZENI MARIA DE SOUSA - Bom dia. Cumprimento a Mesa. A plenária, em nome da Silvia.

Eu vou ser bem breve, fazer rápido a minha autodescrição. Eu sou uma mulher de pequena estatura, de pele branca, cabelo na altura dos ombros, e estou trajando um blazer branco, uma saia branca, um sapato branco e uma blusa

terracota.

Eu gostaria que colocasse a apresentação, porque o que trago hoje eu preciso falar de alguns dados.

(Apresentação de slides)

A gente vai fazer um breve relato sobre o que a Secretaria Estadual de Saúde vem fazendo ao longo dos últimos anos, porque nós sabemos que o advento da pessoa com deficiência cresceu nos últimos anos, principalmente pós-pandemia. Então, existe um cenário antes da pandemia e um pós-pandemia.

Para fazer política pública, nós precisamos saber para quem estamos fazendo a política pública. Por isso, a gente precisa saber de um número. O número importa? Importa, porque nós precisamos conhecer quem são as pessoas.

As pessoas com deficiência, existem vários tipos. Nós conhecemos as quatro modalidades, mas dentro das modalidades existe o tipo.

Então, hoje, considerando a PNAD Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua), que é do IBGE, a gente teria 135.982 pessoas vivendo em Rondônia, cidadãos que, uma hora ou outra, precisam, indiretamente ou diretamente, da assistência à saúde.

Baseado na nossa população hoje de Rondônia e baseado no 8.6, que é a média de pessoas com deficiência do Brasil para a região norte, esse seria o nosso público.

Quando a gente pega esse público de pessoa com deficiência, a gente vê que o maior índice está entre as pessoas: quanto mais idade, maior o índice com pessoas com deficiência.

E aí a gente tem um problema hoje e no futuro, que, como a população está envelhecendo cada vez mais, teremos pessoas com deficiência. Então, precisamos que as políticas sejam permanentes para que a gente consiga atender essas pessoas futuramente.

O que existe hoje dentro do Sistema Único de Saúde para atender as pessoas com deficiência? Existe o que a gente chama de rede. A rede é dividida em hospital, atenção especializada e atenção primária.

O que tem em Rondônia hoje? Tem 301 Unidades Básicas de Saúde que fazem parte da Atenção Primária dentro da pessoa com deficiência. Na Atenção Especializada, tem nove Centros Especializados em Reabilitação e os nossos Hospitais.

Então, esses são os nossos equipamentos de saúde para atender esse público. Só voltar mais um pouco. O que eu trago aqui é a linha do tempo de onde iniciou o serviço de reabilitação. Ele começou em 2013.

Os primeiros serviços de reabilitação foram na cidade de Rolim de Moura, Cacoal, no Hospital Santa Marcelina, Vilhena e a Clínica Limiar em Porto Velho.

Em 2018, a gente teve mais um serviço de Ji-Paraná; em 2020, em Ariquemes; e, em 2025, em Porto Velho, do município, um CER do Estado e o Hospital de Amor da Amazônia.

Então, de 2013 para cá foram habilitados os serviços, onde os serviços de reabilitação receberam um fomento do governo federal para que eles conseguissem atuar

nos territórios. Isso aqui é um mapa que traz onde estão localizados os serviços, ou seja, em cada sede de região nós temos um Centro de Reabilitação. Em Porto Velho, nós temos três estadual e um municipal.

Isso aqui são os nossos serviços estaduais. O que é que nós temos hoje no Estado? Tem o CERO (Centro Especializado em Reabilitação de Rondônia), que é serviço próprio nosso. Tem o Santa Marcelina, representado pela Irmã Lina, que é um serviço nosso que tem bastante tempo, um grande parceiro, que atende como centro de reabilitação física e auditiva, e fornece todos os meios auxiliares de locomoção para o Estado de Rondônia, assim como órteses e próteses de todas as pessoas amputadas e pessoas que têm necessidade de alguma mobilidade.

E, além disso, nós temos a Clínica Limiar, que oferta aparelhos auditivos, próteses auditivas, juntamente com Santa Marcelina. Além de oferecer as próteses, oferece próteses auditivas e físicas.

O que foi feito ao longo desses últimos anos dentro da Sesau? Eu não vou elencar tudo, porque tem bastante coisa. Às vezes a gente olha e pensa que não foi feito nada, mas quando a gente elenca tem coisa que foi feita. Às vezes não chega na população, mas está acontecendo. Infelizmente, parece que é lentamente. Mas o CERO foi totalmente reestruturado. Ele era um serviço que atendia só fisioterapia. Hoje tem todos os profissionais.

E com essa reestruturação do CERO, a gente criou até oficinas. Além das terapias convencionais: fonoaudiologia, psicologia, psicopedagogia, neuropsicologia, tem oficina de música, de judô, que apoia a assistência terapêutica. Além disso, a gente está criando o ambulatório de enfermagem para pessoa com deficiência, que eu não vou me alongar, mas é muito importante que ele exista, porque existem muitas pessoas com deficiência que estão dentro dos quartos e não têm acesso à saúde, que têm feridas crônicas que não saram e não tem ninguém por eles.

Então, o nosso ambulatório vai ser para apoiar essas pessoas, que é um público que, infelizmente, acredito que não tem ninguém representando. Outro público também são as pessoas ostomizadas, que no Estado nós temos uma média de 850 pessoas que precisam dessa assistência de enfermagem, e acredito que não tem nenhum representante aqui, mas o nosso olhar com o ambulatório é para essas pessoas.

Além disso, a gente tem um investimento anual em torno de R\$ 57 milhões para manter esses serviços. A nossa fila para pessoas com necessidade de aparelho é zerada. Hoje, se você precisar colocar um aparelho, você consegue colocar rápido, porque a gente não tem uma demanda reprimida.

Capacitação. O que nós estamos fazendo? Fazendo capacitações. São lentas? São. E a nossa ideia é fazer capacitação voltada para a política, fazendo projeto terapêutico singular, fazendo classificação de funcionalidade, para que a gente consiga atender a pessoa com deficiência não para curá-la, mas para saber

das possibilidades e o que ela, enquanto pessoa com deficiência, não visando a cura, pode fazer e o que deve contribuir na sociedade.

O nosso principal problema hoje, que é esse: filas de espera. É o nosso principal problema hoje: filas de espera. Para qual público? Geralmente, reabilitação cognitiva. Qual o nosso maior gargalo hoje? Atendimento com neuropediatria, que a gente tem uma fila de 7.059 crianças. E fonoaudiologia, que é em torno de 6.000, infantil.

Então, a nossa fila total para terapias e atendimento com neuro está em torno de 31.900, quase 32.000 pessoas aguardando atendimento. Eu ouvi uma fala que a mãe falou: "Enquanto uma criança espera, nós não podemos nos calar". Infelizmente, existe essa espera, e a gente já tem várias situações em andamento para tentar amenizar.

Mas tem um desafio grande, que quando uma criança entra em um serviço de terapia, não é como um atendimento médico pontual. Ela permanece por um, dois, três meses, seis meses e até anos. E é o que se torna o nosso maior desafio, que está aqui a Presidente da AMA que sabe, que você não consegue dar alta, porque tem a regressão.

E a estratégia da Sesau, qual que seria a nossa estratégia para amenizar futuramente? Apoiar os municípios para que o atendimento aconteça lá no município e não precise a família trazer essa pessoa para Porto Velho. Trabalhar na base municipal, fazer um cadastro estadual, porque nós não sabemos quantas pessoas com deficiência têm, por deficiência, e isso é muito importante. Com isso, a gente faz o cadastro, disponibiliza esses dados para a população e para órgãos que tiverem necessidade de utilizá-los.

E implantar a estimulação precoce no Estado, que é atender as crianças de 0 a 3 anos que têm sinais para deficiência e a gente precisa trabalhar. Enquanto a gente não trabalhar essa primeira infância, esses primeiros anos, a gente não vai amenizar futuramente essa fila.

E, por último, aumentar a oferta de vagas. Como aumento concreto da oferta de vagas, o serviço que está sendo pleiteado é o Centro de Reabilitação do Hospital do Amor, que é um CER IV, onde a gente vai atender as quatro modalidades de reabilitação. E termina aqui a apresentação.

Então, os desafios não são apenas à Sesau. Eles são desafios, porque para a gente conseguir evoluir com tudo isso, a gente precisa que todos os órgãos executivos, legislativos, estejam envolvidos no processo.

E como foi falado aqui, existem várias leis. Existem várias leis, e, infelizmente, a gente não conseguiu efetivá-las, mas acredito que, com o esforço de todos, a gente vai conseguir andar, porque nós já andamos um bom percurso e ainda falta um longo caminho pela frente. Obrigada.

(Às 13 horas, o Senhor Delegado Camargo passa a presidência ao Senhor Alex Redano)

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Convido neste momento o senhor Guilherme Sussuarana, estagiário da Assembleia Legislativa, PCD.

O SR. GUILHERME SUSSUARANA TERRA - Bom dia, só para o José Odair se localizar, para não estar olhando muito para a caixa de som. Eu estou por aqui.

Bom, eu sou uma pessoa com deficiência, sou cadeirante, tenho 1,79, uso uma cadeira de rodas e estou com uma blusa da Assembleia de estagiário, azul, com um símbolo do Estado de Rondônia: "Assembleia Legislativa, amiga do rondoniense". Uso uma calça azul e estou com sapatênis.

Bom, primeiramente agradecer ao Presidente Alex Redano, por esta iniciativa de Audiência Pública. No entanto, Presidente, a gente precisa, eu acho, superar isso; trazer termos. A gente precisa sair da teoria e começar a ir para a prática, porque, senão a gente vai ficar falando sobre teoria, teoria, teoria e nunca a gente avança para a prática.

O meu primeiro ponto aqui, o Doca falou sobre o setor para atender essas pessoas com deficiência e eu queria saber como vai ser esse setor? Quem que vai gestar esse setor? Porque não adianta ter um setor de pessoas com deficiência se for pessoa sem deficiência para gestar esse setor.

Primeiramente, a gente precisa colocar pessoas com deficiência para atender essa política pública. E também falamos de comissões de pessoas com deficiência. Tem essas comissões? Se tem, tem pessoas com deficiência? E, se for criada, quem vai estar dentro dessas comissões? Mesma coisa: a gente vai falar de pessoas com deficiência dentro das comissões, mas sem pessoas com deficiência?

Um outro ponto aqui: do auditório. Eu já havia pontuado. Sobre o auditório, as pessoas com deficiência, especificamente cadeirantes, ficam lá em cima por conta de segurança, realmente está certo.

No entanto, eu acho que esqueceram um pouco do desenho universal da acessibilidade aqui para a frente, porque, se pegar fogo aqui na Assembleia Legislativa, como as pessoas com mobilidade reduzida vão sair correndo? Pessoas com deficiência visual? Pessoas obesas? Pessoas gestantes? E aí?

Então, a gente começa a pensar sobre adaptações razoáveis. Já que não foi feito, a gente precisa trazer essas adaptações para a Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Uma outra coisa é que o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) tem resoluções para liberação de prédios tombados com acessibilidade. Então eu acho que é uma questão muito importante de se trazer para o âmbito da Assembleia Legislativa e falar um pouco de adaptações razoáveis para essas pessoas com deficiência de estagiários ou pessoas com deficiência para acolher, para ter capacitações de gestores, capacitações continuadas para receber pessoas com deficiência.

Eu acho que a Assembleia Legislativa precisa começar

a pontuar esses tipos de situações e me coloco aqui à disposição, de segunda a sexta estou aqui, para que a gente possa falar sobre isso. Muito obrigado.

(Às 13 horas e 05 minutos, o Senhor Alex Redano passa a presidência ao Senhor Delegado Camargo)

O SR. DELEGADO CAMARGO (Presidente) - Muito obrigado. Eu gostaria, agora, de chamar para fazer uso da fala, o Presidente da Associação de Surdos de Rondônia, a ASRO, meu amigo Geovane Vasconcelos. Também a intérprete.

Apenas para conhecimento de todos, os desafios são tantos, que eu estou consultando aqui em tempo real a transparência do Governo do Estado no tocante à fila de pessoas aguardando avaliação para diagnóstico de deficiência auditiva. Uma simples consulta com um especialista. Só isso. Só consultar. Não estamos nem falando em ter acesso ao aparelho auditivo, ao retorno da consulta; não, não. Só a primeira consulta.

Neste exato momento, 3.759 pessoas aguardam esta avaliação. Apenas para vocês terem noção, vamos pegar aqui, data de inserção. Vamos ver desde quando tem pessoa aguardando apenas uma consulta com o especialista. Vamos para primeiro aqui, primeiro. Bom, vou consultar depois e informo.

Com a palavra, o Excelentíssimo Senhor Geovane Vasconcelos, Presidente da Associação dos Surdos do Estado de Rondônia. O intérprete?

O SR. GEOVANE VASCONCELOS DE SOUZA - Boa tarde. Em primeiro lugar, agradecer ao Presidente Deputado Alex Redano, Presidente desta Casa e proponente desta Audiência; ao Deputado Delegado Camargo, meu amigo, conheço, já nos saudou, já nos deu Votos de Louvor; também à Nívia, Promotora de Justiça; e também ao Juiz Flávio, do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. A todos que compõem a Mesa de liderança, muito obrigada, meus cumprimentos a todos e a todos os meus amigos, familiares e aos participantes desta Audiência Pública.

Vou fazer minha audiodescrição. Este é o meu sinal, sou careca, estou de calça jeans, terno preto. Sou o Presidente da Associação ASRO, Associação dos Surdos do Estado de Rondônia. Agradeço a Deus por essa oportunidade.

Sobre os direitos das pessoas com deficiência, é muito forte falar sobre isso, porque nós, pessoas com deficiência, sofremos na pele o preconceito, a discriminação. São muitas lutas que passamos.

PCD, pessoa com deficiência. Olha só, a pessoa surda, a barreira comunicacional é a maior barreira que nós sentimos na pele. Pessoa surda, ela estuda, ela chega a um grau de nível superior, ela forma-se, porém a empregabilidade é precária. Temos lei de cotas? Sim, temos lei de cotas. Temos surdos pedagogos, surdos professores de Letras Libras, porém a empregabilidade ainda falta para esses formados.

Nós sofremos porque a gente, só sobra para nós os

empregos mais subalternos. E não somente o surdo, como também o deficiente visual, o deficiente físico. Nós vemos os colegas ouvintes, aqueles que não têm nenhuma deficiência, crescem, desenvolvem, empregam-se; mas nós, a gente fica para trás. Por quê? Barreiras comunicacionais.

Para nós, surdos, precisamos de acessibilidade, de inclusão. Que os concursos públicos nos respeitem dentro da nossa limitação, dentro da nossa desigualdade. Precisamos de provas adaptadas, porque os outros passam e nós não. A gente fica para trás. Cadê a acessibilidade?

Por exemplo, Seduc, Secretaria Estadual de Educação. Então, já fiz concurso para a Seduc, já fiz para outras instituições também. Mas eles não entendem a minha limitação, o meu estrangeirismo dentro de uma maioria linguística.

Eu sou surdo, eu me comunico através da Língua de Sinais e a minha estrutura linguística é diferenciada, mas não é contemplada dentro da desigualdade. E aí, direitos iguais aos desiguais. Porque eu sou surdo, eu tenho as minhas limitações, porém elas não são cerceadas; elas não são realmente garantidas dentro da lei, conforme a legislação.

"A pessoa é BPC (Benefício de Prestação Continuada), a pessoa vai receber o BPC, vai ter esse direito." Não, mas os surdos, hoje eles estão se formando, eles querem mais, eles não querem ficar só precisando de BPC, eles querem crescer, querem ter salários melhores, não somente BPC.

Então, assim, muito difícil. Nós estamos sem acessibilidade, poucos intérpretes, não somente aqui como em outros órgãos públicos, na área jurídica e nas demais áreas. Então, cadê os nossos direitos? Eles não estão sendo exercidos.

a gente vê que há muito ainda a desenvolver quanto à questão da acessibilidade e da inclusão à pessoa surda. Ainda há muitos preconceitos, as pessoas precisam conhecer, tornar-se bilíngues. O Brasil é signatário de tratados e convenções internacionais que asseguram os direitos das pessoas com deficiência. Porém, cadê esses direitos para nós surdos?

Por exemplo, na Assembleia Legislativa de Cuiabá, há uma adaptação para as pessoas com deficiência, legislações aplicáveis para os surdos, quando vão fazer concursos públicos, seja atendida essa sua especificidade linguística, então, assim, aqui são poucos surdos que são concursados por conta dessas barreiras comunicacionais. Quantos surdos morreram por falta de acessibilidade, por não conhecer um remédio que ele era alérgico e tomou-se esse remédio e ele foi a óbito? Então, assim, ainda há muito o que aprender e a desenvolver quanto à questão da acessibilidade à pessoa surda, principalmente, as barreiras comunicacionais. Então, juntos, nós com os familiares, ela que é familiar de PCD, sabemos que enfrentamos muitas barreiras em todas as instituições públicas, ainda falta muito para acontecer, tirar essas barreiras que encontramos no caminho.

Então, eu, Presidente da Associação dos Surdos de Rondônia, ainda estou triste por conta de situações, que ainda acontecem que os surdos não são atendidos. Temos legislações antigas, porém ainda não estão respeitando. **(Discurso em Libras traduzido por Neide Alexandre do Nascimento)**

É necessário que demos a atenção necessária. Há muito preconceito. Eu sei bem, eu conheço bem, eu sempre que estou com o José, a gente vê muitas das barreiras com as pessoas com deficiência, sobre o direito. É uma honra estar aqui, mas é muito triste, é lamentável ver que estão diminuindo essas possibilidades, os direitos para essas pessoas.

Lá no CPA (Centro Político Administrativo) também, por exemplo, na prefeitura, alguns órgãos, a gente vê muitas limitações, barreiras comunicacionais. Mas agradeço a oportunidade, uma honra essa oportunidade de fala. **(Discurso em Libras traduzido por Jacqueline Graziela Ferreira Dantas)**

O SR. DELEGADO CAMARGO (Presidente) - Quero agradecer ao meu amigo Geovane pelas palavras e ele fez um destaque muito importante. E aqui, me perdoem, mas eu preciso ser verdadeiro. Mais uma vez. Quero que alguém traduza por gentileza aquilo que irei comunicar para o Geovane. Já vou passar a palavra para a continuação da associação.

O senhor pode falar, eu falo ao final. Continue, por favor.

O SR. EDUARDO LIMA BRITO - Bom dia para todos vocês. Eu agradeço imensamente por estar aqui nesse momento dessa plenária, acompanhando esse processo que está acontecendo.

Quero cumprimentar aqui também o Deputado Alex Redano, e também o Deputado Rodrigo Camargo, que também nos favoreceu esse momento de estarmos aqui juntos, acompanhando essa plenária que está acontecendo, que é um tema muito importante que fala sobre todos os tipos de deficiências.

Então, hoje têm muitos problemas que a gente pode perceber. O que a gente percebe também é de pessoas que hoje passam de semanas, passam semanas e semanas enviando mensagem para mim, no meu telefone, no WhatsApp, e também alguns problemas que estão relacionados ao ônibus, à questão do SEMTRAN (Secretaria Municipal de Segurança, Trânsito e Mobilidade), que não dá a liberdade da questão do passe-livre para os surdos. É um dos exemplos no qual a gente está vindo aqui para poder falar nesse momento.

(Discurso em Libras traduzido por Jefferson Aires do Nascimento)

Lá existe, a gente, enquanto sujeito surdo e pessoas com deficiência, a gente recebe um auxílio do INSS, mas não é o suficiente, não é o suficiente. Então, nós surdos queremos ter acesso para conseguir o passe-livre, para que não tenha que estar todo ano renovando, porque a gente é surdo.

Então, como que a gente vai ter que comprovar que todo ano que a gente é surdo, para poder a gente usar

o transporte coletivo, a gente precisa pagar do nosso bolso, o laudo, para poder a gente conseguir ter acesso ao transporte público. Então, têm surdos que não têm essa condição financeira e estão com o INSS cortado. Como que fica essa situação?

E também, aqui na Casa de Leis, na Assembleia Legislativa, o surdo chega na recepção, por exemplo, hoje teve um surdo que chegou na recepção de short, e aí, teve lá a barreira de comunicação. O pessoal que está lá atendendo não sabe Libras e aí foi aquele transtorno, aquele conflito, até que chegou uma intérprete para poder fazer a comunicação.

Então, eu acredito que falta chamar, e ter acessibilidade desde o início que entra, porque a portaria, a recepção é a Casa, é a cabeça daqui da Casa de Leis. Então, eu acredito que precisa ter mais acessibilidade.

E o terceiro ponto que a gente vai abordar agora, é oportunidades. Oportunidades para chamar os intérpretes que foram aprovados no concurso, porque já tem intérprete aprovado, já tem o intérprete aprovado, mas é muito importante que abra, que tenha esse leque, essa visão para que as pessoas surdas, as pessoas com deficiência, também possam estar nesses ambientes, que também possam estar aqui atuando, trabalhando junto e tendo uma igualdade.

Eu sempre vejo pessoas com deficiência, PCDs, mas eu não vejo surdos, porque o PCD se comunica. Ele apenas usa uma cadeira de rodas, mas consegue se comunicar. E eu, como sujeito surdo, eu não posso estar aqui nesse ambiente porque eu preciso e dependo do intérprete de Libras para estar comigo.

Então, queremos estagiários surdos também aqui dentro dessa Casa de Leis. A gente exige isso, a gente precisa estar nesses ambientes, porque, se caso houver surdo aqui, eu acredito que a comunicação vai ser mais fluida. Então, aqui o surdo pode também ensinar Libras para os funcionários, para as pessoas que estão aqui dentro dessa Casa de Leis, para que tenha um compartilhamento, tenha uma troca de experiência, para que sinta na pele como que é você chegar numa recepção e ninguém souber se comunicar com você.

Então, é muito difícil, principalmente em concurso público. Eu até agora não vi nenhum surdo concursado aqui dentro, porque não abre vaga para surdos, não tem. Eles colocam PCD, mas PCD cadeirante e não surdo, porque o surdo precisa ter a comunicação. Pessoas com amputação, autismo. E surdo não? O surdo está sempre excluído dessas pautas. Eu acredito que é um preconceito ou é falta de informação mesmo.

Então, eu acredito que falta mais diálogo com a comunidade surda para que a gente possa ter uma comunicação melhor.

E a minha última pauta aqui é sobre o problema mais, assim, que eu vejo gravíssimo é o CRAS, o CRAS daqui. O problema enorme é a falta de acessibilidade no CRAS, porque a maioria dos surdos está sendo cortado o auxílio por causa de que precisa atualizar o laudo. E aí ele chega no CRAS e não tem comunicação. Então, antes de o surdo chegar, eles já estão cortando o benefício.

Eu acredito que falta ter acessibilidade, e isso é muito triste para a gente enquanto sujeito surdo. É muito triste porque eu acredito que falta ter mais essa visibilidade, essa empatia, porque a maioria dos surdos está perdendo.

Às vezes, o surdo perde o "Minha Casa, Minha Vida" do governo porque não tem a comunicação, por falta de comunicação. A maioria dos surdos, às vezes, perde e me chama, me procura, porque, como eu sou assistente social, eu tenho formação, mas eu não posso estar ali todo tempo voluntariado. Eu preciso também...

Na Caixa Econômica, eu sempre estou lá, sempre os surdos estão me procurando para poder eu ajudar nessa acessibilidade. Mas isso não é meu papel, isso não é meu papel. Eu sou igual, eu também sou surdo.

Eu não tenho como trabalhar voluntário. Eu preciso também de sobreviver, eu preciso também ter um auxílio, eu preciso colocar gasolina no meu carro, eu preciso também ter alimentação. Então, não tem como eu trabalhar voluntário, se isso é responsabilidade do poder público.

Eu agradeço a todos pela atenção. **(Discurso em Libras traduzido por Camile de Oliveira)**

(Às 13 horas e 21 minutos, o Senhor Delegado Camargo passa a presidência ao Senhor Alex Redano)

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Convido para o uso da fala a Promotora de Justiça, Doutora Daniela Nicolai.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Presidente, só fazer rapidinho um apontamento antes da Excelentíssima Promotora.

Como eu estava dizendo, apenas destacar a fala do Geovane e da comunidade surda e pedir aqui publicamente a Vossa Excelência que coloque em pauta a votação do Projeto de Decreto Legislativo 1487/2026, de minha autoria.

E eu vou explicar a todos vocês do que se trata. Recentemente, o Governo do Estado abriu o Edital nº 87 (Edital nº 87/2026/SEGEF-GCP). Para quê? Um processo seletivo simplificado para Fhemeron (Fundação de Hematologia e Hemoterapia), selecionar pessoas para trabalharem lá.

E ali há violações explícitas aos direitos das pessoas com deficiência, motivo que me levou, inclusive, a propor esse Projeto de Decreto Legislativo suspendendo esse edital. E, se a Assembleia votar e nós aprovarmos, vai parar isso até que cumpram os direitos das pessoas com deficiência.

Eu vou falar rapidamente aqui quais as principais violações. Rapidamente. Primeiro, no edital eles dizem que o laudo de deficiência deverá ser assinado exclusivamente por médico.

"b) Anexar, no ato de inscrição, Laudo Médico, expedido no prazo máximo de 12 (doze) meses contados da data de publicação deste Edital, o qual deve conter a Classificação Internacional de Doenças – CID; c)

Apresentar assinatura e identificação do médico com o respectivo registro no Conselho Regional de Medicina (CRM)". Isso é o que está no edital

O que viola uma lei desse Estado, nº 5315/2022, aprovada na Assembleia, onde diz que: "Art. 1º A pessoa com deficiência poderá comprovar sua deficiência através dos laudos de profissionais liberais regularmente registrados nos seus respectivos conselhos de classe, de empresas privadas ou públicas, para qualquer origem ou finalidade de solicitação conforme a definição das deficiências". Isso é o que está na lei.

Exemplo: surdez, deficiência auditiva. Um fonoaudiólogo, desde que devidamente escrito na sua classe, pode atestar essa deficiência de caráter permanente e irreversível.

Um outro exemplo: um psicólogo ou um terapeuta ocupacional também podem atestar uma deficiência intelectual ou mental. Isso a lei estadual permite. E, no edital, eles exigem que seja por médico.

Pior, Geovane, há uma lei aqui, Lei nº 5976/2025, dizendo que: "Art. 1º O laudo médico-pericial que ateste Transtorno do Espectro Autista (TEA), bem como deficiências físicas, mentais e/ou intelectuais de caráter irreversível, terá validade por tempo indeterminado". Isso é o que está na lei.

Você não precisa todo ano dizer que você é surdo. Você não precisa todo ano dizer que você está dentro do Transtorno do Espectro Autista. O laudo é indeterminado. E o edital lá da Fhemeron, do Governo do Estado, exige que você apresente um laudo com validade dos últimos 12 meses. Isso é um absurdo! Isso é um absurdo!

Há também total violação ao direito das pessoas com deficiência de terem amplo acesso, até mesmo em observação à Lei Nacional de Inclusão das Pessoas com Deficiência, em igualdade de acesso ao serviço público. Porque nesse processo seletivo está sendo oferecido vagas em sete municípios. Só que eles reservaram vaga para as pessoas com deficiência somente para Porto Velho. Tirando a oportunidade de pessoas com deficiência de outras localidades, como por exemplo Ariquemes, Ji-Paraná, também possam concorrer em igualdade de condições e ter acesso a um serviço público digno.

Só que não adianta você falar. Então, Presidente, eu peço a Vossa Excelência que coloque em votação este Projeto de Decreto Legislativo de minha autoria, para que nós possamos suspender este Edital até que eles observem as regras das pessoas com deficiência. Isso é uma medida efetiva que a gente precisa fazer. Obrigada, Presidente, desculpe me estender.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Tranquilo. Com a palavra, Doutora Daniela Nicolai, Promotora de Justiça.

A SRA. DANIELA NICOLAI DE OLIVEIRA LIMA - Boa tarde a todos. Vou fazer a minha autodescrição. Sou uma mulher de 51 anos. Estou trajando um blazer rosa com listras quadriculadas e um vestido preto, meia-calça preta e sapato preto. Sou de pele clara e tenho cabelos

claros.

Pelo adiantado da hora, me reservo a cumprimentar o Deputado Alex Redano, Presidente desta Casa Legislativa, em nome de quem cumprimento todos os componentes deste Dispositivo.

Falar sobre pessoas com deficiência é falar sobre direitos humanos, cidadania e inclusão.

Durante muito tempo a deficiência foi vista apenas sob uma perspectiva médica, como um problema individual que precisava ser corrigido. Hoje, a compreensão internacional evoluiu. A deficiência não é apenas na pessoa, mas também nas barreiras existentes na sociedade. Barreiras físicas, comunicacionais, tecnológicas, atitudinais e institucionais.

Essa mudança de paradigma foi incorporada pela Organização das Nações Unidas por meio da Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência, que possui status constitucional no Brasil. A Lei Brasileira de Inclusão define pessoa com deficiência como aquela que possui impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que em interação com uma ou mais barreiras, prejudique sua participação plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas.

Nos últimos anos, a mobilização das chamadas mães atípicas, mulheres que exercem papel central nos cuidados de filhos com deficiência, especialmente crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), síndromes raras e outras condições que demandam suporte contínuo, promoveu um avanço na concretização desses direitos.

Esses movimentos sociais tiveram papel fundamental na ampliação da conscientização pública sobre a inclusão, acessibilidade e atendimento especializado, contribuindo para o aperfeiçoamento de políticas públicas nas áreas de saúde, educação, assistência social e transporte.

Além disso, trouxeram visibilidade às dificuldades enfrentadas pelas famílias cuidadoras, como a sobrecarga física, emocional e financeira, fortalecendo a luta por atendimento multidisciplinar, inclusão escolar efetiva e acesso a benefícios sociais.

Hoje, as mães atípicas são reconhecidas como importantes agentes de transformação social e de controle democrático das políticas públicas voltadas às pessoas com deficiência. Essas políticas são: educação inclusiva, a proibição de cobrança adicional pelas escolas pelo atendimento educacional especializado, saúde, atendimento prioritário, reabilitação integral, fornecimento de órteses e próteses, trabalho, igualdade de oportunidades, adaptações razoáveis, lei de cotas, assistência social; Benefício de Prestação Continuada (BPC/LOAS), um salário mínimo para pessoa com deficiência em situação de vulnerabilidade; mobilidade e acessibilidade, transporte acessível, eliminação de barreiras arquitetônicas, acessibilidade digital e comunicacional; participação política e cidadania, direito ao voto, direito ao exercício da capacidade civil e tomada de decisão assistida.

Outro aspecto importante e relevante é a evolução da

forma como a sociedade representa a deficiência. O símbolo internacional de acessibilidade era representado pela figura de uma pessoa em cadeira de rodas desde a década de 1960. Embora continue válido e amplamente utilizado, esse símbolo não mais contempla toda a diversidade das deficiências existentes.

Por essa razão, a Organização das Nações Unidas passou a divulgar o chamado Símbolo Internacional de Acessibilidade Universal, Accessible Icon, representado por uma figura humana de braços abertos dentro de um círculo.

O novo símbolo busca transmitir uma mensagem mais inclusiva, abrangendo pessoas com deficiências físicas, sensoriais, intelectuais, psicossociais e invisíveis, enfatizando não a limitação, mas a participação, a autonomia e a inclusão social.

Concluo destacando que a deficiência não define a pessoa, o que frequentemente limita sua participação são as barreiras impostas pela sociedade. Por isso, o desafio contemporâneo é construir uma sociedade acessível, inclusiva e capaz de reconhecer a diversidade humana como um valor.

E o Ministério Público de Rondônia trabalha incansavelmente na busca desse objetivo. Nós temos uma curadoria das pessoas com deficiência no Ministério Público, temos nossa ouvidoria, e que está em diversos canais. Nós temos um site com um formulário digital em que as denúncias podem ser feitas on-line, e temos também o atendimento presencial.

Temos dois especialistas formados em Libras para fazer as traduções das demandas das pessoas com deficiência, e o Ministério Público está para ouvir; como nessa Audiência Pública, as autoridades vieram mais para ouvir do que para falar.

Então, o Ministério Público é um agente para ouvir as demandas da sociedade e, assim, está à disposição de todos. Muito obrigada.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Parabéns, Doutora. Convido para a fala o senhor Flávio Henrique de Melo, Juiz de Direito Titular da Vara de Crime Contra Criança e Adolescente e membro permanente do Comitê de Pessoas com Deficiência, do Conselho Nacional de Justiça.

O SR. FLÁVIO HENRIQUE DE MELO - Boa tarde a todos. Eu vou fazer aqui minha autodescrição. Sou uma pessoa de cor branca, estou em pé, tenho 1,86, estou trajando um terno de cor azul escura, uma gravata também de cor azul e uma camisa também de cor azul. Cabelos curtos da cor castanho escuro, olhos castanhos claros e estou usando óculos.

Quero, inicialmente, agradecer e parabenizar por esta Audiência Pública na pessoa do Presidente Deputado Alex Redano; e, já de forma direta e assertiva, trazer aqui umas palavras a respeito desse momento; ao final, inclusive já fiz a iniciativa de encaminhar algumas proposições, que é o objetivo desta solenidade, para a Assessoria da Presidência desta Casa.

Sou juiz autista e pai atípico. Além de viver a deficiência, tenho filhos que são pessoas com deficiência, e trabalho, vivo e luto pela causa em questão.

Cumprimentando a todos aqui, é uma honra participar desse espaço de construção objetiva e coletiva que tem por objetivo debater e aprimorar políticas públicas voltadas à garantia dos direitos das pessoas com deficiência no Estado de Rondônia, sob a perspectiva da inclusão, da dignidade e da igualdade material.

Do ponto de vista técnico-normativo, é essencial reafirmar que o Brasil possui um arcabouço jurídico robusto, avançado e com destaque para a Convenção de Direitos da Pessoa com Deficiência da ONU, que esse ano completa 20 anos. E a Lei Brasileira de Inclusão 13.146/2015.

Esses marcos estabelecem de forma inequívoca que a deficiência não está na pessoa, mas nas barreiras sociais, arquitetônicas, comunicacionais, institucionais e atitudinais que restringem ou impedem sua plena participação social.

No âmbito do Poder Judiciário, especialmente como magistrado da Vara de Crimes Contra a Criança e o Adolescente, destaco o compromisso institucional com a efetivação de políticas inclusivas com a proteção integral de crianças e adolescentes, especialmente as pessoas com deficiência.

Nesse sentido, ressalto iniciativas concretas já em implementação e fortalecimento institucional da minha unidade, como o Projeto "Justiça Inclusiva, Conhecer para Reconhecer", que busca qualificar o olhar técnico e humanizado sobre a deficiência, promovendo formação, sensibilização e aprimoramento das práticas judiciais.

Destaco ainda a implementação da sala sensorial, que ocorrerá no Fórum Geral, um equipamento fundamental de acessibilidade sensorial e acolhimento voltado à redução de barreiras ambientais e ao atendimento adequado de pessoas com TEA e outras condições que demandam adaptação do espaço institucional.

No âmbito das políticas nacionais, também a atuação ativa nas discussões e minutas atualmente em análise no CNJ (Conselho Nacional de Justiça), a Política Nacional da Pessoa com Deficiência no âmbito judicial e também o Protocolo de Julgamento da Pessoa com Deficiência estão para ser votadas e, seguramente, creio que aprovadas no CNJ. Mudará seguramente o atendimento e o julgamento nos processos das pessoas com deficiência.

Ressalto ainda a aprovação do Manual da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, na sua 2ª edição, também no CNJ, instrumento técnico essencial para orientar os magistrados e servidores na condução de casos de pessoas que têm o Transtorno do Espectro Autista, promovendo maior segurança jurídica e sensibilidade institucional.

Também é relevante destacar o acompanhamento institucional e as ações articuladas da Associação dos Magistrados Brasileiros junto ao CNJ e ao Congresso Nacional para fortalecer projetos, políticas judiciais e normativas voltadas às pessoas com deficiência no

aprimoramento da acessibilidade no sistema de Justiça. Essas iniciativas demonstram que o Judiciário brasileiro vem avançando na transição de um modelo formalmente igualitário para um modelo substancialmente inclusivo, baseado no paradigma biopsicossocial da deficiência. Entretanto, ainda persistem desafios importantes relacionados à implementação efetiva dessas políticas, especialmente no que se refere à interiorização das ações, à formação continuada de profissionais, consolidação de uma cultura institucional verdadeiramente inclusiva.

Nesse contexto, reforça-se a necessidade de fortalecimento da interseccionalidade, da escuta qualificada e da participação ativa das pessoas com deficiência e de suas famílias, em consonância com o princípio da Convenção da Pessoa com Deficiência: "Nada sobre nós sem nós".

A Convenção da Pessoa com Deficiência, que completa esse ano 20 anos, foi feita por pessoas com deficiência para pessoas com deficiência. Portanto, nenhuma ação, política ou norma que não tenha a participação efetiva de pessoas com deficiência, cada uma na sua respectiva deficiência, tem qualquer legitimidade perante o Estado Democrático de Direito, no nosso caso, do Brasil.

Portanto, reafirmo que a inclusão não se trata de um favor institucional, mas de um dever constitucional, ético e legal do Estado brasileiro, que essa audiência contribui de forma concreta para o aprimoramento. E aí destaquei, conforme já encaminhei, proposições para o Poder Executivo, Legislativo, Ministério Público, Defensoria, setor privado, instituições de ensino público, sociedade civil, conselhos de direito, e instituições de tecnologia e comunicação.

E para finalizar, de fato, todas as instituições precisam aprimorar. E nós aqui do Poder Judiciário também não estamos com a nossa atuação 100% com o dever cumprido. Precisamos, sim, melhorar, mas não podemos esquecer jamais que o centro e o foco é a pessoa com deficiência; e quando não se coloca a pessoa com deficiência no centro para que ela, de fato, seja ouvida e participe da construção, todas as ações e consequências acabam se esvaziando.

Por isso que a Convenção da Pessoa com Deficiência, que esse ano completa 20 anos, é o maior instrumento de proteção à pessoa com deficiência. E nós não podemos esquecer disso para que, de fato, o avanço seja uma realização prática e a pessoa com deficiência seja priorizada como sujeito de direitos, que é o que está previsto hoje.

Muito obrigado.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Parabéns. Convido a Professora bilíngue Kátia Cilene.

A SRA. KÁTIA CILENE DE SOUZA - Obrigada, professora Neide, intérprete de Libras, por me ajudar.

Estou aqui participando, quero agradecer, eu nunca esqueci do nosso grupo, a senhora da OAB, ela é uma senhora guerreira, lutadora pelas causas das pessoas com deficiência, combateu o preconceito e a

discriminação contra as pessoas com deficiência. Então, assim, hoje, eu não vou falar de tristeza, eu só quero agradecer. Amo esse grupo as nossas lutas, as nossas reivindicações. Então é muito importante. Ficou melhor agora, a visibilidade.

Primeiro, falar sobre as questões. A gente já passou por muitas dificuldades, muitos sacrifícios, mas já fui ajudada com a gratuidade de advogados pela OAB, que me ajudaram em algumas causas particulares. Mas é importante lutar, lutar por todos os outros, as outras pessoas PCDs que vêm ajudando, porque a gente tem que, não é acabar, mas pelo menos amenizar o preconceito. A gente sabe que outros órgãos não tiveram a mesma iniciativa que ela teve. São tantas dificuldades, e aí então, a gente busca estar realmente incluído, ter essa acessibilidade. Então são muitas preocupações. **(Discurso traduzido por Neide Alexandre do Nascimento)**

Eu entendo, eu compreendo a fala do Geovane, do Eduardo. Ele sente na pele, porque eles também são surdos. A gente tem muita barreira. Eu passei no concurso e vi, eu presenciei o preconceito. Eu senti na pele como que é você ser aprovado num concurso e ser rejeitada.

Então, é muito difícil. A família não conversa. A gente, dentro de casa, a gente se sente sozinho, porque a família não conversa, ela não aprende, ela não quer se comunicar, ela não se esforça para se comunicar com o sujeito surdo. Então, a gente, dentro de casa mesmo, a gente tem barreira. A família não vê, não enxerga o sofrimento do sujeito surdo. Me desculpa, mas a nossa família mesmo tem preconceito. "Ah, não, é surdo."

Então assim, eu agradeço, sou grata pela OAB, vocês moram no meu coração por terem me ajudado muito nessa luta.

A minha segunda abordagem é que ontem tivemos uma reunião na Escola Bilíngue, com professores de Libras, com os intérpretes. Então a gente abordou, e vamos levar na Câmara Municipal, porque tivemos uma reunião lá. Então a gente vem conversando com o Poder Público sobre o cargo.

Então, ontem a gente teve, para finalizar, sobre a luta das pessoas com deficiência, mas finalizamos sobre a participação efetiva. Eu estava lá, me responsabilizei, porque sou pessoa com deficiência. Então, o sujeito precisa ter responsabilidade também, precisa motivar desde a criança até o adulto.

Eu venho lutando. Eu quero muito também que essas pessoas com deficiência lutem também junto com a gente, porque sozinho a gente não consegue, não é fácil. A gente precisa ver o futuro dessas crianças, pessoas com autismo, as crianças com autismo. Nós, enquanto pessoas com deficiência, tivemos muita barreira, temos. Então a gente precisa ir contra o preconceito, precisamos eliminar.

Eu compreendo, eu sinto na pele o que o Geovane e o Eduardo abordaram aqui. E tem um ofício que a gente fez lá para a Câmara Municipal, e aqui também eu já vim aqui, falei também, venho pedindo, pedindo, pedindo. Já

estou cansada de vir aqui falar, e assim, não resolveram nada até hoje.

Eu falo sobre o que nesse ofício? Eu peço que tenha a construção da Escola Bilíngue. É o nosso sonho enquanto profissional da área da Escola Bilíngue, é que tenhamos um prédio, uma escola própria, porque o terreno a gente já tem, mas aí fala que não tem recurso, estamos esperando. E aí já há quatro anos que vêm prometendo, prometendo, e eu trabalho lá dentro da escola.

E é meu sonho, é nosso sonho a gente ter uma escola. Não é para mim essa escola, a escola é para nós, para as crianças, para a família, para motivar, para as crianças crescerem e ter uma educação de qualidade, um ambiente de qualidade. Temos professores surdos, temos professores formados, tanto ouvintes quanto professores surdos, mas não tem concurso.

Então a estrutura também. Temos somente um banheiro feminino e um banheiro masculino. Então as crianças às vezes estão ali querendo acessar, mas não tem como. Então a gente vem tendo essa barreira. É chuva, alaga toda a escola, não tem como as crianças brincarem no intervalo. Então, é muito triste.

Eu quero e eu acredito que vocês, enquanto Poder Público, dá para nos ajudar, dá para tentar resolver de alguma forma. Eu peço aqui, encarecidamente, não desiste, não desiste das pessoas com deficiência, não desiste da comunidade surda, nos dê visibilidade, veja a Escola Bilíngue, vá até a Escola Bilíngue.

Para mim, é um sonho, para as crianças também ter esse ambiente. Eu já venho, há quatro anos, pedindo, pedindo que nos ajudem, mas está sendo muito difícil. Não está sendo fácil. Então, por favor, lembre, lembrem-se de nós. Não se esqueçam da gente. A gente está muito esquecido pelo poder público.

Já temos já o terreno. A gente comprou e já está pronto. O terreno já está lá. Então, a gente quer que seja construída a Escola Bilíngue. Vamos esperar até quando? Para ficar mais cara a mão de obra? Vamos esperar quanto tempo para poder construir? Não dá mais. A gente está cansado de esperar.

O prédio que a gente está, está cedido. É cedido. Então, a gente não tem um prédio próprio. Até hoje a gente já mandou ofícios e estamos aguardando. É torcer para que dê tudo certo.

Obrigado. Não fique triste, não, está bom? **(Discurso em Libras traduzido por Camile de Oliveira)**

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Convido nesse momento... Ah, desculpa.

O SR. GEOVANE VASCONCELOS DE SOUZA - Rapidinho, está bom? Rapidinho.

O terreno realmente está lá, mas está abandonado. Eles mandam verba para outras escolas, mas, para a Escola Bilíngue é o preconceito? É discriminação, porque são pessoas com deficiência que estão lá?

Então, temos barreiras. Muitas barreiras. Então, eu peço que vocês visitem e vejam de perto o que a gente aqui está falando, para que vocês vejam que realmente

estamos abandonados.

Vão lá. Vão lá. Eu convido vocês que estão aqui que visitem a Escola Bilíngue, porque é um prédio cedido, não é nosso. Todas as escolas recebem verbas e são construídas. Mas e a Escola Bilíngue? "Ah, não, Escola Bilíngue eu não quero." "Ah, não, deixa isso para lá." "Deixa eles viverem assim, à mercê." Isso é um absurdo para a Prefeitura de Porto Velho. Isso é um absurdo.

A gente precisa ter uma escola melhor, uma escola boa. "Ah, é cedido". Aí é muito fácil está falando que é bom, que está ajudando. E, na prática, como que é? No papel é muito bom. E, na prática? É tão bom se os surdos, desde pequenos, entendessem que são acolhidos.

Eu já estou cansado. Eu concordo plenamente com a Kátia, a primeira professora surda concursada da Prefeitura de Porto Velho. Ela é a única. Até hoje não abriu concurso. **(Discurso em Libras traduzido por Camile de Oliveira)**

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Parabéns. Convido o empresário do distrito de Extrema, senhor Giovane Queiroz. Acho que ele deu uma saidinha, o Giovane. Convido o senhor Luiz Fernando Camargo, da Diretoria de Ações Municipalistas da Casa Civil. Seus cumprimentos.

O SR. LUIZ FERNANDO CAMARGO ALVES – Vou ser bem breve, Presidente Alex Redano. Primeiro, obrigado pela oportunidade. Cumprimento também o chefe de gabinete, Doutor Doca, pelo incentivo e pela iniciativa. Quero rapidamente aqui trazer um abraço do nosso Secretário-Chefe da Casa Civil, Elias Rezende, que nos designou para que estivéssemos aqui, como foi pedido a todos nós.

Meu nome é Luiz Fernando. Estou de terno cinza, o terno completo, camisa azul-claro, imagino que seja isso, espero não também ser daltônico, e gravata azul. De certa forma, me sinto no direito de fala também, porque tenho diagnóstico de TDAH (Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade) há um monte de tempo, acho que uns 15 anos por aí, além de ser disléxico.

Então, na época da escola era muito divertido quando você colocava a barriginha do "p" para um lado, do "b" para o outro, e o pessoal fica achando estranho porque você não prestar atenção em nada. Mas a gente cresce e vai percebendo que não adianta ficar dando desculpas para a vida. A gente tem que resolver, aprender como resolver isso e ser produtivo.

No meio disso tudo, além das formações e tal, eu sou pastor de igreja local. E, lá na igreja, uma das coisas que a gente tem procurado aprender é justamente como poder lidar com essa diversidade de necessidades. Elas precisam ser aprendidas, pessoal. Ninguém aqui, exceto os profissionais, que lidam com isso no dia a dia e que lidam no governo. Eu trabalho no governo há 21 anos e a gente não sabe de tudo, a gente está aprendendo. Aliás, quando a gente fala sobre esse aprendizado, a Susan Stainback, lá em Baltimore, nos Estados Unidos, em 1990, ela cunhou pela primeira vez esse termo de

"a inserção não é inclusão". E, lógico que em inglês é "integration is not inclusion." Mas é recente. Nós estamos falando de 26 anos, alguma coisa assim. Estamos todos nós, mundialmente, aprendendo.

Existem os ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável), e dentro deles a gente sabe da necessidade de inclusão, da necessidade desse olhar para os neurodivergentes.

Já foi falado tanto aqui hoje em números. Só para fazer um registro, nós temos, cerca de 1,3% da população de Rondônia são identificados como do Transtorno Espectro Autista, e mais aproximadamente 25 mil de neurodivergentes. Detalhe: esse levantamento, digamos assim, é feito por amostragem, e já foi provado que provavelmente esses números não batem com a realidade.

Para você ter uma ideia, nós precisamos de cinco profissionais terapêuticos para cada grupo de dez pessoas, que é um chamado grupo de inserção. Dentre esses profissionais, nós precisamos do terapeuta ocupacional. Sabe quantos terapeutas ocupacionais nós temos sendo formados no Estado, no Estado, por ano? De 20 a 40, por uma única universidade.

Então, acho que nós ouvimos muito falar sobre mudança na legislação, sobre necessidade de recursos, tudo isso é importante, pessoal. Mas, dentre algumas coisas que eu faço há muito tempo é gestão de projetos, e uma coisa que a gente aprende é que não se faz, não se projeta pensando em dinheiro. A gente projeta pensando no objetivo, na dor que precisa ser atendida. E para isso você precisa ter informação, dados. E uma das coisas que a gente não tem é essa infraestrutura de pessoal, de RH.

Então, acho que uma das coisas que precisa ser vencida, um dos grandes desafios é nós aumentarmos o número de profissionais que possam fazer frente a essa demanda. Sem que isso seja enxergado por um viés de disputa política, nem de competências, senão fica aquele negócio, é um problema do governo, é da prefeitura, é da Assembleia Legislativa, sei lá de mais quem. Mas a gente tratar isso como uma política de Estado.

Ou seja, independente do governo, nós vamos seguir com esse plano no Estado, a gente melhorar essa nossa disponibilidade de profissionais. A gente conseguir daí sim fazer também um bom levantamento, mais preciso, e planejar assertivamente para a gente poder maximizar os recursos que já foram ditos que foram investidos, pelo Bruno Fontinelle lá da Seas, mas também para as nossas necessidades, como foi dito pelo Deputado Delegado Camargo.

É óbvio, a conta nunca vai fechar. Como eu disse, nós temos tão pouco tempo de discussão, de percepção dessa necessidade. Não é do dia para a noite, ainda mais um Estado jovem como o nosso, que a gente vai resolver tudo, correto? Então, nós precisamos olhar a coisa de uma forma profissional. Tem muita gente séria envolvida nisso aqui nessa Mesa, e eu tenho certeza que esses desafios serão vencidos.

Eu tinha outras informações, mas como o tempo já foi

para além do estourado. Eu ia até dizer boa tarde a todos, mas eu lembro que é bom dia, que a gente não almoçou ainda. Mas, um abraço a todos. Mais uma vez, Presidente, obrigado pela oportunidade.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Convidar aqui, para uma pergunta, José Roberto. Depois a Bebel. José Roberto Cândido tem uma pergunta para fazer, por favor.

O SR. JOSÉ ROBERTO CÂNDIDO SILVA - Não, eu vou falar aqui. Posso falar?

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Pode.

O SR. JOSÉ ROBERTO CÂNDIDO SILVA - Boa tarde a todos. Me chamo José Roberto Cândido Silva.

Eu vou falar algumas situações que a pessoa com deficiência passa, no caso o cadeirante.

Um exemplo: uma empresa privada, geralmente contrata uma pessoa com deficiência mínima, não cadeirante. Por quê? Porque ela não quer ampliar mais a porta, então surgir gasto para eles.

Outra situação que eu já passei: o Uber. A gente sofre muito preconceito, os cadeirantes. Eu já passei por isso uma vez, uma certa vez eu vinha lá do shopping, fui pegar o carro, o cara me viu, motorista foi embora. Eu fiquei triste para caramba nesse dia aí.

E outra coisa, eu sou atleta, basquete em cadeira de roda, juntamente com o nosso amigo Helinho, geralmente, eu tenho que disputar com os carros para andar na rua.

E outra situação: as rampas. Existe rampa, mas não tem manutenção. Muitas vezes a rampa está antiga, lá está o buraco lá, né?

Então são situações que a gente deveria fazer leis que venham a aplicar. Então a frase que foi criada por mim fala assim: "Põe em prática a Lei da Inclusão. Mais igualdade, fora discriminação." Beleza? Essa é a minha demanda aqui, está bom?

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Muito obrigado. Convido, perdão aqui o Doutor Daniel, nosso defensor, vai fazer a sua fala e depois nós traremos a Bebel. Com a palavra, Defensor Público Daniel Mendes.

O SR. DANIEL MENDES CARVALHO - Boa tarde a todas e todos. Eu serei breve, eu prometo, sei que todos estão com fome, então eu quero só dizer algumas palavras.

Primeiramente, eu vou começar com a minha autodescrição: eu sou um homem negro, de 1,70, estou usando um terno azul-marinho, uma camisa azul clara, gravata vermelha, um óculos de armação escura. E estou posicionado ao lado esquerdo da tribuna.

Bom, pessoal, para quem não me conhece, meu nome é Daniel, eu sou coordenador do Núcleo de Proteção e Defesa da Criança, do Adolescente, da Pessoa com Deficiência e da Pessoa Idosa. E, primeiramente, eu gostaria de cumprimentar e parabenizar o Presidente da Assembleia pela Audiência Pública.

E o tema, quando eu fui convidado para aqui estar, me

trouxe uma particular satisfação. Sabem por quê? Eu vou falar de forma mais informal. No nosso Núcleo, nós atendemos crianças, adolescentes, pessoas com deficiência e pessoas idosas.

Quando eu vou para a parte do atendimento a crianças e adolescentes, pessoal, amigos e amigas, eu vejo que há todo um sistema de garantia de direitos para efetivação de políticas públicas voltadas para esse público. Quando eu vou para pessoas com deficiência e pessoas idosas, eu não tenho esse sistema. A gente tem que virar esse jogo.

Então, como uma proposta concreta, Presidente; até eu estava conversando aqui com o Deputado Rodrigo Camargo, a gente tem que começar a encontrar mecanismos para a gente criar sistemas que acolham pessoas com deficiência, que aprimorem as políticas públicas e que apliquem as políticas públicas.

E como sugestão, assim como a gente faz muito quando se fala em criança e adolescente, eu acho que a Assembleia é um vetor e pode ser um canalizador dessa minha sugestão. Nós poderíamos criar um comitê permanente, interinstitucional e intersetorial para a gente começar a discutir, aprimorar, criar e efetivar essas políticas, com participação do Conselho Municipal, Conselho Estadual, Defensoria, Ministério Público, Poder Judiciário, Assembleia, Governo do Estado.

Isso vem funcionando bem aqui no Estado de Rondônia quando a gente trabalha com criança e adolescente. E o Doutor Bruno aqui é um testemunho de como isso funcionou quando a gente aplicou essa fórmula, esse sistema de governança, pessoal, para criar políticas públicas para crianças e adolescentes.

Funcionou muito bem quando a gente discutiu como fazer a escuta protegida aqui com criança e adolescente; por que não fazer a mesma coisa para as pessoas com deficiência? Eu sinto falta da rede.

A gente recebe na Defensoria Pública demandas que são verdadeiros desafios. A gente tem um procedimento aberto lá para tratar da negativa de emissão do bilhete passe-livre. Isso é uma endemia. E as empresas de transportes intermunicipal e interestadual estão negando a emissão desse bilhete; negando, na cara dura.

A gente está tendo problema de acessibilidade de pessoas com deficiência em concurso público que está nos preocupando muito. A gente está tendo que judicializar para que pessoas aprovadas sejam nomeadas. As pessoas estão aprovadas. Para que sejam nomeadas. Tivemos uma ação aqui em Porto Velho, exitosa, agora uma lá em Rolim, e temos mais três, no gatilho, para disparar.

A gente está com um problema de educação especial inclusiva, que também nos causa preocupação. A lei já está aí há anos e a gente não consegue fazer uma educação inclusiva de qualidade. A gente não consegue ter um sistema de governança que faça com que todas as instituições dialoguem e apresentem soluções concretas. Então, em nome do nosso Defensor Público-Geral, Doutor Victor Hugo, em nome do Núcleo que eu coordeno, eu me coloco à disposição, caso seja de interesse desta

Casa, para compor este comitê juntamente com todo mundo da sociedade civil, para a gente começar a discutir seriamente e aprimorar seriamente políticas voltadas às pessoas com deficiência; porque, senão, cada um funcionará como uma ilha, e se a gente funcionar como ilha, a gente não consegue chegar a lugar nenhum. Trabalhando juntos já é difícil, funcionando como ilha é praticamente impossível.

O meu Núcleo, o qual eu coordeno, é um aliado, um parceiro de todos. Eu fico à disposição. Demandas estruturantes, podem nos acionar. A gente, inclusive, tem um formulário, pesquisas rodando nessa questão de passe-livre. Se tiverem denúncias, podem ir até a Defensoria Pública e fazer, porque a gente precisa encorpar esse procedimento para a gente começar a tratar desse problema. Está bom, pessoal?

Eu agradeço a paciência de vocês, muito obrigado. E eu sigo sempre à disposição.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Convido para uso da fala Ithalissa Bonfim.

A SRA. ITHALISSA DE ALMEIDA BONFIM - Boa tarde, vou fazer minha audiodescrição. Eu tenho 46 anos, tenho 1,63, estou usando um macacão azul, um blazer azul, uma sandália azul, cabelo preso.

Cumprimento todos da Mesa. É uma honra estar aqui presente. Eu sou da turma de 2000, já tenho um tempo de formada. Eu sou fisioterapeuta, futura terapeuta ocupacional. E estou vendo alguns colegas aqui, Tielen, que vai formar junto comigo.

E eu vejo a dor de alguns profissionais, assim como eu, que tentam fazer um bom trabalho. Eu tenho uma clínica e uma escola, são coisas diferentes. E eu quero dizer que quando você propõe uma escola de fato com adaptações necessárias, ela dá certo. Isso não é algo no papel, ela existe. O nome da minha escola é CPH (Centro das Potencialidades Humanas), mas eu não vim fazer propaganda da minha escola, eu vim dizer que a educação pode dar certo, desde que tenha as adaptações necessárias.

Ouvi a fala do, eu esqueci o nome do senhor de Extrema, falou dos profissionais da área da terapia ocupacional. Nós vamos ter uma turma o ano que vem de mais ou menos 70 profissionais que irão se formar na área da terapia ocupacional — eu me formo ano que vem em terapia ocupacional pela FIMCA (Centro Universitário Aparício Carvalho) —, e nós sabemos da necessidade dessa contribuição.

Quer ver algo muito cruel que acontece em todos os ambientes que nós vamos? São as adaptações. E essas adaptações trazem muito prejuízo. Eu estou aqui desde as 9 horas da manhã e a minha coluna está doendo. Desculpa eu falar isso, mas eu sou muito franca. É cansativo. Aqui era para estar cheio de mães, mas elas tiveram que ir embora, porque elas não têm com quem deixar os filhos. É cruel. Para os senhores o quanto é difícil ficar em uma cadeira de rodas.

Eu já fiz experiências de ficar em uma cadeira, eu tive

essa vivência em um curso bem prático que eu tive, e o quanto é difícil movimentar uma cadeira. Essa é uma cadeira monobloco, estou estudando sobre isso, então eu posso falar. É difícil se locomover. É difícil uma outra cadeira, aquela em X, que eu preciso de uma outra pessoa para me locomover. O quanto é difícil essas barreiras.

Eu visito semanalmente escolas públicas e escolas particulares, e eu vejo a dificuldade. Professores doentes, cansados, porque têm salas muito cheias, poluição ambiental, barulhos. E eu fico muito angustiada quando eu vejo ações como liberação de kits sensoriais sem uma devida orientação de como usar esses kits. Não estou denegrindo a ação, não é isso, mas precisamos de pessoas que realmente, de fato, ensinem aquele professor, o cuidador, o mediador, o auxiliar a usar aquilo ali, porque nós temos muitas crianças que não conseguem sequer ficar dentro da sala de aula, porque a professora está falando de equações numéricas e a criança não sabe nem o que são números. Ela não consegue ficar sentada, ela anda de um lado para o outro e não tem as suas devidas instalações e adaptações necessárias. E isso é importante no nosso meio.

Eu tenho a minha contribuição como gestora de uma escola, como cidadã, mas eu quero dizer que contem comigo para o que precisar nessa área educacional, na área da saúde também. Nós temos aqui várias entidades que prestam serviço. Estou estagiando na AMA, é um lugar que abraça muitas famílias. Estagiei na Apae também aqui de Porto Velho.

Eu aprendi muita coisa na APAE de Ji-Paraná, que eu sou de lá, e eu vejo que as falas continuam as mesmas. Profissionais cansados. Já ouvi várias vezes, acho que mais de 20 vezes o Geovane falando, a nossa colega lá da Escola Bilíngue, já fui também nessa escola e é uma escola que continua do mesmo jeito da última vez que eu visitei.

Então, realmente, de fato, que a gente consiga ações voltadas na prática. Temos clínicas também, assim como a Tércia tem a clínica dela e outros profissionais aqui. Perdão. Nós temos algumas clínicas que fazem o seu papel, a sua contribuição na sociedade, mas a gente precisa, de fato, sair do papel e que as coisas realmente aconteçam. E é isso, o que precisar de... Não, não, em relação às questões... Isso, espaço físico, perdão pela minha colocação.

Então é isso, o que precisar de mim, estou aqui à disposição para ajudar como profissional e como cidadã. Obrigada.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Antes do encerramento, a Tércia Marília pediu cinco minutos para apresentação.

A SRA. TÉRCIA MARÍLIA MARTINS BRASIL - Não, não, só porque, com todo respeito, a gente ficou de mostrar o índice municipal, que é uma boa prática, que era esse o objetivo. Tudo bom, Doutor Daniel? Não tinha lhe visto ainda... E aí, a gente não conseguiu mostrar, e depois

pediram para já apresentar em seguida junto, e a gente não conseguiu apresentar naquele momento. Mas, na verdade, eu precisava da outra imagem, da imagem anterior, isso, pronto.

(Apresentação de slide)

O que eu queria mostrar para vocês sobre análise de política municipal de inclusão, e isso aqui também serve para o Estado de Rondônia, Presidente. A gente pode fazer essa mesma análise de esforço municipal.

O que é um esforço que a gente tem feito? O governo federal, para que você possa aderir a qualquer tipo de política nacional, seja política, plano nacional para pessoa em situação de rua, nós temos o plano "Viver Sem Limite". É um plano federal que vêm recursos para pessoas com deficiências nos Estados e municípios, você precisa apresentar o esforço do seu município em torno dessa política.

Quando nós assumimos a Secretaria de Inclusão no ano passado, por isso, Ithalissa, cadê a Doutora Ithalissa? Eu gostaria de, inclusive, aqui parabenizar a Sirleia, da Escola Bilíngue. Quando nós recebemos Porto Velho no ano passado em termos de inclusão, nós tínhamos um nível inicial de esforço da política em 13,5%, essa era a linha de base da política de Porto Velho em torno da pessoa com deficiência.

Então, olha lá, não tinha plano municipal, não tinha fundo estruturado, sem departamento especializado, sem indicadores de monitoramento, sem política de empregabilidade, sem política de famílias atípicas, sem programa, sem adesão ao "Viver Sem Limite", que é o plano federal que tem mais de R\$ 6,2 bilhões para os municípios, e sem ações intersetoriais.

Então, a gente tinha 13,5% de esforço na política. Um ano depois, nós já temos 46,1% de esforço na política. Hoje nós temos departamento estruturado, CIPTEA (Carteira Digital de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista), política de inclusão produtiva, chamamento público de redução de filas no SUS, que inclusive agora, doutora, e outras pessoas que tiverem clínicas - que fique claro, que eu não tenho mais clínica, eu trabalho com política pública, já há um ano e meio, agora.

Nós temos hoje um chamamento público aberto para clínicas que quiserem credenciar para poder atender pessoas neurodivergentes, certo? E que fique claro também, que a minha clínica não está participando não, minha antiga clínica, que eu gosto de deixar isso bem claro também, tá?

Apoio para BPC (Benefício de Prestação Continuada), TEA (Transtorno do Espectro Autista), nós conseguimos colocar 300 crianças da rede municipal no BPC com um ano de antecipação, junto com o INSS.

Então, governança fortalecida e participação em Audiências Públicas, formação de servidores, nós já fizemos formação de 700 servidores em um ano, e nós temos um núcleo de formação continuada em educação dentro da SEMED (Secretaria Municipal de Educação). Então, os nossos professores estão sendo capacitados,

sim.

Onde que nós queremos chegar com Porto Velho? 100%? Não, mas 70% dentro do avanço da política a gente vai chegar.

Agora sim, se eu posso retornar naquela última lá. Só para vocês entenderem como é que um município, o outro, por favor, o município deve analisar, deputado, dessa forma aqui, gente, falando em melhores práticas, é dessa maneira que os municípios e o Estado têm que analisar esforço de política pública.

Então, nós dimensionamos em 11 dimensões. A primeira dimensão, governança e participação social, Porto Velho já está em 75,3%. Formação e combate ao capacitismo, Porto Velho saiu de 0% para 52,2%.

Dimensão de mobilidade e acessibilidade urbana, Porto Velho subiu para 51%, foram cinco ônibus só do ano passado para cá que a gente entregou para buscar as pessoas na porta de casa.

Dimensão de habitação e vida independente, metade, por quê? Porque a gente já tensionou a política, mas as mães atípicas e pessoas com deficiências ainda não têm tido prioridade no acesso ao "Minha Casa, Minha Vida", isso tudo a gente está trabalhando ainda.

Educação inclusiva, nós criamos o SMEI, que é o Sistema Municipal de Educação Especial e Inclusiva, de acordo com a política nacional, isso aqui a gente vai mostrar para vocês no outro momento.

Então, veja, assistência social e apoio a famílias, trabalho, emprego e renda, proteção a direitos e enfrentamento à violência, saúde, habilitação e acessibilidade arquitetônica estão em vermelho e em laranja porque Porto Velho saiu de uma política quase zero, gente, com relação à inclusão.

Então, de todas as dimensões, se vocês analisarem, dá agonia de ver como que tem dimensões, por exemplo, habitação e vida independente, que Porto Velho não tinha nem uma norma, um decreto escrito, e que a gente já conseguiu avançar dentro da política.

Então, hoje a gente vai deixar esse material no PVH+ (plataforma digital), que é o nosso sistema onde vocês já conseguem fazer a Carteira do Autista, a Carteira da Pessoa com Deficiência, para que os municípios possam pegar esse índice de esforço e elaborar o seu índice de esforço, para poder entender como é que o seu município está funcionando hoje dentro da política.

E aí aquele que o senhor tinha colocado antes, vai ficar disponível para vocês também. Eu já estou finalizando meus cinco minutos. Pode colocar aquele outro que o senhor colocou antes.

Esse é o SMEI. Eu gostaria que vocês dessem uma olhada. O SMEI é o Observatório Municipal da Educação Especial Inclusiva. O SMEI vai mostrar, por tipo de barreira, que as escolas têm, para que a gente consiga fazer os investimentos necessários, inclusive financeiros, como que o município está gastando para melhorar a educação especial inclusiva.

E todas as atualizações vão estar... Está aqui todos os nossos índices relacionados à educação especial inclusiva nas escolas comuns. É muito importante que se diga:

nas escolas comuns, como que isso está funcionando dentro do desenho universal da acessibilidade.

Com alertas de gestão, também. Quem quiser ter acesso ao sistema atual que está sendo feito, que é o SMEI, em um mês vai estar sendo apresentado. A gente deixa à disposição.

Muito obrigada, deputado.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Gente, estamos com 35 inscritos. Se ouvirmos todos, vamos terminar às seis horas da tarde, sendo que às três horas temos Sessão. E, o que vamos fazer? Vamos separar cinco pessoas que desejam muito falar, e o Cerimonial vai cuidar. Pode ser, gente? Cinco pessoas?

Gostaria de chamar a senhora Ana Paula Ferreira, do grupo Mães Juntos pela Duchenne (Distrofia Muscular de Duchenne - DMD). É uma doença rara.

A SRA. ANA PAULA FERREIRA – Boa tarde. Tenho 41 anos, sou morena, cabelos pretos, e estou com um macacão longo da cor branca e sapatos brancos.

Hoje vim aqui nesta audiência para falar sobre uma doença, uma deficiência que o Estado de Rondônia não conhece, que é a Distrofia Muscular de Duchenne.

Meu filho foi diagnosticado a quatro anos atrás. Meu filho nasceu normal, sem nenhum problema de saúde, e, com o decorrer dos anos, ele começou a cair na escola. A professora falou que ele era atrasado. Ele sempre era o último a chegar nos locais, a participar de qualquer interação e atividade escolar, e ele não tinha forças para correr e nem para subir escadas.

E aí começou a minha luta. Fui ao posto de saúde, marquei uma consulta e lá fiz alguns exames básicos. E lá eu tive algumas alterações nos exames dele, onde constavam que o TGO e o TGP eram alterados. Era como se ele tivesse cirrose. Então, a médica pediu para repetir o exame, por achar que tinha algum erro. E repetimos, e esse exame deu novamente alterado.

E assim eu fui encaminhada para a Policlínica Oswaldo Cruz, para médica gastroenterologista, para investigar o porquê do fígado dele ser alterado dessa forma. E aí começou a investigação, e não chegamos a uma conclusão.

No Estado nós não temos médico geneticista pediátrico. Não temos. E ele foi encaminhado para um geneticista, e eu tive que pagar a consulta de R\$ 550,00, em uma clínica particular, onde existe um geneticista pediátrico que atende o Estado, não só aqui Porto Velho, mas todo o Estado de Rondônia.

Ele deu o diagnóstico do meu filho. E falou que meu filho tem Distrofia Muscular de Duchenne. Ele disse para mim que meu filho tem uma expectativa de vida e que ele viverá até os 25 anos, se eu der qualidade de vida para ele.

Não temos tratamento adequado no Estado. Eu passei pelo CERO, eu passei CER, eu passei pela APAE, mas, infelizmente, não temos profissionais capacitados para essa doença.

Eu acho que a moça, a professora de Fisioterapia, deve

estar entendendo o que estou falando. Essa doença é cruel e devastadora. E ela tirou a infância do meu filho. Meu filho não pode correr, o meu filho não pode andar de bicicleta, o meu filho não pode jogar bola.

Ele é uma criança de oito anos que está perdendo as forças, está parando de andar. E eu não aceito que o meu filho vá para a cadeira de rodas tão pequeno. E não aceito que o meu filho saia da minha vida tão jovem.

E eu quero aqui pedir para vocês, que o meu filho tenha direito de viver. Existe uma Lei Federal de 2023 que fala sobre a conscientização da Duchenne no Brasil, e o nosso Estado não conhece essa lei. Então, onde eu ando ninguém conhece essa lei, ninguém conhece, ninguém nunca ouviu falar da Duchenne.

E nós temos muitos casos em Rondônia, não é só aqui em Porto Velho. Nós temos casos em Ariquemes, nós temos casos em Ji-Paraná, Rolim de Moura, Vilhena, Corumbiara. Nós temos casos em Machadinho D'Oeste, entendeu? E eu moro na capital, eu já passo por essa dificuldade, imagina essas famílias que moram mais distantes.

Eu tenho um projeto para apresentar, mas eu não vou apresentar agora. Eu quero ter outra oportunidade de ser recebida, aqui, para apresentar pelo menos o básico que a Assembleia pode fazer por esses meninos que têm Distrofia Muscular de Duchenne. Uma das primeiras coisas que vocês poderiam fazer é pesquisar a lei da conscientização da Duchenne, que é comemorada no mês de setembro, no dia 7 de setembro.

Eu queria que esse mês de setembro fosse voltado aos meninos com Duchenne, porque tendo conscientização, as pessoas iam saber mais, tanto na educação como na saúde, porque não temos médicos capacitados nessa área e nem professores, está bom? Obrigada.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Parabéns pela fala. Já quero colocar aqui o Doutor Doca já para marcar o horário dessa reunião, viu, Doca? E depois já pegou o contato.

Convido agora para uso da fala a Bebel.

A SRA. CÂNDRICA MADALENA SILVA (Bebel) - Senhoras e senhores, boa tarde. Meu nome é Cândrica, vou iniciar a autodescrição. Sou mulher, de 40 anos, parda, 1,62. Estou usando um conjunto social, calça, camisa sem manga na cor perolada, e uso óculos. Feita, inicialmente, a nossa autodescrição, cumprimento o Presidente Deputado Alex Redano, e na sua pessoa, cumprimento as demais autoridades da Mesa.

Quero também fazer um cumprimento muito especial às mulheres nesta plenária, em nome da Neide. Ela é servidora desta Casa, intérprete Libras. E, em nome do José Hélio, Presidente do Conselho Municipal de Defesa e Proteção das Pessoas com Deficiência, onde eu cumprimento carinhosamente e com muito respeito toda a sociedade presente.

Nossa missão neste momento da Audiência é fazer uma apresentação de forma sucinta, tendo em vista que muitas coisas já me sinto contemplada pelas falas, mas uma apresentação sobre o plano de ação que está

sendo desenvolvido, construído pela equipe técnica do Deputado Alex Redano.

(Apresentação de slides)

Peço auxílio da técnica. Alguns dados demográficos já foram apresentados. Nós temos hoje uma população estimada no Estado de 1,7 milhão, um pouco mais do que isso. Nós tivemos um censo em 2022 que traz o percentual de 1.581.000.

Já teve fala também aqui trazendo o recorte da população com deficiência em nosso Estado. Hoje nós estamos entre 135 mil a 136 mil pessoas com deficiência.

Já foi falado também sobre o arcabouço jurídico em nosso país, tanto a nível federal como a nível estadual. Nós fizemos um levantamento de dezembro de 1987 a março de 2026. Nós temos mapeado 98 normas só a nível do Estado de Rondônia, voltado à política e proteção à pessoa com deficiência.

Nós tivemos, apresentamos aqui alguns infográficos do PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios). Vou passar de forma sucinta, mas é só para demonstrar. Esse gráfico traz, com clareza, o percentual de pessoas com deficiência em relação ao recorte de gênero, por exemplo. Esse percentual evidencia um número maior entre mulheres em relação aos homens.

Esse outro infográfico do PNAD traz, justamente, as dificuldades com maior incidência, que tem a mobilidade e a dificuldade de enxergar. E nós temos também outro infográfico produzido pelo PNAD e eu quero chamar atenção para esse infográfico. Nele, eu gostaria de dedicar um tempo a mais.

Ele traz dados reais, evidência da diferença de rendimento, ou seja, remuneração; do rendimento que pessoas exercendo a mesma função laboral, pessoas sem deficiência recebendo mais do que pessoas com deficiência.

Este infográfico também nos traz o recorte de gênero mais uma vez, onde homens recebem mais do que mulheres, exercendo as mesmas funções. Este mapeamento feito nos estudos, nós estamos há dois anos realizando escutas sociais e mapeando todas as demandas apresentadas pela sociedade.

Nós não vamos adentrar na leitura desse material. Ele está à disposição, mas para cada demanda apresentada está intimamente ligada à usurpação de um direito que é garantido às pessoas com deficiência.

Para a gente poder caminhar de forma metodológica neste plano de ação, nós dividimos todo o mapeamento em eixos. Então, as demandas mapeadas, primeiro eixo: acessibilidade e mobilidade, que tem a ver justamente com as barreiras arquitetônicas, calçadas, espaços urbanos inadequados, transporte inacessível...

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Bebel, um minuto para encerrar.

A SRA. CÂNDRICA MADALENA SILVA (Bebel) - Sim, senhor.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Às 15 horas começa a Sessão e se não der quórum são 14, 15 municípios que vão perder todo o dinheiro, que é o último prazo hoje.

A SRA. CÂNDRICA MADALENA SILVA (Bebel) - Perfeito, Presidente. O material está à disposição. Só para até fazer uma fala, rememorar a fala do Doutor Daniel, a gente precisa compreender que ao tratar a pessoa com deficiência, a gente tem que ter um olhar transversal. São vários eixos temáticos.

Então, é para além da saúde, da assistência, da educação; perpassa pela empregabilidade, perpassa pela mobilidade, pelo esporte, pela cultura e pelo lazer.

É por isso que este plano, Doutor Daniel, inclusive, é intersetorial e transversal; porque inclui e traz a representatividade desses eixos temáticos para tratar a questão da proteção da pessoa com deficiência.

Para a gente poder avançar, nós temos aqui o ranking que Porto Velho já ocupou como a segunda capital com pior acessibilidade do nosso país, e esse dado também é muito importante.

O Ministério Público do Trabalho, nosso Ministério, em 2023, trouxe a informação que desse universo de 135 mil pessoas com deficiência no nosso Estado, apenas 2.300 estão em postos de trabalho. Isso é um dado alarmante e a gente precisa garantir o acesso ao posto de trabalho, a permanência e às boas condições desse trabalho.

Dentro do mapeamento feito, diagnosticado, das demandas, então as estratégias e diretrizes para resolver elas também são divididas por eixos temáticos para que a gente tenha uma metodologia.

Nós não vamos fazer a leitura. É só para apresentar aos senhores e às senhoras que esse trabalho está sendo feito e nós estamos à disposição para prestar todo o esclarecimento e detalhamento deste plano de ação; mas para dizer para vocês que cada eixo temático desse, governança - e aí isso foi falado aqui na Mesa -, o sistema de governança, a gente precisa de um sistema de governança; o diagnóstico, acessibilidade, educação, trabalho, saúde e assistência; cultura, esporte, lazer e turismo. Precisamos tratar de forma transversal e territorial a proteção aos direitos da pessoa com deficiência.

Aqui é um mapeamento de ações propositivas. Então, para cada eixo, está aqui à disposição aos senhores. E uma das grandes metas, já foi colocada pelo Doutor Doca no início da sua fala, que é justamente fazer uma emenda à Constituição do Estado de Rondônia para garantir a obrigatoriedade do destaque orçamentário para as políticas de defesa.

E uma outra grande ação proposta, senhoras e senhores, é o mapeamento, é o censo da pessoa com deficiência no nosso Estado. E esse censo precisa ser territorializado, considerando as características socioeconômicas de cada localidade: comunidades quilombolas, ribeirinhas, indígenas e comunidades rurais.

Finalizando, Presidente, nós estamos, a equipe do deputado, a gente segue à disposição para prestar esse

detalhamento e dizer aos senhores e às senhoras: este plano de ação está em construção. Já existe este trabalho feito, e esta audiência é justamente para que vocês tenham conhecimento, para validar, para contribuir, para criticar, para nos reposicionar e ajustar o rumo a seguir. E, Presidente Alex, encerrando a nossa participação, eu queria só rememorar algo que o senhor tem nos convocado sempre, que é refletir sobre o nosso propósito. Qual é o nosso propósito?

Então, quando o senhor convoca a sua equipe para se debruçar sobre essa matéria, para colocar como prioridade e fazer uma reflexão sobre o propósito, o propósito é impactar vidas. Impactar vidas. Nós estamos aqui, cada um nos seus espaços de ocupação, seguindo de forma irmanada, irmanados, para a gente garantir, realmente, de verdade, uma sociedade justa, inclusiva. E que as políticas sejam territoriais, considerando as características, e transversais, porque ela perpassa por todas essas searas.

Essas são as nossas considerações. Devolvo a palavra à Mesa. Senhoras e senhores, boa tarde.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Obrigado, Bebel. Eu até fico aqui com um sentimento aqui que falas maravilhosas poderiam ter sido muito melhor aproveitadas. Deixo aqui até uma crítica à organização, ao Cerimonial. De repente, nas outras audiências, de outros temas, na hora de composição da Mesa, colocar quatro, cinco pessoas na Mesa; primeiro dar a fala para o público presente, otimizar. Por exemplo, a gente.

Só que, assim, eu tenho certeza de que isso aqui será de grande valia, porque a equipe vai fazer as audiências, as leis e os trabalhos nos municípios. Nós vamos fazer a documentação; a Escola da Assembleia Legislativa — já passei um direcionamento, Bebel —, eles vão ter vários cursos voltados para as famílias e para os profissionais. Então, e para o mandato, se Deus abençoar, der tudo certo, eu já reuni minha equipe, eu quero fazer um trabalho muito grande e muito forte nessa área, porque tem espaço para fazer trabalho. Rondônia é carente. E Rondônia tem algo que — não só Rondônia, o povo brasileiro —, é o coração. As pessoas que estão na causa estão porque amam a causa, fazem de coração, e isso que realmente é o essencial.

Nós políticos, nós só temos a obrigação, que nós não estamos aqui fazendo favor para ninguém. Nós somos pagos, e muito bem pagos, para isso. Nós temos obrigação de viabilizar políticas públicas eficientes. E aqui, puxando sardinha para o nosso lado, o nosso gabinete é muito competente. Infelizmente, talvez ficou um pouquinho prejudicada a audiência, mas eu tenho certeza de que vão gerar muitos e muitos frutos.

Convido o senhor Berssané, representante da Federação Estadual de todas as APAEs. Já se prepara, Edislaine, quer dizer, Edislaine? Depois, Sílvia. Vamos lá. Berssané, com a palavra.

O SR. ANTÔNIO CARLOS BERSSANÉ - Boa tarde a todos. Deputado Alex Redano, em nome da APAE e da

Federação — sou Secretário; em nome da Marizete, presidente, Dona Hilda, agradeço ao senhor pelas emendas e mandados aí para as APAEs.

A minha fala é rápida. É sobre a per capita, que é a repassada do Governo do Estado para os alunos. Eu até pediria que o chefe de gabinete do senhor colocasse em pauta para a gente discutir essa situação depois, porque a APAE tem 200 alunos. Nós inscrevemos 200 alunos em um censo, a educação só recebe 16 alunos, porque esses 16 alunos estão inseridos na escola regular. E os demais alunos ficam de fora?

E a outra situação também é referente ao Fundeb (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação). Tem R\$ 93 milhões destinados ao Fundeb. Só R\$ 13 milhões são usados para pessoas com deficiência. E os demais? Cadê esse dinheiro do Fundeb? É uma situação aí que é para ser discutida, também, a destinação de como refazer essa distribuição para que nossos alunos não fiquem dependendo de emendas parlamentares, que a gente tem que ficar correndo atrás de deputados, e que seria uma coisa que a gente poderia estar trabalhando em melhoria desses alunos.

É só isso mesmo, deputado. Muito obrigado.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Perfeito. Doutor Doca vai pegar o contato, doutor, para a gente avançar nessa pauta. É muito importante.

Com a palavra, doutora amiga Edislaine da Silva, Coordenadora Regional para Desporto e representante da FROP (Federação Rondoniense Paralímpica de Esportes).

A SRA. EDISLAINE DA SILVA - Bom dia a todos. Me escutam? Centralizada aqui. Gente, meu nome é Edislaine, sou fisioterapeuta, e faz algum tempo que eu não participo desse tipo de reunião. Eu saí de casa e falei para o meu esposo assim: "Eu não vou falar nada, eu vou ficar quieta." Mas eu não posso deixar de contribuir. Eu vou falar exclusivamente do eixo do paradesporto. Eu gostaria muito que estivesse aqui o representante da Sejucel e da Educação aqui.

Então, em nome da Maria, lá de Ji-Paraná, representando todas as APAEs; e em nome também do nosso Presidente do nosso Conselho, Hélio, abraçar todos vocês nessa luta, porque a luta é nossa, ela não é individualizada. Certo? Então, quando um secretário, um representante da Secretaria de Esporte, traz aqui para mim que a Sejucel tem programas voltados para o paradesporto, onde nós não temos política pública dentro do Estado voltada para o paradesporto? Não tem. Não temos.

Eu gostaria muito que deixasse registrado em Ata para colocar programas, para não sair governador e depois a gente voltar à estaca zero. Nós criamos aqui dentro do Estado de Rondônia, onde está aqui, Maria José, da APAE, em 2012, nós temos os Jogos Estaduais do Estado de Rondônia, onde as nossas crianças, nós íamos para a quadra, a gente dormia em escola. O olímpico, não. O olímpico tinha hotel, tinha hospedagem, e nós dormíamos na escola, para fomentar o esporte adaptado

dentro do Estado de Rondônia.

Aonde nós temos um Secretário de Educação que veio aqui apresentar um slide lindo, maravilhoso, gente, "top da galáxia". Quatrocentos professores capacitados, voltados para desporto. Aí eu me pergunto: onde estão esses professores? Por que a inscrição do JOER (Jogos Escolares do Estado de Rondônia) está parada? Hoje nós não temos nenhuma criança inscrita. Essa realmente, Rondônia trouxe, gente, 40 medalhas. Mas não foi o professor da rede estadual. Foram instituição que faz o papel que as políticas públicas é para fazer. Não faz. Essas crianças que estão no paradesporto, eu sinto a dor daquela mãe ali, que tem uma criança com Duchenne. Por quê? Nós temos um atleta paralímpico, lá de Corumbiara, ele é campeão paralímpico. Será que foi o professor da rede que treinou esse aluno? Não foi. Não foi. Foram professores capacitados pela Federação Paralímpica do Estado, juntamente com as nossas coirmãs, as APAEs, que trazem isso.

Então, eu gostaria muito que hoje, quem está aqui nessa banca, ligasse lá para o Secretário de Educação e falasse: "Olha, nós temos um edital aberto, os Jogos Especiais do Estado de Rondônia, onde os professores da rede estão negando oportunizar às crianças de participar desses jogos." Talvez, mãe, seria legal o teu filho participar, porque é o mínimo que a gente tem que fazer enquanto profissional, como gestor: dar oportunidade a essas crianças.

Eu queria muito que você, que está aqui na frente, doutor, levasse essa demanda. Que nós precisamos criar programas. Por quê? Porque o paralímpico sai daqui com 90 passagens, cinquenta atletas, quarenta professores ganhando diária. Ele deixa o professor que está lá, que treina, para levar outro professor. É errado. É errado. O olímpico sai daqui com 180 passagens, ele traz 3 medalhas para o Estado.

Eu, visto a camisa do paradesporto. Sou mãe também de uma criança especial de 18 anos, um TEA, nível 2 de suporte.

Então, é muito triste eu chegar aqui, eu faço o paradesporto. O paradesporto saiu de dentro do Hospital de Base, com um professor de educação física, usando a ferramenta do esporte para mudar e transformar as vidas. Porque o esporte, gente, ele é vida, ele é saúde, ele é educação.

Então, eu fico muito triste quando o Secretário coloca um slide bonito, e ele vai embora. Ele vai embora. Não tem como a gente se defender.

Agora saiu a Edislaine, e entrou aqui a Coordenadora de Saúde de uma instituição, que hoje, nós atendemos 170 crianças especiais voltadas ao TEA. Atendemos no setor de saúde, passa pela nossa instituição, mais de 3 mil acolhidos na nossa instituição. E hoje, nós corremos risco de voltar para trás pela saúde. Hoje eu estou sem fonoaudiólogo, porque os nossos recursos estão presos. Estou falando daqui da AMA, eu sou coordenadora da AMA, de saúde, e eu gostaria muito que a gente realmente colocasse... Melhorou? Melhorou. Isso é fato. Mas a gente precisa realmente ainda parar de massagear

o ego. Parar de massagear o ego. E olhar.

Olha, tem uma pauta muito importante aqui, que ninguém ainda falou. A identidade das nossas crianças, nós temos dificuldade em fazer isso. São coisas tão pequenininhas que eu gostaria também de sugerir a você, doutor, que você visitasse as entidades, antes de concluir esse plano. Visitasse.

Olha, o que a APAE realmente precisa? O que fulano precisa? O que a APAE Cabixi precisa? O que a precisa? São das políticas. Porque uma coisa muito técnica é legal, mas quem sente na pele é melhor ainda, para passar isso para vocês.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Gente, Vice-presidente da AMA, Silvia Thomaz.

A SRA. SÍLVIA REGINA THOMAZ - É rapidinho, tá? Agradeço aqui a oportunidade. Já foi contemplada a minha fala em algumas coisas aqui, o Berssané acabou de falar o que eu ia falar. Propor uma política estadual que repasse recursos para as instituições. Funciona em outros Estados, por que não funciona aqui em Rondônia? Eu não sei por quê.

Sabe, eu visitei vários Estados e vi que tem política de repasse direto. A gente não aguenta mais ter que viver com o "pires da mão", com emenda. Emenda vem, emenda paga, emenda fica seguro, emenda não vai. Ah, tira.

Então a gente precisa criar política para isso. Por quê? Por que existe AMA e APAE? Por que existe? Porque a gente está vendo que o Poder Público não dá conta. E nós estamos fazendo esse trabalho, e com muita eficiência, graças a Deus.

Então, a gente quer isso. E também pensar nesses professores que estão adoecidos, que já foi falado aqui. Eles não estão aguentando mais. Eles precisam do profissional de apoio dentro das escolas. Urgente, urgente. Eles precisam, eles não dão conta sozinhos. Eles não dão conta de profissionais sem formação dentro das escolas. Estou falando do município e Estado.

Eles reclamam, eles falam que não estão aguentando. Estão saindo do magistério, estão fazendo Psicologia, Direito, outras áreas. E nós estamos perdendo. As faculdades de Pedagogia estão diminuindo a cada dia que passa.

Então, pensar nesses profissionais de apoio, tanto de nível médio quanto de nível superior, porque o nível superior não vai ficar ali dentro correndo atrás de menino e limpando cocô. Isso é para profissional médio.

Nós temos empresas que capacitam, que fazem isso, e eles falam do desgosto que eles têm dentro, porque não tem perspectiva de ter um profissional e de ser contratado. Por quê? Porque não conseguem, não fazem concurso, e o professor não está aguentando mais sozinho, gente. É isso.

E não esqueçam dos recursos para as nossas instituições. Vamos pensar. É possível, sim. Se a gente não consegue, vamos buscar em outros Estados. A gente tem acesso. A gente vai buscar em outros Estados. Como é que eles

fizeram? Como é que eles conseguiram? Vamos fazer aqui também, está bom?

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Eu dei uma ideia aqui para o Doca, para ele fazer um estudo. Já vou falar aqui em público. Qual é a ideia? Fazer um estudo para pegar um imposto estadual, o ICMS, qualquer imposto estadual, e destinar uma parte desse imposto.

O empresário, por exemplo, ele vai ajudar a APAE de Seringueiras. Ele colocou lá R\$ 50 mil. Comprovou a doação de R\$ 50 mil, e esses R\$ 50 mil são descontados na hora em que ele fosse pagar os impostos. É uma ideia que poderia ajudar.

A SRA. NILZA MARIA FERREIRA DA SILVA – Nós temos um projeto da Lei de Incentivo Fiscal. São grandes empresas, porque nem todo mundo está habilitado. Nós conseguimos nos habilitar este ano.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Esse é do Imposto de Renda, não é? Do FIA (Fundo da Infância e Adolescência), não?

A SRA. NILZA MARIA FERREIRA DA SILVA – Não, esse não. Não? Porque esse é destinado para o Fundo Municipal, esse do Imposto de Renda, da criança e do adolescente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Tem imposto estadual? Do Estado?

A SRA. NILZA MARIA FERREIRA DA SILVA – Não, não. Esse é municipal.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Estou falando de um imposto estadual. Pegar uma taxa estadual e isso ser transformado em apoio específico.

A SRA. NILZA MARIA FERREIRA DA SILVA – Específico para as entidades.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Só pode para entidades que atendem pessoas com deficiência. Isso, com atendimento à pessoa com deficiência. Essa é a ideia. Gente, mas é só uma ideia.

Eu tenho aqui uma carta enorme que me entregaram para ler. É de um senhor, ele é PCD. Vocês o conhecem. Era diretor da APAE de Buritis, o senhor Osmar. Ele está em Minas Gerais, mas falou: "Alex, eu não vou estar lá, mas queria que você lesse minha carta." Eu vou resumir, Osmar.

"Meu nome é Osmar. Uso este espaço porque não posso falar, mas gostaria de dar voz à minha causa.

Venho à esta Casa de Leis expor uma grave injustiça burocrática: a perda do Benefício de Prestação

Continuada, o BPC LOAS, motivada justamente por um evento inevitável e doloroso da vida com o falecimento dos pais. O impacto da pensão por morte familiar..."

Vou resumir aqui. É um impacto da perda do BPC LOAS em razão do falecimento dos pais.

Deixa-me passar aqui para o Doca explicar. Você leu, não é?

O SR. JOSÉ FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - Nesse caso, a mãe dele faleceu, e o pai dele já era aposentado, já tinha um benefício. E ele recebeu a pensão da mãe. O INSS fez o cálculo das duas, do recebimento da pensão junto com a aposentadoria e disse que ele não se enquadra mais para receber o BPC, porque a renda tem que ser menor que dois salários mínimos, ou seja, é uma injustiça.

A pessoa tem deficiência há tantos anos, mas o benefício federal cessou. Quer dizer, são distorções na legislação que precisam ser revistas.

Pessoal, ainda tem gente para falar, não é?

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Tem mais alguém para falar? Lá oh, Jaci-Paraná. **(fora do microfone)**

O SR. JOSÉ FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - Tem, Jaci-Paraná. Está longe.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Ju, da Pestalozzi falou? Família Rosetta, Conselho de Arquitetura e nossa amiga de Jaci-Paraná.

A SRA. AMANDA KEULEM NACIMENTO DOS SANTOS – Boa tarde a todos. Eu me chamo Amanda, tenho 30 anos. Na segunda-feira, dia 29 agora, vai fazer dez anos que eu sou mãe atípica. Infelizmente, eu vou sair daqui um pouquinho frustrada hoje, porque estou aqui com um projeto. Desculpem se eu me emocionar, porque isso é algo que dói somente em nós, mães, que sabemos o que nós passamos.

Vou fazer minha audiodescrição rapidinho. Estou de conjunto marrom, em recortes de alfaiataria e com detalhes de acessórios em dourado.

Doutor Alex, eu gostaria de agradecer a oportunidade, porque a nossa comunidade não tem essa voz. Eu estou aqui não para falar da minha dor, mas da dor das mães de Jaci-Paraná, Nova Mutum e União Bandeirante.

Se eu fosse falar aqui, a gente ia demorar muito para falar, mas eu vou resumir. Estamos com um projeto de extensão da APAE em Jaci-Paraná, não somente para atender Jaci, mas também para estender até União Bandeirante. Infelizmente, desde 2021 nós estamos correndo atrás de recursos para levar, nem que seja um pingão de dignidade, para as famílias de lá.

Lá nós não temos somente crianças, nós temos jovens e adultos, e a maioria delas ainda não tem nenhum diagnóstico. Por quê? Por causa do sistema que demora.

Infelizmente, desde 2021, a gente só ouviu promessas. Quando eu venho aqui até a capital, quando a gente vem para cá, que são poucas oportunidades que a gente tem, a gente vê que as coisas aqui são muito difíceis. Agora, você se põe no nosso lugar, imagina para nós lá como é.

De Porto Velho até União Bandeirante são 160 quilômetros. Até Jaci-Paraná tem estrada de asfalto, até União Bandeirante já não tem. Então, as crianças de lá não têm oportunidade de ter um pingão de acesso. O meu filho, eu consegui acesso à terapia dele durante dois anos no Hospital de Amor. Ele entrou lá, ele era considerado não verbal. Hoje ele fala, ele lê e ele canta. E hoje ele está na escolinha de futebol, jogando futebol. Recentemente foi concluído o primeiro trimestre, na verdade eu acredito que o único, do Programa TEAtivo, que eu acredito que a maioria daqui conhece, que é um projeto do governo federal, juntamente com as APAEs, onde atende algumas crianças. E lá nós só conseguimos colocar 20 crianças nesse projeto. O restante ficou "chupando o dedo", me desculpa aqui a frase.

Então, a gente não conseguiu colocar nem a metade das crianças, que são, em média, mais de 100 famílias que precisam desse atendimento. E isso são catalogadas fora as crianças que não têm o diagnóstico. E nesse projeto tem um jovem, vou até citar o nome dele aqui, é o Rômulo, que ele não tinha acesso verbal com ninguém, até mesmo com os pais era muito dificultoso. E hoje ele fala. Foram três meses só.

Agora vocês imaginam se a gente pudesse colocar esse projeto para que pudesse atender outras crianças também, sabendo que tem uma faixa etária de que a criança, que o cérebro é considerado plástico, que a criança tem facilidade em aprender. Agora imagina se todas essas crianças tivessem esse acesso.

O que eu quero dizer aqui, deputado, é que nós estamos jogados às traças. Essa que é a verdade. E não adianta nada eu pegar esse papel aqui, trazer tudo bonitinho e ele simplesmente, ó, é isso aqui. Se a política pública não for executada e não colocada em prática. É isso aqui que acontece. Você pega esse papel e você joga no lixo, porque política pública é muito bonitinho no papel quando tem as leis.

Se eu não me engano, me perdoe se eu errar, a Lei nº 13.146/2015, que é a LBI — Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. E não adianta nada se elas só estiverem no papel, se não sair. Essas leis existem para garantir que a pessoa com deficiência tenha direito a trabalho, à educação, à saúde, à acessibilidade.

Inclusive, aproveitando para falar sobre a comunidade surda, isso me incomoda muito. Que, para mim, na minha opinião, seria viável que fizessem um projeto de lei para que fosse obrigatório que toda a sociedade tivesse acesso ou que fosse obrigado a nós aprendermos essas línguas. Como que eles vão ter acesso a trabalho, se

nós mesmos não entendemos o que eles falam? Porque eu tenho um amigo e eu sinto dificuldade em falar com ele. Inclusive, eu vou até começar a estudar Libras. E, inclusive, deixando bem claro que eu sou uma pessoa com deficiência. Eu não trago esse ponto, porque eu sou uma pessoa com deficiência visual. Eu tenho um lado direito 100% cego e eu sei a dificuldade, então eu posso dizer.

Então, seria muito bom, como se fosse uma CNH, que colocassem essas leis. Nós estamos nessa Casa de leis aqui, e esse é apenas um objetivo que eu trouxe aqui. E, Deputado Alex Redano, depois eu quero ter uma outra oportunidade também para que eu possa ter esse contato diretamente com vocês, porque eu estou apenas aqui sendo uma mãe atípica, representando as famílias atípicas dos distritos. Só que não sou só eu. Tem uma galera lá esperando, depressiva, tentando suicídio, me desculpe a palavra. Então, é isso.

A SRA. TIELEN SILVA – Amanda, não é só o suicídio, porque a mãe atípica, quando ela pensa em suicídio, ela pensa em matar a criança primeiro e depois ela se matar. **(fora do microfone)**

A SRA. AMANDA KEULEM NASCIMENTO DOS SANTOS – Que é pior ainda.

A SRA. TIELEN SILVA – E o mais grave dessa situação das nossas mães aqui em Porto Velho, a gente viu hoje os secretários ficaram o tempo todo nos celulares, não estão nem aí para o nosso sofrimento, para a nossa dor. **(fora do microfone)**

A SRA. AMANDA KEULEM NASCIMENTO DOS SANTOS - É isso mesmo. Então, eu venho trazer hoje aqui. Eu só queria deixar uma frase só para concluir a minha palavra: a inclusão não começa quando construímos prédio, que é o que mais existe aqui na nossa capital. Infelizmente, lá, a gente não tem esse prédio ainda; mas a inclusão começa quando decidimos que nenhuma pessoa com deficiência será deixada para trás. Muito obrigada.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Parabéns pela fala. Pedi para o Doutor Doca pegar o seu contato. Até chamei o Pedrinho ali, de repente a gente pode até conseguir algum recurso, mas tem que ver se está o projeto totalmente pronto, porque o prazo agora, tem a questão eleitoral, que daí se encerram os prazos. Eu vou passar aqui para a condução do Doutor Doca, porque deu 15 horas, a Sessão já está começando e está o maior "brigueiro" lá.

Eu vou passar para o Doutor Doca, para dar continuidade, tem o nosso representante do Crea, todos os demais.

(Encerra-se esta Audiência Pública às 15 horas e 02 minutos)

SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS

ATO Nº 1536/2026/SEC-RH/ASTEC/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, resolve:

DESIGNAR:

O servidor **LEANDRO ANTONIO DE MELO**, matrícula nº *****1090, ocupante do Cargo de Assistente Legislativo, como Gestor do Contrato nº 015/2026, Processo nº 100.1723.000185/2025-61, a contar de 30 de julho de 2026.

Porto Velho, 06 de agosto de 2026.

GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINISecretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0857735

ATO Nº 1539/2026/SEC-RH/ASTEC/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

EXONERAR

LUCAS COIMBRA KAPICHE, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-18, do Gabinete do Deputado Cassio Gois, a contar de 06 de agosto de 2026.

Porto Velho, 06 de agosto de 2026.

GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINISecretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0858781

ATO Nº 1537/2026/SEC-RH/ASTEC/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, resolve:

DESIGNAR:

O servidor **RAFAEL PACHECO BERNASKI**, matrícula nº *****1060, ocupante do Cargo de Assistente Legislativo, como Fiscal do Contrato nº 015/2026, Processo nº 100.1723.000185/2025-61, a contar de 30 de julho de 2026.

Porto Velho, 06 de agosto de 2026.

GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINISecretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0857785

ATO Nº 1538/2026/SEC-RH/ASTEC/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

EXONERAR

RONE KENNEDY LEMOS DA SILVA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-15, do Gabinete do Deputado Delegado Camargo, a contar de 04 de agosto de 2026.

Porto Velho, 06 de agosto de 2026.

GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINISecretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0857887

ATO Nº 1540/2026/SEC-RH/ASTEC/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

NOMEAR

SIMONE MACEDO PINHEIRO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-24, no Gabinete do Deputado Marcelo Cruz, a contar de 06 de agosto de 2026.

Porto Velho, 06 de agosto de 2026.

GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINISecretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0859136

ATO Nº 17/2026/SEC-RH/COO-PREV/ALERO

O **SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019;

Considerando o constante no processo nº 200.184.000248/2026-04;

RESOLVE:

Conceder licença-prêmio por assiduidade ao servidor Alexandre Rolim Jorge Badra, ocupante do cargo de Jornalista, matrícula nº *****4705, lotado na Escola do Legislativo, pertencente ao Quadro de Pessoal Permanente deste Poder Legislativo, por 60 (sessenta) dias, no período de 01/09/2026 a 31/10/2026, referente ao 6º quinquênio 2010-2015, nos termos do art. 123 da Lei Complementar nº 68, de 09 de dezembro de 1992.

Porto Velho, 06 de agosto de 2026.

GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINI
Secretário-Geral

SECRETARIA DE FINANÇAS

ATO DE DIÁRIA Nº 0856948/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder 03 (Três) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de Ji Paraná-RO a Cacoal-RO no período de 06/08/2026 a 08/08/2026, com a finalidade de Representar o Deputado Estadual Nim Barroso em reuniões anotando e repassando informações com o objetivo captar demandas no município de Cacoal, debatendo com a população e representantes, pautas e estratégias para o Estado. A Finalidade consiste em dialogar com a população e representantes, captando demandas, promovendo a articulação técnica necessária para sanar pendências documentais ou burocráticas. Tal medida atende ao princípio da eficiência na administração pública, assegurando que os recursos destinados cheguem de forma célere ao município e entidades beneficiadas, conforme processo nº 100.059.000239/2026-04.

Nome	Cargo	Lotação
THATIANE DA SILVA E SILVA	ASSESSORA PARLAMENTAR	GABINETE DEPUTADO NIM BARROSO

Porto Velho, 05 de agosto de 2026.

GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINI
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0856634/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder 02 (Duas) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de Rolim de Moura-RO a Vilhena-RO no período de 06/08/2026 a 07/08/2026, com a finalidade de realizar reunião técnica com os servidores do Escritório parlamentar da referida Deputada Rosangela Donadon, conforme processo nº 100.621.000155/2026-21.

Nome	Cargo	Lotação
------	-------	---------



JOSÉ LUIZ DE AVILA	ASSESSOR TÉCNICO	GAB. DEP. ROSANGELA DONADON
--------------------	------------------	-----------------------------

Porto Velho, 05 de agosto de 2026.

GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINI
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0856669/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder 05 (Cinco) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de Porto Velho-RO a Buritis-RO / Campo Novo-RO no período de 06/08/2026 a 10/08/2026, com a finalidade de representar o Deputado Estadual Edevaldo Neves. A missão institucional tem como objetivo cumprir compromissos previamente agendados junto a lideranças locais, entidades comunitárias e demais autoridades, visando fortalecer o diálogo entre o Poder Legislativo e a comunidade local. Durante a visita, serão tratadas demandas prioritárias dos Municípios, acompanhamento de ações parlamentares, levantamento de necessidades locais e articulação de futuras iniciativas em benefício da população. A representação se faz necessária em razão da importância das pautas a serem discutidas, garantindo a continuidade dos trabalhos parlamentares, a escuta ativa das reivindicações da sociedade e o alinhamento de ações institucionais, conforme processo nº 100.047.000239/2026-35.

Nome	Cargo	Lotação
RICARDO BANDEIRA DE OLIVEIRA	ASSESSOR EXECUTIVO	GAB. DEP. EDEVALDO NEVES

Porto Velho, 05 de agosto de 2026.

GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINI
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0856584/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder 07 (Sete) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de Porto Velho-RO a Machadinho do Oeste-RO / Vale do Anari-RO / Theobroma-RO no período de 05/08/2026 a 11/08/2026, com a finalidade de realizar trabalho de registro de entrevistas e cobertura fotográfica, sobre as obras e investimentos, execução das ações decorrentes de emendas parlamentares. O objetivo é realizar o trabalho de assessoria de comunicação, com o registro de fotos, vídeos e filmagens, para a divulgação das ações parlamentares no site oficial da Assembleia Legislativa, nos veículos de comunicação do Estado e nas redes sociais como forma de prestação de contas à sociedade, das atividades parlamentares desenvolvidas, conforme processo nº 100.048.000129/2026-63.

Nome	Cargo	Lotação
NILSON NASCIMENTO DA SILVA	ASSESSOR TÉCNICO	GABINETE DO DEPUTADO EZEQUIEL NEIVA

Porto Velho, 05 de agosto de 2026.

GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINI
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0856859/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições

legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder 02 (Duas) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de Nova Mamoré-RO a Ariquemes-RO / Buritis-RO no período de 05/08/2026 a 06/08/2026, com a finalidade de realizar escuta ativa da comunidade local, identificar demandas prioritárias e levantar necessidades que subsidiem a formulação de indicações e demais encaminhamentos parlamentares. A ação contribuirá para a aproximação do mandato com a comunidade, assegurando a escuta direta da população, a identificação de demandas prioritárias e a coleta de informações concretas. Esses elementos servirão de base para a elaboração de indicações, projetos e outros encaminhamentos parlamentares, promovendo maior efetividade das políticas públicas e melhor atendimento às necessidades locais, conforme processo nº 100.063.000281/2026-58.

Nome	Cargo	Lotação
ELIENY APARECIDA LUIZ FERREIRA	ASSESSOR PARLAMENTAR	GABINETE DEPUTADA TAÍSSA SOUSA

Porto Velho, 05 de agosto de 2026.

GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINI
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0856746/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder 07 (sete) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre Porto Velho-RO / Cerejeiras / Vilhena / Colorado do Oeste/ Porto Velho-RO, no período de 04.08.2026 A 10.08.2026 com a finalidade de acompanhar o Deputado Parlamentar Ezequiel Neiva, como segurança, no cumprimento da agenda aos municípios. A Segurança Institucional do Poder Legislativo abrange a segurança pessoal aproximada dos seus parlamentares, conforme processo nº 100.048.000130/2026-98.

Nome	Cargo	Lotação
Edivan Oliveira de Souza	ASSESSOR ESPECIAL	GAB. DO CORREGEDOR

Porto Velho, 05 de agosto de 2026.

GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINI
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0856563/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder 04 (quatro) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre Porto Velho-RO / Machadinho D'Oeste-RO / Vale do Anari - RO / Rolim de Moura - RO / Porto Velho-RO, no período de 05.08.2026 a 08.08.2026 com a finalidade de Representar o Deputado Estadual Marcelo Cruz, realizando reuniões e visitas oficiais às Prefeituras. Durante a viagem serão realizadas visitas nas prefeituras, onde trataremos de assuntos de interesse de cada Cidade, bem como possíveis recursos que serão destinados. Promover o desenvolvimento e a melhoria das condições de vida da população nas áreas que os recursos serão destinados, conforme processo nº 100.581.000309/2026-06.

Nome	Cargo	Lotação
Vitor Hugo de Almeida	Chefe Gabinete Deputado	GAB. DEP. MARCELO CRUZ

Porto Velho, 05 de agosto de 2026.

GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINI
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0856963/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder 06 (seis) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre Ji-Paraná/RO X Ouro Preto/RO X Jaru/RO X São Miguel do Guaporé/RO X Governador Jorge Teixeira/RO X Ji-Paraná/RO, no período de 05.08.2026 a 10.08.2026 com a finalidade de Participar de reuniões e agendas externas do Deputado NIM BARROSO, anotando e repassando informações ao mesmo, referente a Emendas Parlamentares destinadas ao Município. Possibilitará ao Deputado Estadual Nim Barroso estreitar seu relacionamento com a comunidade e as lideranças locais, bem como direcionar e acompanhar as emendas parlamentares com maior eficiência. Consequentemente, consolidará sua imagem como um representante comprometido em atender aos anseios da população, conforme processo nº 100.059.000237/2026-15.

Nome	Cargo	Lotação
Wesley de Oliveira Costa	SUBCHEFE GAB PARLAMENTAR	GAB. DEP. NIM BARROSO

Porto Velho, 05 de agosto de 2026.

GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINI
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0856383/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder 05 (cinco) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre Porto Velho-RO / Ariquemes -RO / Monte Negro -RO / Campo Novo -RO / Porto Velho-RO, no período de 04.08.2026 a 08.08.2026 com a finalidade de Reuniões e visitas oficiais. Durante a viagem serão realizadas visitas institucionais aos municípios contemplados na programação, objetivando o acompanhamento de demandas de interesse público, coleta e atualização de informações técnicas e administrativas. Obtenção de informações estratégicas para o desenvolvimento de políticas públicas de cada Cidade visitada. O assessoramento técnico prestado nas referidas cidades, com isso irá permitir maior proximidade com a realidade dos municípios, conforme processo nº 100.008.000074/2026-68.

Nome	Cargo	Lotação
Erica Uchoa dos Santos Nogueira	Assessor Técnico	GAB.PRESIDENCIA

Porto Velho, 05 de agosto de 2026.

GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINI
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0858037/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de

10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder 05 (Cinco) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte aéreo, de PORTO VELHO - RO / FOZ DO IGUAÇU - PR / PORTO VELHO, no período de 10/08/2026 a 14/08/2026, para participar do Seminário Nacional PREVRH 2026 conecta legislação, prática e tomada de decisão ao longo de três dias com abordagem integrada que reflete a realidade atual da gestão pública. Mais do que atualização normativa, o PREVRH foi estruturado para proporcionar clareza sobre riscos reais, identificação de inconsistências e direcionamento prático para correção de falhas, conforme processo nº 100.271.000177/2026-16.

Nome	Cargo	Lotação
ALESSANDRO RIBEIRO DE ARAUJO FERREIRA	ASSISTENTE LEGISLATIVO	SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS

Porto Velho, 06 de agosto de 2026.

GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINI
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0858103/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder 07 (sete) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte aéreo, de Porto Velho-RO / Foz do Iguaçu / Porto Velho-RO, no período de 09/08/2026 a 15/08/2026, para a Busca de aperfeiçoamento profissional, novas técnicas, entendimento e inovações nos contratos administrativos e fiscalização contratual, visando melhorar a prestação dos serviços de consultoria jurídica oferecidos pela Advocacia Geral, conforme processo nº 100.137.000039/2026-73.

Nome	Cargo	Lotação
MARIA LUCIANA ALVES DA SILVA	ASSESSOR ESPECIAL	ADVOCACIA GERAL - AG
DAUHANE SUELI CORDEIRO SANTOS MENDONÇA	ASSESSOR ESPECIAL	ADVOCACIA GERAL - AG

Porto Velho, 06 de agosto de 2026.

GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINI
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0858225/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder 05 (cinco) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre, de Vilhena - RO/ Rolim de Moura - RO/ Pimenta Bueno - RO/ Vilhena - RO, no período de 11/08/2026 a 15/08/2026, para deslocamento até os Municípios de Rolim de Moura e Pimenta Bueno, como representante da Deputada Estadual Rosangela Donadon, durante visitas institucionais até as respectivas Prefeituras e Câmaras Municipais, visando tratativas diretas para fortalecer o diálogo entre os entes legislativos e executivos, a fim de atualizar e alinhar demandas prioritárias e tratar do planejamento de ações conjuntas para o benefício direto à população, conforme processo nº 100.621.000153/2026-31.

Nome	Cargo	Lotação
------	-------	---------



ALLYSSON RODRIGO DA SILVA	SUBCHEFE GAB PARLAMENTAR	GABINETE DEPUTADA ROSANGELA DONADON
---------------------------	--------------------------	-------------------------------------

Porto Velho, 06 de agosto de 2026.

GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINI
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0858271/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder 02 (Duas) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre, de Vilhena-RO / Porto Velho-RO / Vilhena-RO, no período de 10/08/2026 a 11/08/2026, para deslocamento até a capital Porto Velho, a fim de acompanhar e realizar assessoria parlamentar da Deputada Estadual Rosangela Donadon em visitas ao Centro Político Administrativo (CPA), conduzindo reuniões e diálogos com autoridades, fazendo uso de sua coleta de informações atualizadas acerca das demandas de maior urgência do Município de Vilhena-RO, em prol de benefícios para a população, conforme processo nº 100.621.000151/2026-42.

Nome	Cargo	Lotação
ELIZETE RODRIGUES DA SILVA ARAUJO	ASSESSOR PARLAMENTAR	GABINETE DEPUTADA ROSANGELA DONADON

Porto Velho, 06 de agosto de 2026.

GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINI
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0858360/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder (05) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre a cidade Ariquemes/Alto Paraíso, Cacaulândia/Rio Crespo/Cujubim/Monte Negro/Ariquemes, no período de 11.08.2026 a 15.08.2026, FINALIDADE de realizar diligência em nome da atividade parlamentar. Na ocasião, serão realizadas reuniões institucionais e visitas in loco com lideranças comunitárias, representantes de associações locais e demais autoridades, com a finalidade de identificar as principais demandas e necessidades da população. As informações e reivindicações levantadas durante a diligência serão encaminhadas ao gabinete parlamentar para análise, adoção das providências cabíveis e articulação junto aos órgãos competentes, visando o atendimento dos interesses dos municípios e o fortalecimento das ações parlamentares em benefício da população de Rondônia. Conduzir o veículo no trajeto de ida/volta. Conforme processo nº100.046.000317/2026-10.

Nome	Cargo	Lotação
Edmar Pires Santiago	Assessor Técnico	GAB.PRESIDENCIA

Porto Velho, 06 de agosto de 2026.

GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINI
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0858326/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições

legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

conceder 02 (duas) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de porto velho-ro a jacinópolis-ro / ariquemes-ro no período de 06/08/2026 a 07/08/2026, com a finalidade de realizar cobertura de mídia, com fotos e filmagens ao deputado lucas torres, durante agenda parlamentar. as agendas são de fundamental importância e irão contribuir para um serviço mais efetivo e alinhado com as expectativas da população, conforme processo nº 100.055.000279/2026-88.

Nome	Cargo	Lotação
BRUNO MACHADO DE AZEVEDO CAMURÇA	ASSESSOR PARLAMENTAR	GABINETE DEPUTADO LUCAS TORRES

Porto Velho, 06 de agosto de 2026.

GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINI
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0857782/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre Porto Velho-RO / Ji Paraná-RO / Rolim de Moura-RO / Porto Velho-RO, no período de 06.08.2026 a 08.08.2026 com a finalidade de acompanhar a Deputada Ieda Chaves em agenda no Município. A Segurança Institucional do Poder Legislativo abrange a segurança pessoal aproximada dos seus parlamentares, conforme processo nº 100.501.000587/2026-06.

Nome	Cargo	Lotação
Francisco das Chagas Braga de Oliveira	ASSESSOR DE SEGURANÇA	SECRETARIA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

Porto Velho, 06 de agosto de 2026.

GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINI
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0857898/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder (02) diárias para o Deputado Estadual Rodrigo Camargo Ribeiro, pelo deslocamento via transporte aéreo a Cidade Porto Velho-RO/Brasília-DF/Porto Velho-RO, no período de 19.08.2026 a 20.08.2026, FINALIDADE de cumprimento de agenda oficial no exercício da atividade parlamentar para realizar diligência em nome da atividade parlamentar no dia 20 de agosto, no Congresso Nacional, em Brasília/DF. Na ocasião, o parlamentar participará de reuniões com integrantes da bancada federal do Estado de Rondônia, com a finalidade de tratar demandas e assuntos de interesse do Estado de Rondônia, buscando o fortalecimento da articulação institucional, o acompanhamento de pleitos junto ao Governo Federal e o encaminhamento de medidas voltadas ao desenvolvimento do Estado e ao atendimento das necessidades da população rondoniense. Conforme processo nº100.046.000313/2026-23.

Porto Velho, 06 de agosto de 2026.

GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINI
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0857920/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder (02) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte aéreo a cidade Porto Velho-RO/Brasília-DF/ Porto Velho-RO, no período de 19.08.2026 a 20.08.2026, FINALIDADE de acompanhar e assessorar o deputado em agenda oficial. Na condição, prestar apoio direto ao parlamentar durante toda a agenda do evento, realizando a cobertura por meio de filmagens e registros fotográficos, organização das atividades, bem como suporte logístico necessário ao adequado cumprimento dos compromissos institucionais. O objetivo é assegurar o pleno acompanhamento das atividades do congresso, garantindo o registro e a divulgação das ações desenvolvidas, além de contribuir para a sistematização das informações e dos conteúdos debatidos, possibilitando sua posterior utilização no âmbito das atividades parlamentares. Conforme processo nº100.046.000313/2026-23.

Nome	Cargo	Lotação
Ronei Antonio Giordani Filho	SUBCHEFE GAB PARLAMENTAR	GAB. DEP. DELEGADO CAMARGO

Porto Velho, 06 de agosto de 2026.

GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINI
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0858354/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder 05 (cinco) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre PORTO VELHO-RO / JI-PARANÁ-RO / ARIQUEMES-RO / PORTO VELHO-RO, no período de 06.08.2026 a 10.08.2026, com a finalidade de fazer a segurança do Deputado Eyder Brasil durante cumprimento de agenda institucional e também a condução do veículo. A Segurança Institucional do Poder Legislativo abrange a segurança pessoal aproximada dos seus parlamentares, conforme processo nº 100.065.000256/2026-54.

Nome	Cargo	Lotação
CÉLIO JÚNIOR CAETANO PESSOA SALES LOPES	ASSESSOR DE SEGURANÇA	SECRETARIA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL - SSI
EMERSON HENRIQUE DE SOUZA SANTOS	ASSESSOR DE SEGURANÇA	SECRETARIA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL - SSI

Porto Velho, 06 de agosto de 2026.

GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINI
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0857794/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre Porto Velho/Alto-Paraíso /Buritit /Porto Velho, no período de 05.08.2026 A 07.08.2026 com a finalidade de realizar visitas institucionais a

órgãos e entidades locais, visando ao acompanhamento de demandas de interesse público, à coleta de informações e ao alinhamento de ações que contribuam para o fortalecimento da atuação institucional. A atividade também permitirá estreitar o diálogo com os representantes locais e identificar necessidades que possam ser encaminhadas no âmbito das competências da instituição, conforme processo nº 100.023.000206/2026-63.

Nome	Cargo	Lotação
ANTONIO ALDO RODRIGUES DE SOUSA	ASSESSOR TÉCNICO	PRESIDÊNCIA

Porto Velho, 06 de agosto de 2026.

GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINI
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0857824/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre Porto Velho/Alto-Paraíso /Buritis /Porto Velho, no período de 05.08.2026 A 07.08.2026 com a finalidade de realização de visitas institucionais junto a órgãos públicos, autoridades e representantes locais, com o objetivo de fortalecer o diálogo institucional, acompanhar demandas de interesse da Administração Pública e promover articulações para o encaminhamento de assuntos relevantes à instituição e à população, conforme processo nº 100.023.000206/2026-63.

Nome	Cargo	Lotação
Adriano Pereira da Rocha Nascimento	Coordenador de Articulação Municipal de Emenda Parlamentar	GABINETE DE EMENDAS PARLAMENTARES

Porto Velho, 06 de agosto de 2026.

GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINI
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0857904/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder 07 (sete) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre ARIQUEMES-RO/ CUJUBIM-RO/PORTO VELHO- RO/ ARIQUEMES-RO, no período de 05.08.2026 a 11.08.2026 com a finalidade de realizará a segurança do Deputado Pedro Fernandes e conduzirá o veículo. A Segurança Institucional do Poder Legislativo abrange a segurança pessoal aproximada dos seus parlamentares, conforme processo nº 100.060.000168/2026-01.

Nome	Cargo	Lotação
Melquisedeque Abramovski	ASSESSOR DE SEGURANÇA	ASSESSORIA DE SEGURANÇA

Porto Velho, 06 de agosto de 2026.

GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINI
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0857784/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de



10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre PVH- Theobroma-Rolim de Moura - PVH, no período de 06.08.2026 a 08.08.2026 com a finalidade de realização de reuniões institucionais com autoridades municipais, fortalecimento da atuação institucional da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia (ALE/RO), por meio da realização de reuniões nos municípios, conforme processo nº 100.033.000034/2026-17.

Nome	Cargo	Lotação
Carlos Tadeu Santos Lucena	Chefe de Gabinete de Emendas Parlamentares ALE/RO	Gabinete de Emendas Parlamentares - ALE/RO

Porto Velho, 06 de agosto de 2026.

GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINI
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0857786/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre PVH- Theobroma-Rolim de Moura - PVH, no período de 06.08.2026 a 08.08.2026 com a finalidade de assegurar o deslocamento de forma segura e eficiente, mediante a condução de veículo oficial. Durante a agenda institucional, o servidor será responsável por dirigir, garantindo a logística de transporte necessária para o cumprimento das reuniões institucionais com autoridades municipais, conforme processo nº 100.033.000034/2026-17.

Nome	Cargo	Lotação
ALEX LUIZ DA SILVA	SERVIDOR ESTADUAL CEDIDO	SECRETARIA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

Porto Velho, 06 de agosto de 2026.

GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINI
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0857788/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre PVH- Theobroma-Rolim de Moura - PVH, no período de 06.08.2026 a 08.08.2026 com a finalidade de realização de reuniões institucionais com autoridades municipais, bem como o assessoramento documental e administrativo necessário ao desenvolvimento das atividades oficiais. A viagem possui como finalidade pública o fortalecimento da atuação institucional da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia (ALE/RO, conforme processo nº 100.033.000034/2026-17.

Nome	Cargo	Lotação
Francisco Pacifico de Souza Filho	ASSESSOR ESPECIAL	SECRETARIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

Porto Velho, 06 de agosto de 2026.

GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINI
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0858901/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder 01 (Uma) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre, de PORTO VELHO /ARIQUEMES / PORTO VELHO, no período de 10/08/2026 a 10/08/2026, para realizar a segurança pessoal do deputado estadual Delegado LUCAS TORRES, durante o cumprimento de agenda parlamentar, conforme processo nº 100.055.000276/2026-44.

Nome	Cargo	Lotação
MAICON ROBERTO ROMANO DE SOUZA	ASSESSOR DE SEGURANCA	SECRETARIA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

Porto Velho, 06 de agosto de 2026.

GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINI
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0858823/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder 01 (Uma) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre, de PORTO VELHO /BURITIS / PORTO VELHO, no período de 07/08/2026 a 07/08/2026, para realizar a segurança pessoal do deputado estadual Delegado LUCAS TORRES, durante o cumprimento de agenda parlamentar, conforme processo nº 100.055.000277/2026-99.

Nome	Cargo	Lotação
MAICON ROBERTO ROMANO DE SOUZA	ASSESSOR DE SEGURANCA	SECRETARIA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

Porto Velho, 06 de agosto de 2026.

GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINI
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0858347/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder 04 (quatro) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre Porto Velho-RO / Rolim de Moura / Ji-Paraná /Porto Velho-RO, no período de 05.08.2026 a 08.08.2026 com a finalidade de Atuar como assessor técnico responsável pela coordenação, supervisão e acompanhamento do processo de execução das emendas parlamentares, bem como pela orientação técnica quanto à adequada aplicação dos recursos públicos destinados pelo Deputado Ribeiro do Sinpol nos municípios de Rolim de Moura e Ji-Paraná, promovendo a articulação com gestores locais, entidades beneficiadas e demais órgãos envolvidos, assegurando a conformidade dos procedimentos e o acompanhamento das demandas apresentadas, conforme processo nº 100.061.000187/2026-19.

Nome	Cargo	Lotação
------	-------	---------



Ian Carlos Gianini Barbosa Silva	ASSESSOR DE EMEN PARLAMENTARES	ASSESSORAMENTO DE EMENDAS PARLAMENTARES
----------------------------------	--------------------------------	---

Porto Velho, 06 de agosto de 2026.

GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINI
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0858387/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder 04 (quatro) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre Porto Velho-RO / Rolim de Moura / Ji-Paraná /Porto Velho-RO, no período de 05.08.2026 a 08.08.2026 com a finalidade de Atuar na condição de Chefe de Gabinete, participando de reuniões institucionais previamente agendadas nos municípios de Rolim de Moura e Ji-Paraná, com a finalidade de representar o gabinete parlamentar, acompanhar pautas estratégicas, realizar tratativas com gestores públicos, lideranças locais e representantes de entidades, bem como articular demandas de interesse da população junto aos órgãos competentes, conforme processo nº 100.061.000187/2026-19.

Nome	Cargo	Lotação
Eliardo Vicente Aguiar Lima	Chefe Gabinete Deputado	GAB. DEP. RIBEIRO DO SINPOL

Porto Velho, 06 de Agosto de 2026.

GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINI
Secretário-Geral

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

ATO DE REMANEJAMENTO Nº 53/2026/SEC-PAN/ALERO

Promove alteração no orçamento da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

O **Secretário-Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia** no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com fundamento no § 1º do art. 7º e no art. 8º da Lei n.º 6.324, de 22 de janeiro de 2026 - Lei Orçamentária Anual - LOA 2026,

RESOLVE:

Art. 1º Promover alteração no orçamento da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, conforme base legal, programação e valores a seguir especificados.

BASE LEGAL:

- () Ajuste de QDD – art. 7º, § 1º, da Lei nº 6.324/2026 (não incide no limite de 20%).
(x) Alteração de dotação orçamentária – art. 8º, I, da Lei nº 6.324/2026 c/c art. 43, § 1º, III, da Lei nº 4.320/1964 (incide no limite de 20%).
() Despesa com pessoal – art. 8º, II, da Lei nº 6.324/2026 (não incide no limite de 20%).

PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

REDUÇÃO DE DOTAÇÃO

Código	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte de Recurso	Valor (R\$)
01.001.01.128.1006.2253	PROMOVER A CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAL	3.3.90.14	15000	200.000,00
		TOTAL		200.000,00

ACRÉSCIMO DE DOTAÇÃO

Código	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte de Recurso	Valor (R\$)
01.001.01.031.2126.2409	PROMOVER A ATIVIDADE LEGISLATIVA E A PARTICIPAÇÃO CIDADÃ	3.3.90.14	15000	200.000,00
		TOTAL		200.000,00

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos administrativos internos a partir dessa data, e efeitos externos a partir de sua publicação, nos termos da legislação vigente.

Art. 3º A alteração orçamentária de que trata este Ato será registrada no Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal – SIGEF, nos termos do art. 10 da Lei nº 6.324/2026.

GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINI
Secretário-Geral - ALE/RO

ADVOCACIA-GERAL

EXTRATO DO CONTRATO Nº 017/2026

Processo Administrativo nº 100.241.000017/2026-16

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Contratada: NEOENERGIA BRASÍLIA S.A.

DO OBJETO: Este contrato tem por objeto a prestação, pela DISTRIBUIDORA, do serviço público de distribuição de energia elétrica ao CONSUMIDOR, em baixa tensão, Grupo B, destinado ao atendimento do Escritório de Representação Institucional da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia – ALE/RO em Brasília/DF.

DA VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará por prazo indeterminado, nos termos do art. 109 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, considerando que a Administração Pública figura como usuária de serviço público essencial de distribuição de energia elétrica, prestado em regime de concessão pública e monopólio legal, observadas as normas regulatórias expedidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

DA SUJEIÇÃO À LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS: As despesas decorrentes da execução do presente CONTRATO, no exercício financeiro de 2026, na importância global estimada de R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais), correrão à conta da seguinte programação orçamentária:

- Programa de Trabalho/Ação: 01.001.01.122.1020.2062 – Manter a Administração da Unidade;
- Natureza da Despesa: 33.90.39.43 – Serviços de Energia Elétrica;
- Fonte de Recursos: 1500 – Recursos não vinculados de impostos;
- Indicação de Programação Orçamentária: nº 0764577/2026/SEC-PLAN/ALERO;
- Processo orçamentário correlato: SEI nº 100.172.000047/2026-93;

Nota de Empenho: a ser emitida.

DO FORO: Fica eleito o foro da Comarca de Porto Velho/RO, sede da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas da execução do presente Contrato, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, ressalvadas as hipóteses de competência absoluta previstas na Constituição Federal e na legislação aplicável.

Brasília, (data da celebração eletrônica do documento).

PELO CONTRATANTE:

Carlos Henrique de Moraes Silva

Marcio Silveira da Silva

PELO CLIENTE:

Rogério Gago da Silva

Secretário-Geral da ALE/RO